

MAPA DA VIOLÊNCIA **de São Paulo**

Julio Jacobo Waiselfisz
Gabriela Athias

Brasília, maio de 2005

© UNESCO 2005 Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

MAPA DA VIOLÊNCIA de São Paulo

Julio Jacobo Waiselfisz
Gabriela Athias



Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Ciências Sociais e Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noleto

Revisão Técnica: Julio Jacobo Waiselfisz

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite

Revisão: Reinaldo Lima e Marluce Moreira Salgado

Diagramação: Fernando Brandão

Projeto Gráfico: Edson Fogaça

© UNESCO, 2005

Waiselfisz, Julio Jacobo

Mapa da violência de São Paulo / Julio Jacobo Waiselfisz e Gabriela Athias.
— Brasília : UNESCO, 2005.

170p.

BR/2005/PI/H/10

ISBN:

1. Violência – Juventude – São Paulo 2. Violência Urbana – Brasil I. Athias, Gabriela II. UNESCO II. Título

CDD 303.6



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,

Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

SUMARIO

Apresentação	7
Abstract	9
Introdução	11
1. NOTAS CONCEITUAIS E TÉCNICAS	15
2. MARCO DA MORTALIDADE JUVENIL EM SÃO PAULO	23
3. HOMICÍDIOS	27
3.1 Evolução do número de homicídios em São Paulo	27
3.2 Evolução das taxas de homicídio	36
3.3 Homicídios segundo o sexo	45
3.4 A questão etária	46
3.5 Sazonalidade dos homicídios	48
3.6 Participação de São Paulo na produção de homicídios do Brasil	50
4. ACIDENTES DE TRANSPORTE	55
4.1 Evolução dos óbitos por acidentes de transporte	55
4.2 Evolução das taxas de óbito por acidente de transporte ...	62
4.3 Óbitos por acidentes de transporte segundo o sexo	70
4.4 Idade dos óbitos	71
4.5 Sazonalidade dos óbitos	73
4.6 Participação de São Paulo na produção de óbitos por acidentes de transporte no Brasil	75

5. SUICÍDIOS	81
5.1 Evolução do número de suicídios em São Paulo	81
5.2 Evolução das taxas de suicídio	86
5.3 Suicídios segundo o sexo	92
5.4 A idade dos suicidas	93
5.5 Sazonalidade dos suicídios.....	95
5.6 Participação de São Paulo nos suicídios do país	97
6. ARMAS DE FOGO	101
7. BOLETINS DE OCORRÊNCIA POLICIAL	107
8. POR QUE OS INDICADORES DE VIOLÊNCIA DE SÃO PAULO ESTÃO CAINDO?	111
8.1 Contexto	112
8.2 Fatores explicativos	115
8.2.1 Melhoria do aparelho de segurança pública	115
8.2.2 Conscientização e organização da sociedade civil.....	121
8.2.3 A articulação entre a sociedade e o poder público	126
8.3 O caso Diadema	137
9. VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	141
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
NOTAS SOBRE OS AUTORES	167
BIBLIOGRAFIA.....	169

APRESENTAÇÃO

Desde 1997, a Unesco vem realizando no Brasil diversos estudos e pesquisas focalizando a temática da violência em nosso cotidiano, especialmente a violência relacionada com nossas juventudes, enfocando diferentes áreas e dimensões que envolvem os jovens brasileiros na atualidade – educação, cultura, violência, saúde, emprego, pobreza, cidadania e identidade.

Com a publicação do *Mapa da Violência de São Paulo*, a Unesco dá continuidade a mais longa série já publicada no País: os Mapas da Violência, que, iniciada em 1998, conta já com quatro versões anteriores. A iniciativa de produzir um novo trabalho sobre esse tema traduz a preocupação com o problema da violência e reforça as evidências de que os jovens continuam sendo as suas maiores vítimas. Essa pesquisa não apenas traça um panorama da violência em São Paulo, como apresenta alternativas inovadoras que podem representar um caminho capaz de contribuir com a redução desse fenômeno em outros locais do País, a partir de uma atitude pró-ativa da sociedade civil organizada.

É com grande satisfação que apresentamos um estudo de uma pesquisa que, pela primeira vez nos últimos anos, evidencia a queda sustentada nos índices de violência de um Estado brasileiro, especialmente porque o declínio dos índices paulistas é um fenômeno raro no Brasil. Na grande maioria dos outros Estados e das capitais, os índices continuam a crescer em ritmo preocupante.

Os primeiros sinais de que São Paulo estaria conseguindo reduzir seus indicadores de violência surgiram durante a análise dos dados do Mapa da Violência IV, referente aos anos de 1999 a 2002. Um ano depois, em 2003, ficou claro que o Estado havia realmente entrado num processo constante e sustentado pela redução das taxas dos diversos indicadores de violência relacionados ou não com a criminalidade. Homicídios, roubos e furtos tiveram expressiva queda, assim como acidentes de transporte e suicídios.

Um dos objetivos deste trabalho é justamente explicar tais quedas, considerando-se o fato de o Estado não ter implantado nenhum programa de redução de criminalidade estruturador, a exemplo do “Tolerância Zero”, de Nova York, ou do Policiamento Comunitário de Boston, apenas para citar alguns exemplos.

Além de tentar encontrar motivos que expliquem a redução dessas taxas, o trabalho visa despertar a sociedade para o caso de que a violência, de tão banalizada, vem sendo encarada como um fato inevitável e, por vezes, corriqueiro. Homicídios e roubos passaram a ser vistos, de certa maneira, como “desastres naturais”, como nevascas ou enchentes, que têm características inevitáveis e contra às quais só resta erguer barreiras físicas de contenção.

A redução da violência em São Paulo, como será demonstrado neste trabalho, é fruto da combinação da maior eficiência do aparelho de segurança pública com uma mobilização social forte e ao mesmo tempo articulada com poder público. É resultado do empenho de empresários, que se uniram para criar o Instituto São Paulo contra a Violência; de lideranças estudantis, que se mobilizaram por uma ampla campanha de desarmamento, de líderes comunitários e organizações não-governamentais, que executam projetos de inclusão social. É gente que abandonou a segurança dos seus ambientes para enfrentar a insegurança pública e reverter a situação em favor de uma sociedade menos violenta e mais justa para todos.

Esperamos que as ações de mobilização social empreendidas por paulistas e paulistanos, em prol da redução da violência, possam ser replicadas e adaptadas a outros locais, estimulando a sociedade a adotar uma atitude mais ativa e cidadã e menos refém do medo.

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil

ABSTRACT

Within a national context marked by steady increases in violence rates, São Paulo is outstanding for the sustained reduction in these indicators. Since 1999, the State became an exception, by presenting successive reductions in its violence rates.

The phenomenon of São Paulo's rates reductions was identified in early 2004, when the Map of Violence IV was finalized, based on data until 2002. By that time, it was still early to predict sustained trends. However, the data for 2003 evidenced that the trend observed in São Paulo remained steady. Moreover: estimates for 2004 allow for stating that now the State is experiencing what seems to be a relevant and sustained improvement in the violence rates for the period from 1999 – 2004. This is an unprecedented fact in the history of lethal violence in Brazil along the last decades.

The trend of reduced violence rates in São Paulo remains constant in different databases employed: the National Database on Mortality (SIM), of Datasus-Ministry of Health, and the database of the State Public Security Secretariat, resulting from records of police reports.

Since São Paulo did not implement any structuring program for reducing violence, like the *Clean Hands* in Italy or *Tolerance Zero*, in New York, this work aims at explaining the factors that generated the observed reductions. The research discloses several situations that, altogether, explain the reduced rates in São Paulo. The greater efficiency of the State public security apparatus, the mobilization of São Paulo society towards controlling violence, and the articulation between the Public Power and civil society, towards the same purpose, are the major explanations.

By disseminating this set of explanation factors, this study also aims at warning to the fact that, when organized, the civil society can overcome this reality, instead of being a hostage of fear.

INTRODUÇÃO

No início de 2004, quando estava sendo finalizado o Mapa da Violência IV¹, um dado destacou-se dos demais e chamou a atenção. Num contexto nacional, cujas taxas de homicídio cresciam anualmente com assustadora regularidade, duas Unidades da Federação, São Paulo e Mato Grosso, destacavam-se em razão das quedas contínuas verificadas ao longo dos últimos três anos do estudo (de 2000 a 2002).

Era ainda muito cedo para prever se essa tendência se reverteria em queda sustentada. Poderia ser apenas uma bolha, um “buraco” conjuntural, sem continuidade. No entanto, os dados relativos a 2003 mostraram que a tendência detectada nos dois Estados continuava firme, e novas estimativas feitas para o ano 2004 indicavam que, pelo quinto ano consecutivo, as taxas de homicídio continuavam caindo.

Diante dessas evidências, surgiu a necessidade de qualificar melhor a situação. Entender se o declínio das taxas seria um fenômeno limitado aos homicídios ou se teria uma abrangência maior. Era preciso saber que locais do Estado dinamizavam as quedas e em que ritmo isso estaria ocorrendo. Também se fez necessário confrontar a evolução das taxas estaduais com as nacionais.

Ainda seria preciso encontrar uma explicação para esse declínio, porque até onde se sabia São Paulo não havia lançado nenhuma estratégia ou plano de ação, a exemplo do “Mãos Limpas”, na Itália, ou do Policiamento Comunitário, de Boston e San Diego, ou o “Tolerância Zero”, de Nova York. Recentemente, a mídia paulista começou a registrar ecos do fenômeno, publicando algumas discussões

¹ WASELFFISZ, J.J. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

sobre a validade e da confiabilidade dos dados oficiais, mas essas interpretações se limitaram a contextos pontuais, abrangendo apenas cidades de forma individual e por um curto período.

Além da necessidade de explicar o fenômeno, havia uma segunda urgência: apresentar experiências bem-sucedidas de redução de violência e criminalidade. A violência letal foi banalizada pela sociedade, pela mídia e pulverizou-se, na realidade, permeando todo o conjunto do tecido social.

“A violência está em toda parte, e não tem atores sociais permanentemente reconhecíveis nem causas facilmente delimitáveis e inteligíveis (...) Por isso, é tão difícil entendê-la e lidar com ela..”².

A escalada da violência apresenta-se aos olhos da sociedade como um fenômeno ou desastre natural inevitável diante do qual só resta tentar se proteger e se imunizar. O crescimento exponencial da violência nas últimas décadas acuou a cidadania e amedrontou a população, que acabou perdendo confiança na capacidade repressiva da Segurança Pública.

Quem tem condições coloca grade nas janelas e contrata segurança privada; blinda a guarita do prédio, equipa os filhos, ainda crianças, com celular. Condomínios residenciais, empresas e escritórios cada vez mais instalam câmeras de circuito interno. Quem não pode tem que se submeter ao mínimo de (in)segurança que o poder público tem condições de oferecer.

Não é apenas o cidadão comum que está acuado. Para muitas autoridades, a violência moderna tem a característica inevitável dos desastres naturais contra os quais só resta erguer barreiras de contenção.

O fenômeno paulista poderia, nesse contexto, ser um exemplo de que a contenção da violência não depende apenas de muros e cercas eletrificadas. Experiências bem-sucedidas podem evidenciar comportamentos pró-ativos que vão além do espírito de proteção,

² ZALUAR, A. A Guerra Privatizada da Juventude. *Folha de S. Paulo*, 18/05/97.

como ações de mobilização, projetos sociais e programas de segurança executados em parceria pelo poder público e privado. Juntas, essas ações vêm se mostrando capazes de promover a melhoria das condições de segurança do conjunto da população e causar a queda sustentada dos índices de violência. Assim, nesse contexto, o presente estudo foi elaborado.

I. NOTAS CONCEITUAIS E TÉCNICAS

Ainda que existam dificuldades para definir o que se nomeia como violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser indicados: noção de coerção ou força; dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. Concorde-se, neste trabalho, com o conceito de que “há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.”³.

Estudos mais recentes sobre a violência têm-se concentrado na área urbana, o que se explica pelo fato de as grandes questões da modernidade estarem localizadas principalmente nos grandes centros. Segundo Dubet⁴, o espaço urbano aparece como sintoma, símbolo e representação “da civilização e da barbárie modernas”. Isso explica os níveis de desagregação utilizados no estudo: o Estado de São Paulo, sua capital e suas regiões metropolitanas.

Também a definição de juventude pode adquirir conotações diversas segundo os interesses dos autores ou das áreas de conhecimento. A alternativa fácil do recorte etário, se por um lado introduz uma referência concreta, não permite superar o problema da caracterização do conceito de juventude, mas, inclusive, em

³ MICHAUD, Y. *A Violência*, São Paulo, Ática, 1989

⁴ DUBET, F. *Penser le sujet*. S/l. Fayard, 1995.

relação à faixa etária, também existem divergências na identificação da categoria juventude.

Neste documento seguiremos as definições da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), nas quais adolescência e juventude se diferenciariam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para a OPS/OMS⁵, a adolescência se constituiria um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos).

Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Faltaria ainda apontar o porquê da utilização das mortes por violência como indicador geral de violência na sociedade e, também, ainda o sentido operacional atribuído, neste trabalho, a esse conceito. Dois grupos de argumentos justificam essa decisão de utilizar os óbitos violentos como indicador geral de violência. Em primeiro lugar, como já foi apontado, a violência cobre um espectro infinitamente mais amplo de situações do que as mortes violentas. Nem toda ou sequer a maior parte da violência cotidiana conduz, necessariamente, à morte de algum dos protagonistas. Porém, a morte revela, *per se*, a violência levada a seu grau extremo. Da mesma forma que a virulência de uma epidemia é indicada freqüentemente pela quantidade de mortes que ela ocasiona, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda uma estreita relação com o número de mortes que origina.

⁵ OPS/OMS. La salud del adolescente y el joven en las Américas. Washington, DC., 1985.

A partir do ano de 1979, o Ministério da Saúde começou a divulgar as informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), cujas bases de dados foram utilizadas para a elaboração do presente relatório.

Pela legislação vigente no Brasil (Lei nº 015, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Este registro deve ser feito mediante atestado médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte.

A certidão, normalmente, fornece dados referentes à idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Determina igualmente a legislação que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, no local em que se deu a morte.

Para isolar áreas ou locais de “produção” de violência, utilizou-se, no presente trabalho, este último dado, o do local de ocorrência, para a localização espacial dos óbitos. Isso, porém, não deixa de trazer alguns problemas que, no formato atual da certidão de registro, não têm solução.

É o caso das situações em que o incidente causador do óbito difere do local do falecimento. Pode ocorrer, por exemplo, no caso das vítimas de acidente de transporte ou mesmo entre feridos a bala. Em síntese, ocorre com todas as pessoas que são atendidas, e vierem a falecer, em hospitais localizados em qualquer outra cidade diferente daquela em que ocorreu o incidente causador da morte. E o óbito sempre é contabilizado a partir do local do falecimento.

Uma outra informação relevante para este estudo, exigida pela legislação, é a causa da morte. Até 1995, tais causas eram classificadas pelo SIM seguindo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9). A partir daquela data, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID-10). Assim como ocorreu à época da elaboração do primeiro Mapa da Violência, baseado nos anos de 1979 a 1996, a partir da nova classificação, o SIM só havia

disponibilizado os dados referentes a 1996. Por isso, para simplificar a exposição e a comparabilidade dos dados, optou-se pela utilização das categorias do CID-9, retabulando, quando necessário, as informações de 1996.

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos no que a CID-10, em seu Capítulo 20, classifica como “causas externas de morbidade e mortalidade”. Quando um óbito, devido a causas externas (acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento, etc.), é registrado, descreve-se tanto a natureza da lesão como as circunstâncias que a originaram. Assim, para a codificação dos óbitos, foi utilizada a causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causador da lesão que levou à morte. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, foram utilizadas as seguintes:

- **Acidentes de Transporte:** corresponde às categorias que vão da V01 a V99 da CID-10 e incorpora, além dos comumente denominados “acidentes de trânsito”, outros acidentes derivados das atividades de transporte, como aéreo e marítimo.
- **Homicídios:** corresponde à somatória das categorias que vão da X85 a Y09, recebendo o título genérico de *Agressões*. Tem como característica a presença de uma agressão de terceiros, utilizando qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.
- **Suicídios:** corresponde às categorias que vão da X60 a X84, todas sob o título *Lesões Autoprovocadas Intencionalmente*.
- **Óbitos por uso de Armas de Fogo:** trata-se de todos os óbitos acidentais, resultante da agressão de terceiros, autoprovocados intencionalmente ou de intencionalidade desconhecida, cuja característica comum foi ter sido causado por arma de fogo. Os casos de utilização de arma de fogo estão agrupados nas seguintes categorias:
 - W32 a W34 – óbitos por traumatismos acidentais
 - X72 a X74 – lesões autoprovocadas intencionalmente
 - X93 a X95 – agressões
 - Y22 a Y24 – intenção indeterminada.

Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio DataSus⁶, e também por outros autores que trabalharam com o tema (Mello Jorge⁷; Ramos de Souza et al⁸).

A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro, devido, por um lado, à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem o competente registro, determinando uma redução do número de óbitos declarados. Há, ainda, a incompleta cobertura do sistema, fundamentalmente nas Regiões Norte e Nordeste, que faz que a fidedignidade das informações diminua com a distância dos centros urbanos e com o tamanho e disponibilidades dos municípios. O próprio SIM⁹ estima que os dados apresentados em 1992 possam representar algo em torno de 80% dos óbitos acontecidos no País. Mas, pelas evidências existentes, esse sub-registro afeta bem mais as mortes por causas naturais do que as mortes violentas.

Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados têm sido alvo de críticas: mortes sem assistência médica, por exemplo, impedem o apontamento correto das causas e lesões da morte; há, ainda, deficiências no preenchimento adequado da certidão, apenas para citar algumas causas.

Durante a produção do Mapa da Violência IV, foi realizado um estudo de confiabilidade dessa fonte. A conclusão é que, sendo aceitável internacionalmente até 3% de taxa de subimputação¹⁰, o Brasil apresentava, nos dados de 2002, uma taxa de 14%, sendo que algumas unidades do Nordeste apresentaram taxas próximas a 40%. Ainda assim o Estado de São Paulo teve uma taxa de subimputação de 7,5%.

⁶ SIM/DATASUS/MS. *O Sistema de Informações sobre Mortalidade*. S/I, 1995.

⁷ MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

⁸ RAMOS de SOUZA, et. all. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação*. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, jan/jun 1996.

⁹ SIM/DATASUS/MS op. cit.

¹⁰ Imputação em categorias residuais do tipo *morte por causa ignorada*.

Apesar dessas limitações, há ampla concordância que indica, por um lado, a enorme importância desse sistema e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.

Para o cálculo das taxas de mortalidade, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DataSus, baseado em estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, essas estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de uma certa margem de erro.

Já para as informações referentes à população dos municípios paulistas, necessárias para estimar as taxas municipais demonstradas no capítulo 9, foram utilizadas as estimativas fornecidas anualmente pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União para a distribuição das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em diversos momentos do estudo, notadamente no capítulo 7, foram utilizados, como fonte, os Boletins de Ocorrência (BOs) processados e divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo. Essa opção oferece um leque muito maior de acontecimentos violentos que o registro de óbitos, mas também apresenta uma série de limitações que precisam ser levadas em conta. A mais séria é a severa subnotificação que ocorre na maioria dos tipos de incidente que esses boletins registram.

Como ficou evidenciado em pesquisa feita no DF¹¹, os BOs têm abrangência limitada. Apenas 6,4% dos jovens entrevistados deram queixa na polícia em casos de violência física; 4%, nos casos de assalto/furto e 15%, nos casos de violência no trânsito. Diversos estudos de vitimização realizados no país evidenciam resultados semelhantes.

Uma pesquisa recentemente divulgada¹² conclui que, no Brasil, só 27,2% dos incidentes criminais que os entrevistados afirmaram ter sido vítimas foram notificados à polícia. Em São Paulo, essa

¹¹ WASELFISZ, J.J. *Juventude, Violência e Cidadania. Os Jovens de Brasília*. S.Paulo, Cortez/Unesco, 1998.

¹² KHAN, T. et al. *Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – PLAPS*. ILANUD, FIA/USP, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

proporção é semelhante: 28%, com extremos pesados de subnotificação em incidentes considerados leves, como tentativa de arrombamento (94%), agressão sexual (93%) ou furtos (85%). As taxas são um pouco menores, quando se trata de crimes mais sérios, como roubos (68%) e arrombamento (69%).

2. MARCO DA MORTALIDADE JUVENIL EM SÃO PAULO

Em 2003, segundo as estimativas do DataSus, o Estado de São Paulo contava com um total de 38,7 milhões de habitantes – 21,9% do total dos 176,9 milhões do país. Desses, 19,4%, isto é, 7,5 milhões de pessoas, na faixa dos 15 aos 24 anos. Esta proporção, expressiva quando se pensa em termos de políticas públicas, já foi maior. Em 1980, São Paulo tinha 25 milhões de habitantes, dos quais 21,4%, eram jovens.

Mas esse crescimento no número absoluto de jovens – de 5,5 milhões, em 1980, para 7,5 milhões, em 2003 – tenderá a declinar, em função das mudanças nas curvas demográficas do Estado, resultado das constantes quedas nas taxas de fecundidade e do aumento das taxas de mortalidade por causas externas, objeto do presente estudo.

Como afirmamos numa recente publicação¹³, a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 para cada 100 mil habitantes, em 1980, para 561, em 2002. Já a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para cada 100 mil para 137, no mesmo período. Esse aumento de mortes já é, por si só, preocupante, mas a mortalidade entre os jovens não só aumentou quantitativamente como também mudou sua configuração a partir do que se pode denominar como os “novos padrões de mortalidade juvenil”.

¹³ _____ op.cit.

Em 1980, as “causas externas” já eram responsáveis por pouco mais da metade (52,9%) do total de mortes ocorridas entre os jovens do País. Vinte e dois anos depois, em 2002, dos 47.885 óbitos juvenis registrados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade/DataSus, 34.486 tiveram sua origem em causas externas, elevando esse percentual drasticamente. No ano 2002, 72% dos jovens brasileiros, portanto mais de dois terços, morreram em razão de causas externas, sendo o homicídio o principal responsável pelo aumento desses óbitos.

Estudos mais antigos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (Vermelho e Mello Jorge¹⁴) mostram que epidemias e doenças infecciosas, que já foram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, vêm sendo progressivamente substituídas pelas denominadas “causas externas” de mortalidade. Encabeçam a lista os acidentes de trânsito e os homicídios. Os dados do SIM permitem verificar essa tendência.

Dividindo a população do Estado em dois grandes grupos: jovens (15 a 24 anos) e não-jovens (zero a 14 anos e 25 anos ou mais), teremos a situação sintetizada na tabela seguinte. Entre a população não-jovem, só 9,7% do total de óbitos são motivados por causas externas. Já entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 79,1% das mortes. Entre a população não-jovem, só 3,6% dos óbitos são causados por homicídios; entre os jovens, esses crimes são responsáveis por 50,5% das mortes. Acidentes de transporte são responsáveis por 14,3% dos óbitos juvenis, e os suicídios, por mais 2,9%. Em conjunto, essas três causas são responsáveis por mais de dois terços das mortes dos jovens paulistas. Entre a população adulta, essas três causas representam 6,5% das causas de mortandade.

¹⁴ VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). *Revista de Saúde Pública*. 30 (4). 1996. Apud: MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

TABELA 2.1 – Estrutura da Mortalidade por Regiões. População Jovem e Não-Jovem. São Paulo. 2003 (em %)

Regiões	População Jovem				
	Causas Internas	Causas Externas	Acident. Transp.	Homicídios	Suicídios
São Paulo Capital	22,0	78,0	9,6	59,6	2,6
RM São Paulo (sem capital)	14,3	85,7	10,0	61,9	2,1
RM Baixada Santista	15,7	84,3	10,9	49,3	1,3
RM Campinas	19,7	80,3	14,0	50,6	3,0
Interior	26,0	74,0	23,7	31,5	4,3
São Paulo UF	20,9	79,1	14,3	50,5	2,9

Área	População Não-Jovem				
	Causas Internas	Causas Externas	Acident. Transp.	Homicídios	Suicídios
São Paulo Capital	90,7	9,3	1,6	4,6	0,5
RM São Paulo (sem capital)	86,6	13,4	2,3	6,5	0,5
RM Baixada Santista	89,5	10,5	2,4	3,4	0,4
RM Campinas	89,8	10,2	2,3	4,0	0,4
Interior	91,5	8,5	2,9	1,7	0,6
São Paulo UF	90,3	9,7	2,4	3,6	0,5

Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

3. HOMICÍDIOS

3.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO

Na década compreendida entre 1993 e 2003, o número total de homicídios registrados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no Estado de São Paulo passou de 9.219 para 13.903, um aumento de 50,8%. Já a população cresceu 16,7% no mesmo período.

Apesar desse aumento, as taxas de homicídio não evoluíram de forma homogênea em todo o Estado. A capital apresentou crescimento menor (28,5%), mas a Região Metropolitana de São Paulo ainda apresentou valores (38,2%) inferiores aos da média estadual. Os homicídios dispararam de tal forma nesse período que ultrapassaram a marca dos 100% nas Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas.

Excluídos os números da capital, apresentados na tabela como RM São Paulo (s/c), percebe-se que o crescimento dos homicídios na Região Metropolitana de São Paulo (54,9%) foi um pouco mais elevado do que a média estadual na década. No entanto, a taxa de homicídio no Estado fica ainda mais elevada (88,1%) se forem excluídos os dados dessa região, o que mostra que a RM de São Paulo está contribuindo para a queda dos homicídios no Estado. A taxa também permanece elevada, quando excluídas as Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e de Campinas e computam-se apenas os dados do interior do Estado.

TABELA 3.1.1 – Número de Óbitos por Homicídio na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	9.219	9.995	11.566	12.350	12.552
São Paulo Capital	4.352	4.606	5.722	5.686	5.607
RM de São Paulo	6.887	7.535	8.903	9.247	9.202
RM Baixada Santista	328	342	393	495	633
RM Campinas	423	451	529	552	604

RM de São Paulo (s/cap)	4.867	5.389	5.844	6.664	6.945
São Paulo sem RM SP	2.332	2.460	2.663	3.103	3.350
São Paulo sem RM	1.581	1.667	1.741	2.056	2.113

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

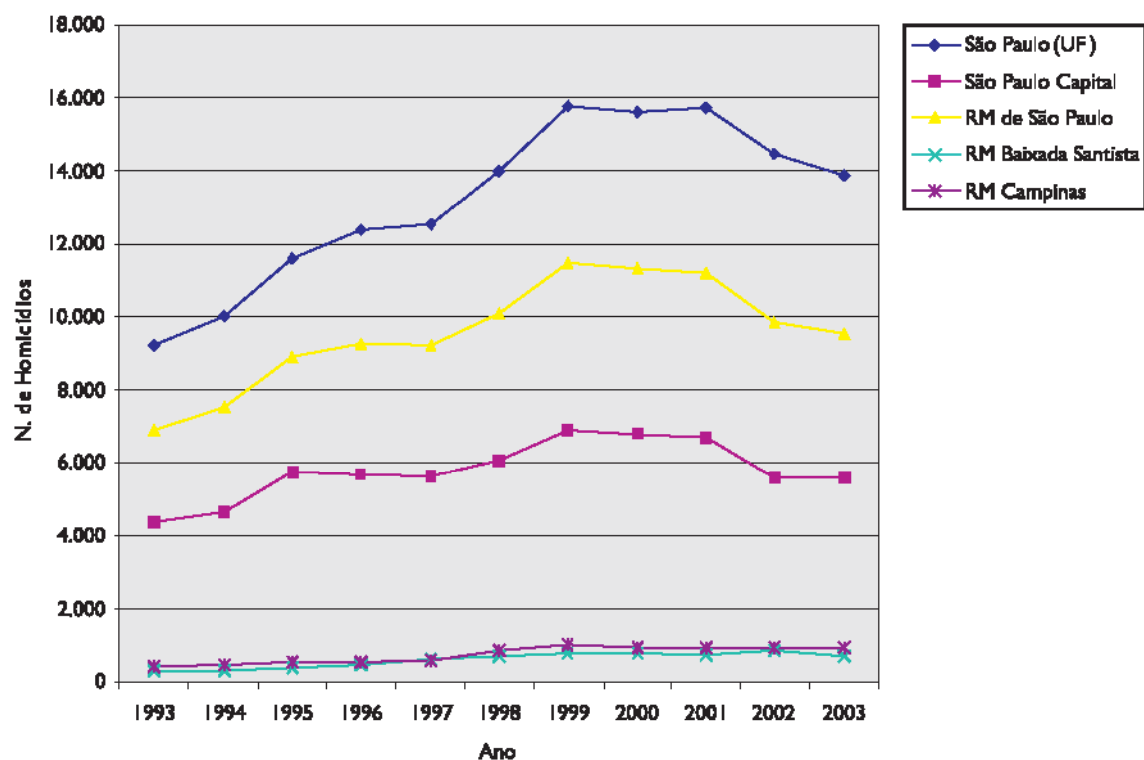
O aumento do número de homicídios não foi homogêneo ao longo do tempo. No gráfico a seguir, podem ser visualizados três momentos distintos:

- 1993/1999: Forte crescimento dos homicídios em todas as áreas do Estado.
- 1999/2000: Estagnação no número de homicídios com leve queda na capital e Região Metropolitana de São Paulo, pré-anunciando um processo de interiorização da violência homicida.
- 2000/2003: Todas as regiões apresentam queda no número de homicídios, sendo o processo mais lento no interior do Estado.

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
14.001	15.810	15.631	15.745	14.494	13.903	50,8
6.065	6.890	6.764	6.669	5.575	5.591	28,5
10.122	11.499	11.321	11.214	9.855	9.517	38,2
705	811	809	726	816	669	104,0
826	977	929	944	952	928	119,4

7.936	8.920	8.867	9.076	8.919	8.312	70,8
3.879	4.311	4.310	4.531	4.639	4.386	88,1
2.348	2.523	2.572	2.861	2.871	2.789	76,4

GRÁFICO 3.1.1 – Número de Óbitos por Homicídio. População Total. São Paulo. 1993-2003.



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Pela tabela 3.1.1b identifica-se que, em 2003, a capital respondia por 40,2% dos homicídios registrados no Estado. Já a Região Metropolitana de São Paulo registrava 68,5% de participação. No entanto, a participação da capital e de sua RM já foi muito maior nesse processo. A sequência temporal da tabela a seguir identifica essa queda.

Desagregados, esses dados indicam que a queda na participação estadual das taxas de homicídio deve-se exclusivamente aos decréscimos registrados na capital. A participação do restante do Estado, inclusive da RM de São Paulo, ficou praticamente estagnada e ainda aumentou levemente durante a década analisada.

Como os homicídios na RM de São Paulo estão em ritmo decrescente, se sua taxa de participação nos homicídios no Estado ficou estagnada ou aumentou levemente no período? Isso ocorre porque a participação atua independentemente das taxas, é uma questão de ritmo de redução. No caso da RM de São Paulo, o número de homicídios caiu, mas, como a queda foi menor do que a média de todo o Estado, sua taxa de participação acabou mantendo-se estável ou registrando leve aumento.

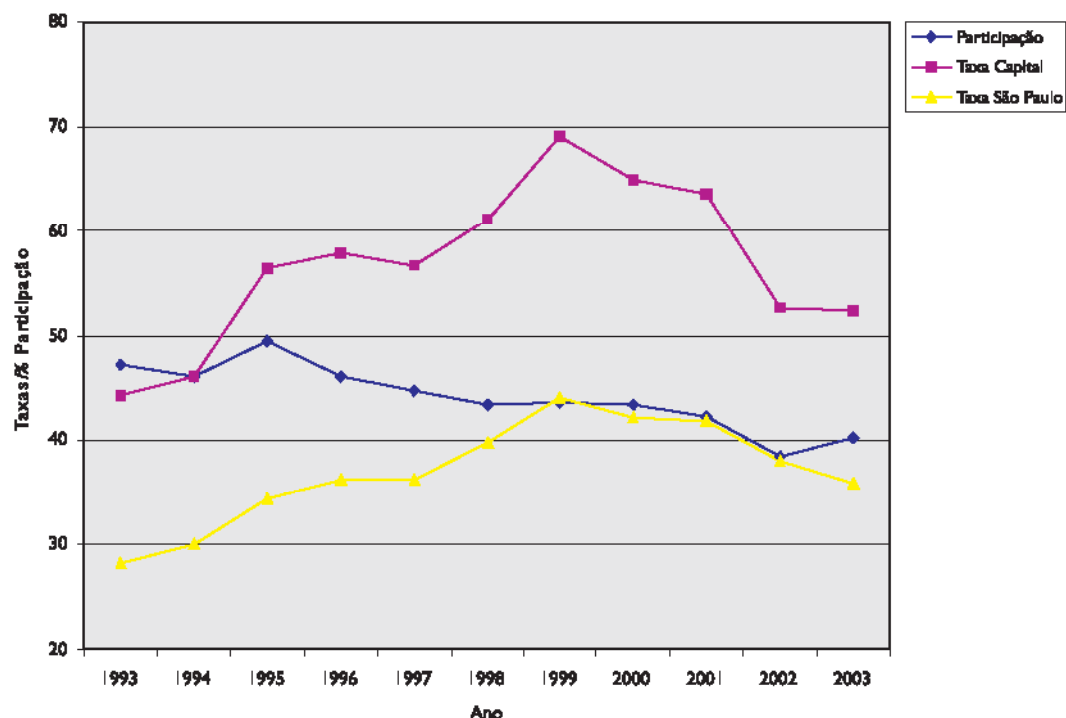
Nesse período, a Região Metropolitana da Baixada Santista, de Campinas e o que denominamos *Interior* do Estado aumentaram sua participação nas taxas, caracterizando o que veremos mais adiante como a *interiorização* da violência homicida.

TABELA 3.1.1b – Evolução da Participação (%) das Regiões no Total de Homicídios do Estado. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	47,2	46,1	49,5	46,0	44,7	43,3	43,6	43,3	42,4	38,5	40,2
RM São Paulo	74,7	75,4	77,0	74,9	73,3	72,3	72,7	72,4	71,2	68,0	68,5
RM Baixada Santista	3,6	3,4	3,4	4,0	5,0	5,0	5,1	5,2	4,6	5,6	4,8
RM Campinas	4,6	4,5	4,6	4,5	4,8	5,9	6,2	5,9	6,0	6,6	6,7
RM de São Paulo (s/c)	27,5	29,3	27,5	28,8	28,6	29,0	29,2	29,2	28,9	29,5	28,2
São Paulo sem RM SP	25,3	24,6	23,0	25,1	26,7	27,7	27,3	27,6	28,8	32,0	31,5
São Paulo sem RM	17,1	16,7	15,1	16,6	16,8	16,8	16,0	16,5	18,2	19,8	20,1

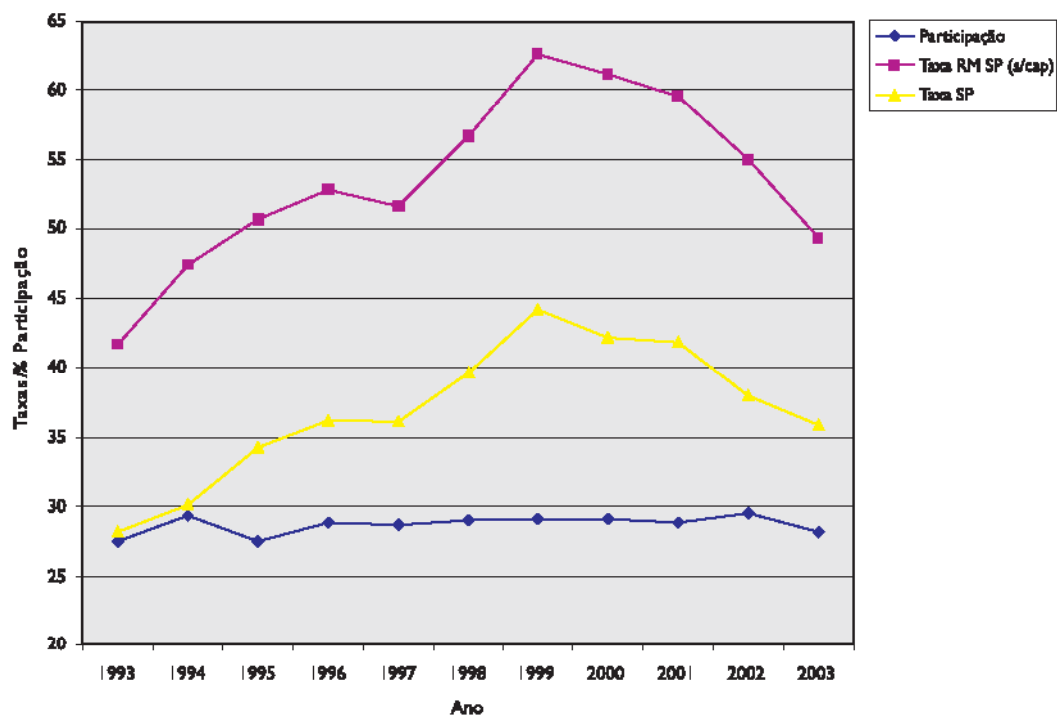
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 3.1.2 – Taxas de Homicídio e Participação da Capital nos Homicídios do Estado.1993-2003



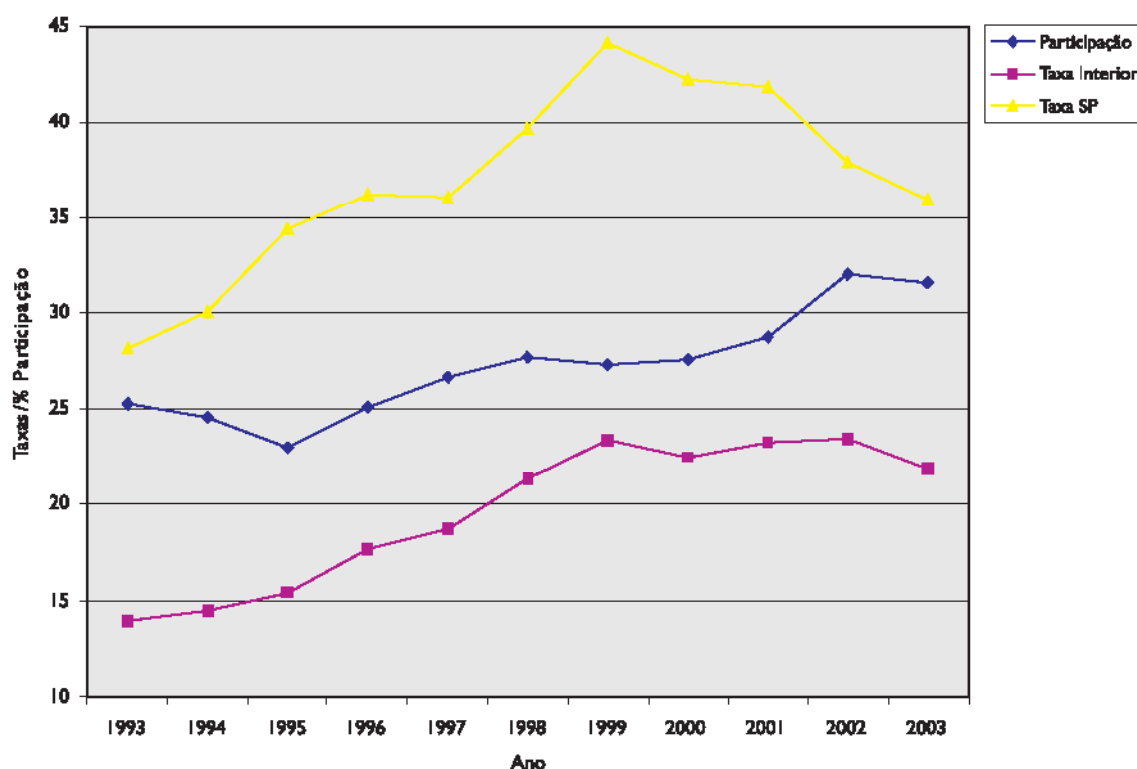
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 3.1.3 – Taxas de Homicídio e Participação da Região Metropolitana de SP (excluindo a Capital) nos Homicídios do Estado. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 3.1.4 – Taxas de Homicídio e Participação do Interior nos Homicídios do Estado. 1993-2003



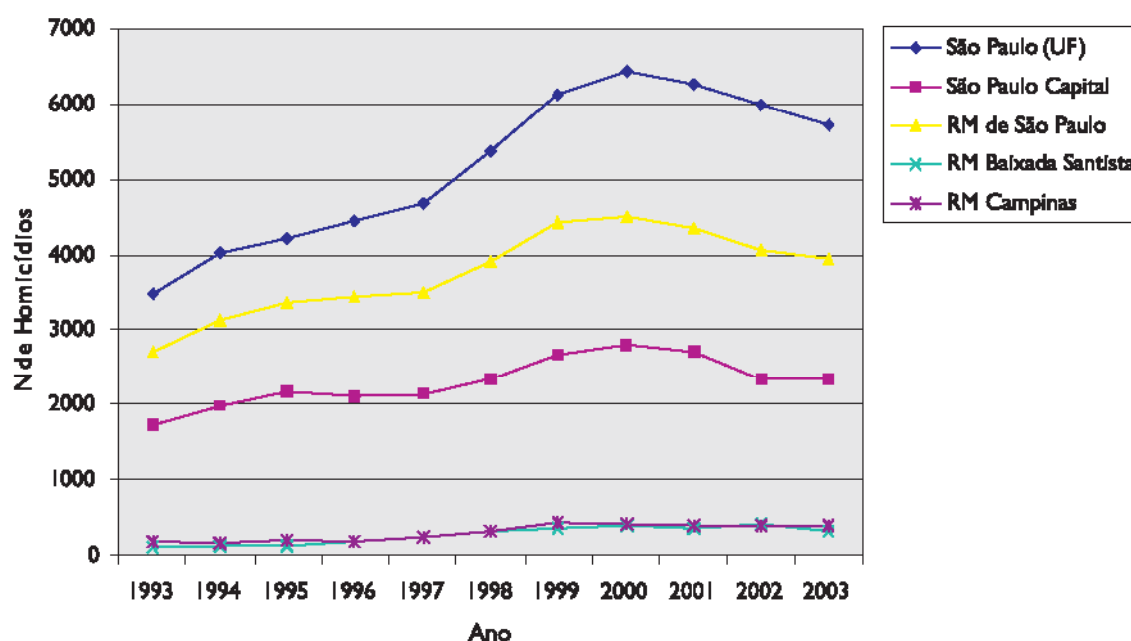
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Observando o crescimento do homicídio entre a população jovem (tabela 3.1.2), percebe-se que crescimento decenal, de 63,8%, foi superior aos óbitos de toda a população, que, no período, chegou a 50,8%.

Em todas as regiões analisadas, o crescimento do homicídio juvenil foi superior ao da população total, salvo na RM de Campinas, onde a taxa da população total (119,4%) foi levemente superior ao da população jovem (115,6%). Vale registro para o impressionante crescimento dos homicídios juvenis na RM de Campinas, que mais do que triplicam na década analisada. Outro fenômeno que chama a atenção é a evolução dos homicídios no interior do Estado, cujas taxas de crescimento praticamente duplicam em relação às taxas globais do Estado e mais que triplicam em relação às taxas de crescimento da capital.

O gráfico 3.1.5 indica que, após forte crescimento dos homicídios, processo que na década analisada prolonga-se até 2000, tem início uma fase de queda no número absoluto desse tipo de ocorrência em todas as regiões, mas com intensidade diferenciada. Essa diferença será analisada mais adiante a partir das taxas de homicídio do período.

GRÁFICO 3.1.5 – Número de Óbitos por Homicídio. População Jovem. São Paulo. 1993-2003.



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A tabela 3.1.3 indica a participação dos homicídios juvenis no total de homicídios de cada região do Estado. Como já foi dito, os jovens representam menos de 20% da população. Mas, tanto no Estado de São Paulo quanto no resto do país, acima de 40% das vítimas de homicídios pertencem a essa faixa etária. Este dado realça a magnitude da vitimização juvenil nos homicídios. No contexto paulista, chama atenção o fato de a Região Metropolitana da Baixada Santista, além de apresentar significativo crescimento dos homicídios, também liderar a vitimização juvenil, com 45,1% desses crimes ocorrendo entre essa faixa etária.

TABELA 3.1.2 – Número de Óbitos por Homicídio na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	3.484	4.006	4.225	4.450
São Paulo Capital	1.732	1.970	2.163	2.122
RM de São Paulo	2.713	3.150	3.370	3.436
RM Baixada Santista	97	140	136	172
RM Campinas	180	166	203	176
RM de São Paulo (s/cap)	1.752	2.036	2.062	2.328
São Paulo sem RM SP	771	856	855	1.014
São Paulo sem RM	494	550	516	666

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 3.1.3 – Participação (%) dos Homicídios Juvenis no Total de Homicídios por Regiões. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	37,8	40,1	36,5	36,0	37,3
São Paulo Capital	39,8	42,8	37,8	37,3	38,1
RM de São Paulo	39,4	41,8	37,9	37,2	38,1
RM Baixada Santista	29,6	40,9	34,6	34,7	38,4
RM Campinas	42,6	36,8	38,4	31,9	38,9
RM de São Paulo (s/cap)	36,0	37,8	35,3	34,9	36,6
São Paulo sem RM SP	33,1	34,8	32,1	32,7	34,8
São Paulo sem RM	31,2	33,0	29,6	32,4	32,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
4.676	5.376	6.133	6.430	6.242	5.991	5.707	63,8
2.134	2.335	2.666	2.797	2.707	2.339	2.349	35,6
3.509	3.916	4.431	4.507	4.352	4.073	3.950	45,6
243	307	352	389	349	399	302	211,3
235	314	425	399	374	387	388	115,6

2.542	3.041	3.467	3.633	3.535	3.652	3.358	91,7
1.167	1.460	1.702	1.923	1.890	1.918	1.757	127,9
689	839	925	1.135	1.167	1.132	1.067	116,0

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
38,4	38,8	41,1	39,6	41,3	41,0	8,6
38,5	38,7	41,4	40,6	42,0	42,0	5,6
38,7	38,5	39,8	38,8	41,3	41,5	5,4
43,5	43,4	48,1	48,1	48,9	45,1	52,6
38,0	43,5	42,9	39,6	40,7	41,8	-1,7

38,3	38,9	41,0	38,9	40,9	40,4	12,2
37,6	39,5	44,6	41,7	41,3	40,1	21,2
35,7	36,7	44,1	40,8	39,4	38,3	22,4

3.2 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO

Para se entender a dimensão real dos números acima expostos, é preciso relacioná-los com a população de cada uma das áreas analisadas e também com a evolução dessa relação (crescimento da taxa de homicídio X crescimento da taxa populacional) ao longo do tempo. Isto será feito a seguir com taxas de homicídio verificadas em grupos de 100 mil habitantes.

Os dados de homicídio da população total, independentemente de faixa etária, como na tabela e no gráfico 3.2.1, indicam que as maiores taxas de homicídio se concentravam, até 2003, na capital e Região Metropolitana de São Paulo, com taxas e evolução mais ou menos semelhantes (variação entre 52,4 e 51,1 para cada 100 mil habitantes respectivamente e um aumento levemente superior a 18% dessas ocorrências entre 1993 e 2003). Tal semelhança pode ser verificada analisando-se comparativamente as taxas e a evolução da Grande São Paulo, excluída a capital, registrada nas tabelas como RM São Paulo (s/cap).

TABELA 3.2.1 – Taxas de Óbito por Homicídio na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995
São Paulo (UF)	28,2	30,1	34,3
São Paulo Capital	44,2	46,1	56,4
RM de São Paulo	43,3	46,6	54,3
RM Baixada Santista	26,0	26,7	30,2
RM Campinas	21,5	22,6	26,1
RM de São Paulo (s/cap)	41,7	47,4	50,8
São Paulo sem RM SP	13,9	14,4	15,4
São Paulo sem RM	11,7	12,1	12,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Apesar de apresentar taxas menores de homicídio (em relação à capital e sua Região Metropolitana), as Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas tiveram crescimento decenal bem mais elevado (65,5% e 73,7% respectivamente), se comparados aos dessas duas regiões.

Caracterizado o “interior” do Estado como a região fora da Grande São Paulo (linha São Paulo sem RM SP), percebe-se que, apesar de as taxas de homicídio serem menores do que as detectadas nas regiões metropolitanas, seu crescimento ao longo do período atingiu 57,2%, bem acima da média estadual de 27,4%. O mesmo ocorre se considerarmos o interior como o espaço fora de todas as grandes regiões metropolitanas do Estado, incluindo Campinas e Baixada Santista. Nesse “interior” a taxa de homicídio cresceu 49% na década analisada, bem acima da média estadual.

Esses dados permitem sustentar, no nível estadual, a tese levantada nacionalmente por meio do Mapa da Violência IV¹⁵, quando se afirmou que há “uma forte tendência de *interiorização* da violência homicida”. Duas são as causas desse fenômeno, segundo o Mapa.

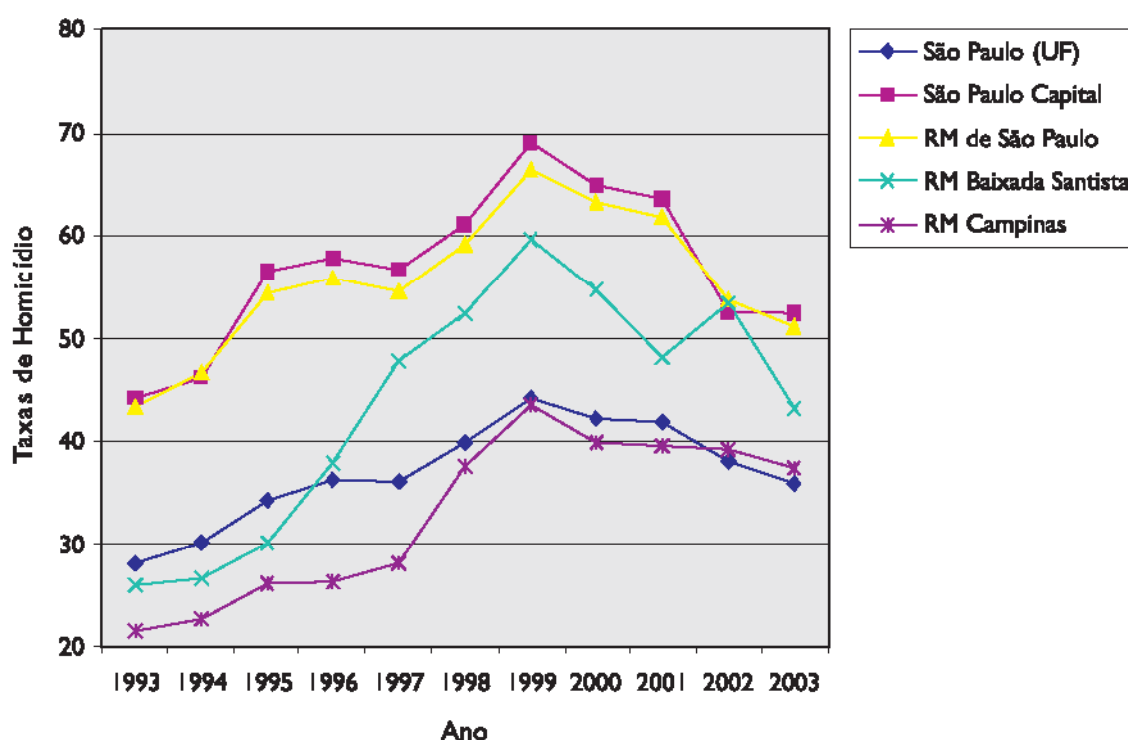
1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
36,2	36,1	39,7	44,1	42,2	41,8	38,0	35,9	27,4
57,8	56,7	61,1	69,1	64,8	63,5	52,6	52,4	18,4
55,8	54,6	59,2	66,4	63,3	61,9	53,6	51,1	18,1
37,8	47,6	52,4	59,5	54,8	48,2	53,3	43,0	65,5
26,4	28,1	37,6	43,5	39,7	39,5	39,1	37,4	73,7

52,8	51,6	56,6	62,7	61,2	59,6	54,9	49,4	18,4
17,7	18,7	21,3	23,3	22,5	23,2	23,4	21,8	57,2
14,5	14,7	16,0	17,0	16,8	18,3	18,1	17,4	49,0

¹⁵ Waiselfisz, J.J., op cit.

Em primeiro lugar, a emergência de pólos de crescimento em municípios do interior de diversos Estados do país, que com migrações, emprego e renda, converte-se em pólos atrativos da criminalidade. Em segundo lugar, investimentos feitos no aparelhamento das polícias das capitais e das grandes regiões metropolitanas, a partir da nova Lei de Segurança Nacional, dificultam a ação do crime que se locomove para áreas de menor risco.”

GRÁFICO 3.2.1 – Taxas de Homicídio. População Total. São Paulo. 1993-2003



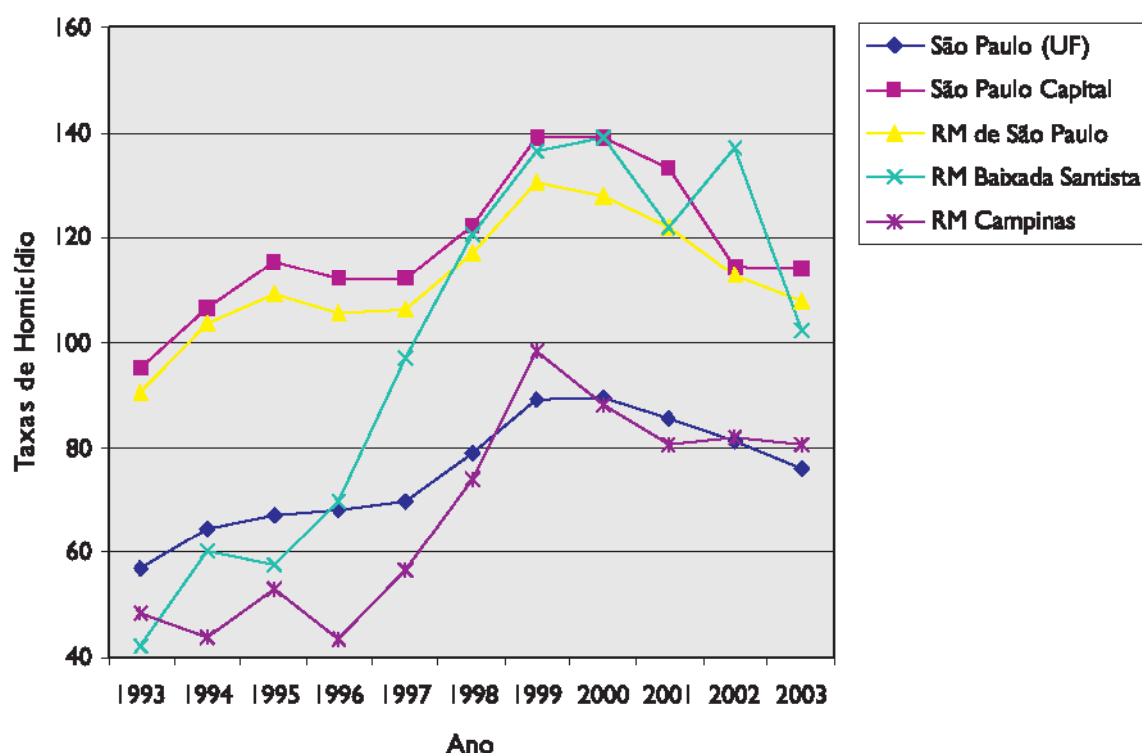
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A tabela 3.2.2 indica que as taxas de homicídio de jovens mais que duplicam as taxas de homicídio gerais. Além disso, os índices de crescimento dos homicídios juvenis são sempre maiores do que os da população total. Dividindo a população em dois grandes grupos: jovens (população de 15 a 24 anos) e os não-jovens (zero

a 14 anos e 25 anos ou mais), percebe-se que tais diferenças são ainda maiores. Ao comparar os dados da tabela 3.2.3, que calcula as taxas para a população não-jovem, com os da tabela 3.2.4, verifica-se que a taxa de homicídio entre os jovens é, em média, três vezes maior do que entre os não-jovens.

Outro fato que merece destaque é a hipervitimização dos jovens, identificada na tabela 3.2.4, que se repete em todas as regiões estudadas e que se destaca ainda mais na Baixada Santista, onde as taxas de homicídio juvenil são 3,5 vezes maiores do que as taxas evidenciadas entre os não-jovens. No interior, onde também predomina a vitimização juvenil, essa proporção cai para 2,6 vezes.

GRÁFICO 3.2.2 – Taxas de Homicídio. População Jovem. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

TABELA 3.2.2 – Taxas de Óbito por Homicídio na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	56,9	64,5	67,0	67,8	70,0
São Paulo Capital	95,2	106,6	115,3	112,2	112,3
RM de São Paulo	90,5	103,5	109,1	105,9	106,3
RM Baixada Santista	42,4	60,2	57,7	69,6	96,7
RM Campinas	48,5	44,1	53,1	43,7	56,8

RM de São Paulo (s/cap)	83,3	98,6	99,4	97,1	98,2
São Paulo sem RM SP	24,7	27,0	26,6	30,6	34,5
São Paulo sem RM	19,6	21,5	19,9	25,0	25,3

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 3.2.3 – Taxas de Óbito por Homicídio na População Não-Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	21,6	22,2	26,8	28,7
São Paulo Capital	32,7	32,4	43,0	44,8
RM de São Paulo	32,3	33,4	41,5	43,6
RM Baixada Santista	22,3	19,2	24,1	30,4
RM Campinas	15,2	17,6	19,8	22,2

RM de São Paulo (s/cap)	31,7	35,1	39,1	41,7
São Paulo sem RM SP	11,4	11,6	12,8	14,7
São Paulo sem RM	9,9	10,0	10,8	12,1

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

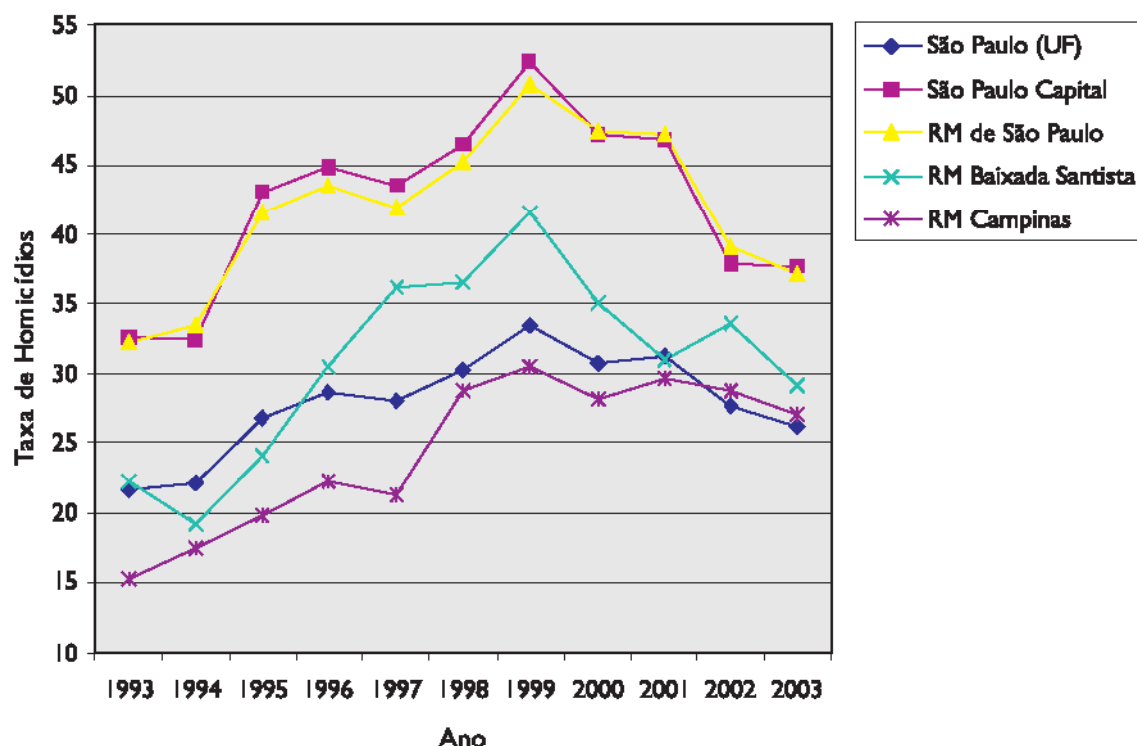
1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
79,2	89,0	89,6	85,6	81,0	76,0	33,6
122,3	139,1	138,8	133,5	114,2	113,9	19,7
117,0	130,5	128,1	122,0	112,5	107,7	19,0
120,6	136,5	138,8	122,0	137,2	102,1	140,9
74,2	98,2	88,2	80,8	82,0	80,7	66,2

109,9	119,4	113,8	106,8	110,2	99,7	19,7
42,4	48,6	52,6	50,7	50,7	45,8	85,4
30,4	32,9	38,8	39,2	37,5	34,9	78,0

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
28,1	30,3	33,5	30,8	31,3	27,6	26,3	21,7
43,5	46,5	52,5	47,1	46,8	37,8	37,6	15,2
42,0	45,2	50,7	47,4	47,1	39,1	37,2	15,2
36,2	36,5	41,5	35,1	30,9	33,6	29,1	30,4
21,2	28,8	30,4	28,1	29,6	28,7	27,0	77,0

39,8	43,2	48,4	47,9	47,6	40,9	36,6	15,6
15,0	16,4	17,4	15,4	16,7	17,0	16,2	41,6
12,2	12,7	13,2	11,6	13,4	13,6	13,3	34,6

GRÁFICO 3.2.3 – Taxas de Homicídio. População Não-Jovem. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

TABELA 3.2.4 – Taxas de Homicídios Total, Jovem e Não-Jovem por Regiões São Paulo. 2003

Região	Taxas de Homicídios			Relações	
	Total	Jovem	Não-Jovem	Jovem/Total	Jovem/Não-Jovem
São Paulo (UF)	35,9	76,0	26,3	2,1	2,9
São Paulo Capital	52,4	113,9	37,6	2,2	3,0
RM de São Paulo	51,1	107,7	37,2	2,1	2,9
RM Baixada Santista	43,0	102,1	29,1	2,4	3,5
RM Campinas	37,4	80,7	27,0	2,2	3,0
RM de São Paulo (s/cap)	49,4	99,7	36,6	2,0	2,7
São Paulo sem RM SP	21,8	45,8	16,2	2,1	2,8
São Paulo sem RM	17,4	34,9	13,3	2,0	2,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

As taxas trabalhadas anualmente e os gráficos gerados a partir dessas informações evidenciam a existência de dois grandes ciclos de ocorrência de homicídios. Essas duas etapas se reproduziram, em maior ou menor medida, em todas as regiões analisadas.

A primeira etapa, que vai de 1993 até 1999, é de forte crescimento da violência homicida no Estado com taxas anuais de crescimento extremamente elevadas, em torno de 8% ao ano. Esse crescimento se repete, em maior ou menor grau, em todas as regiões analisadas, e em todos os cortes etários propostos, tanto entre os jovens quanto entre os não-jovens. Nesse cenário de elevação, destacam-se as Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas com crescimento anual de 14,8% e 12,4%, respectivamente.

TABELA 3.2.5 – Crescimento anual (%) das Taxas de Homicídio por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	População Total			População Jovem			População Não-Jovem		
	1993/ 1999	1999/ 2003	1993/ 2003	1993/ 1999	1999/ 2003	1993/ 2003	1993/ 1999	1999/ 2003	1993/ 2003
São Paulo (UF)	7,8	-5,0	2,5	7,7	-3,9	2,9	7,6	-5,9	2,0
São Paulo Capital	7,7	-6,7	1,7	6,5	-4,9	1,8	8,2	-8,0	1,4
RM de São Paulo	7,4	-6,3	1,7	6,3	-4,7	1,8	7,8	-7,5	1,4
RM Baixada Santista	14,8	-7,8	5,2	21,5	-7,0	9,2	10,9	-8,5	2,7
RM Campinas	12,4	-3,7	5,7	12,5	-4,8	5,2	12,2	-3,0	5,9
RM de São Paulo (s/cap)	7,2	-3,6	2,7	7,9	-2,8	3,5	6,5	-4,2	2,1
São Paulo sem RM SP	9,0	-1,6	4,6	12,0	-1,5	6,4	7,3	-1,8	3,5
São Paulo sem RM	6,4	0,6	4,1	9,0	1,4	5,9	5,0	0,1	3,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

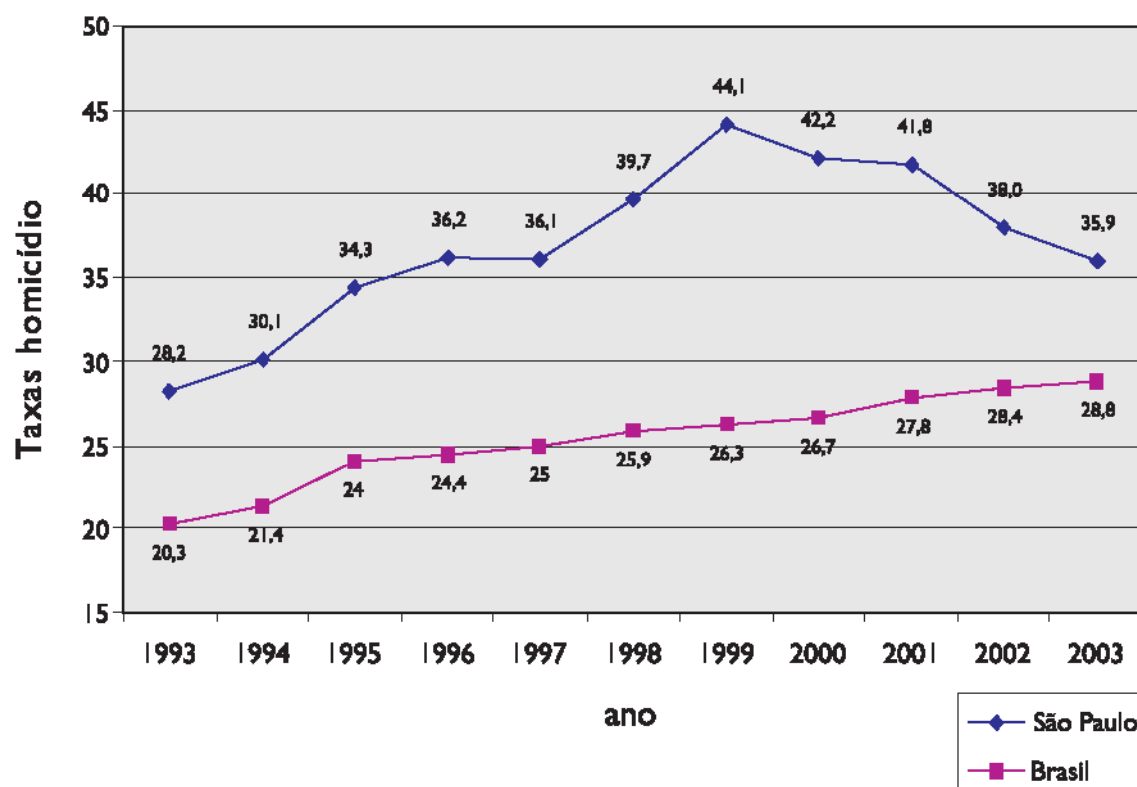
A segunda etapa começa em 1999 e vai até 2003, último ano com base de dados disponível. Nesse período, ocorre exatamente o contrário do que foi verificado nos cinco anos anteriores: quedas fortes nas taxas de homicídio na ordem de 5% ao ano. Estas quedas ocorreram com mais intensidade na capital (6,7% ao ano) e na RM da Baixada Santista (7,8% ao ano).

Ressalta-se que, se nos cinco primeiros anos da década analisada, as taxas anuais de crescimento são elevadas, mas quase idênticas entre jovens e não-jovens (7,7% e 7,6% ao ano), o mesmo não acontece com as quedas no segundo período. Nessa etapa (1999-2003), o declínio anual das taxas é bem maior entre os não-jovens (5,9%) do que entre a população jovem (3,9%), especialmente na capital e nas três regiões metropolitanas do Estado.

É preciso observar, ainda, que a única região onde as taxas não caem em nenhum dos dois períodos da década é no interior do Estado, que ainda registra leve aumento anual. Isso ratifica o processo de interiorização da violência homicida, descrito acima.

Essas fortes oscilações nas taxas de homicídio, com elevação até 1999 e quedas significativas a partir dessa data, diferem enormemente do panorama nacional, em que se verificam incrementos sistemáticos e preocupantes nas taxas de homicídio.

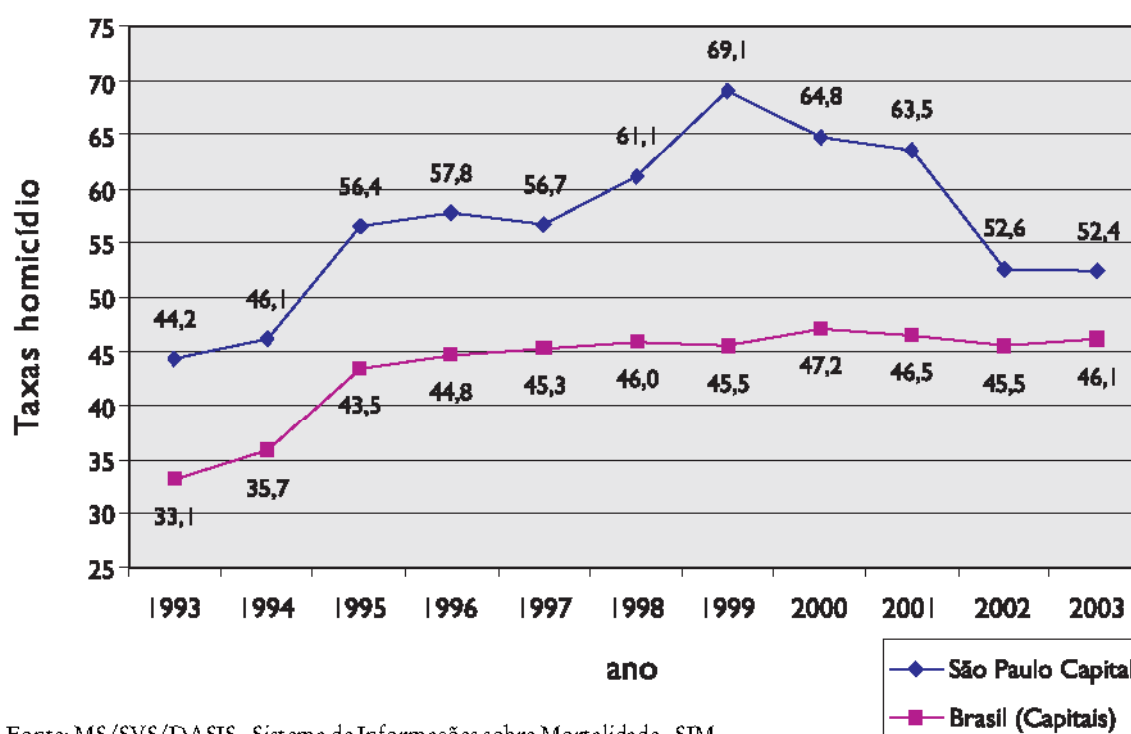
GRÁFICO 3.2.4 – Taxas de Homicídio nas Unidades Federadas. Brasil e São Paulo. 1993-2003.



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Entre 1993 e 1999, as taxas paulistas de homicídio aumentam num ritmo mais acelerado do que a média nacional. A partir desse período, enquanto as taxas nacionais continuam a se elevar, as registradas no Estado de São Paulo caem de forma sistemática e significativa, principalmente na capital e na Grande São Paulo.

GRÁFICO 3.2.5 – Taxas de Homicídio nas Capitais. Brasil e São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

3.3 HOMICÍDIOS SEGUNDO O SEXO

Seguindo a tendência dos dados nacionais, as vítimas de homicídio no Estado de São Paulo pertencem, em sua grande maioria (92,6%), ao sexo masculino. Esta vitimização masculina é um pouco maior nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, e levemente inferiores no interior do Estado. Também, entre os jovens, esses índices de masculinização dos homicídios são levemente superiores do que entre os não-jovens.

TABELA 3.3.1 – Número e % de Homicídios segundo Sexo, Região e Grupos Populacionais São Paulo - 2003

N. de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	12.869	1.032	13.901	5.327	380	5.707	7.542	652	8.194
SP Capital	5.187	403	5.590	2.188	161	2.349	2.999	242	3.241
RM São Paulo	3.675	250	3.925	1.505	96	1.601	2.170	154	2.324
RM Baixada Santista	626	43	669	285	17	302	341	26	367
RM Campinas	853	75	928	364	24	388	489	51	540
Interior	2.528	261	2.789	985	82	1.067	1.543	179	1.722

% de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	92,6	7,4	100,0	93,3	6,7	100,0	92,0	8,0	100,0
SP Capital	92,8	7,2	100,0	93,1	6,9	100,0	92,5	7,5	100,0
RM São Paulo	93,6	6,4	100,0	94,0	6,0	100,0	93,4	6,6	100,0
RM Baixada Santista	93,6	6,4	100,0	94,4	5,6	100,0	92,9	7,1	100,0
RM Campinas	91,9	8,1	100,0	93,8	6,2	100,0	90,6	9,4	100,0
Interior	90,6	9,4	100,0	92,3	7,7	100,0	89,6	10,4	100,0

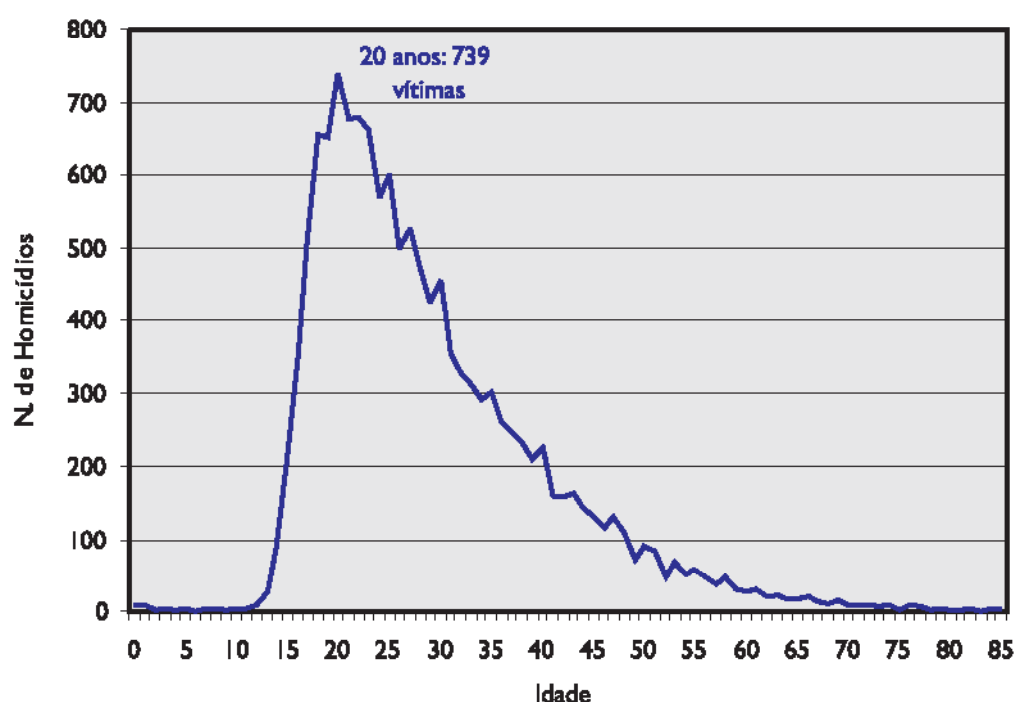
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

3.4 A QUESTÃO ETÁRIA

É significativo e já foi destacado anteriormente a estrutura etária dos óbitos por homicídio, tanto no País quanto em São Paulo. O gráfico 3.4.1 evidencia as diferenças entre o número de óbitos por homicídio nas diferentes idades da população. Até os 13 anos registram-se poucos casos de morte por homicídio. A partir dessa idade, o número de vítimas cresce rapidamente até atingir o pico de 739 mortes na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo gradualmente.

A tabela 3.4.1, que reforça o resultado do gráfico e acrescenta informações sobre as taxas de homicídio, indica novamente que essas taxas são extremamente baixas nas faixas iniciais e se elevam drasticamente a partir dos 15 anos até atingir o pico na idade de 20 anos. Nessa idade, a Taxas de Homicídio é a maior da série, com 96,5 homicídios registrados a cada 100 mil jovens.

GRÁFICO 3.4.1 – Número de Homicídios por Idade. São Paulo - 2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 3.4.1 – Número e Taxas de Homicídio (em 100.000) por Idade e Faixa Etária São Paulo. 2003

Idade/ Faixa Etária	Número de Homicídios	Taxas de Homicídio
Menor 1 ano	10	1,5
1 a 4 anos	18	0,7
5 a 9 anos	17	0,5
10 a 14 anos	133	3,8
15 a 19 anos	2.382	62,5
15 anos	213	29,6
16 anos	356	49,0
17 anos	508	64,9
18 anos	654	80,8
19 anos	651	84,7
20 a 24 anos	3.325	89,9
20 anos	739	96,5
21 anos	677	91,9
22 anos	679	89,3
23 anos	661	86,8
24 anos	569	80,0
25 a 29 anos	2.521	75,2
30 a 39 anos	2.989	48,2
40 a 49 anos	1.400	28,5
50 a 59 anos	560	18,1
60 a 69 anos	201	10,2
70 anos e mais	84	5,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

3.5 SAZONALIDADE DOS HOMICÍDIOS

Com a finalidade de verificar em que medida os homicídios apresentam flutuações ou padrões temporais previsíveis, os óbitos foram discriminados segundo sua data de ocorrência. Há de se salientar que esse é só um *proxi* da possível sazonalidade dos incidentes, dado que a data de óbito não necessariamente coincide com a data do fato ou incidente que originou as lesões que levaram à morte do indivíduo.

Por esse motivo, é difícil estabelecer padrões sistemáticos da ocorrência de homicídios, ainda que seja possível notar uma certa flutuação mensal. Dependendo do ano, diferentes meses concentram um número de homicídios levemente superior à média.

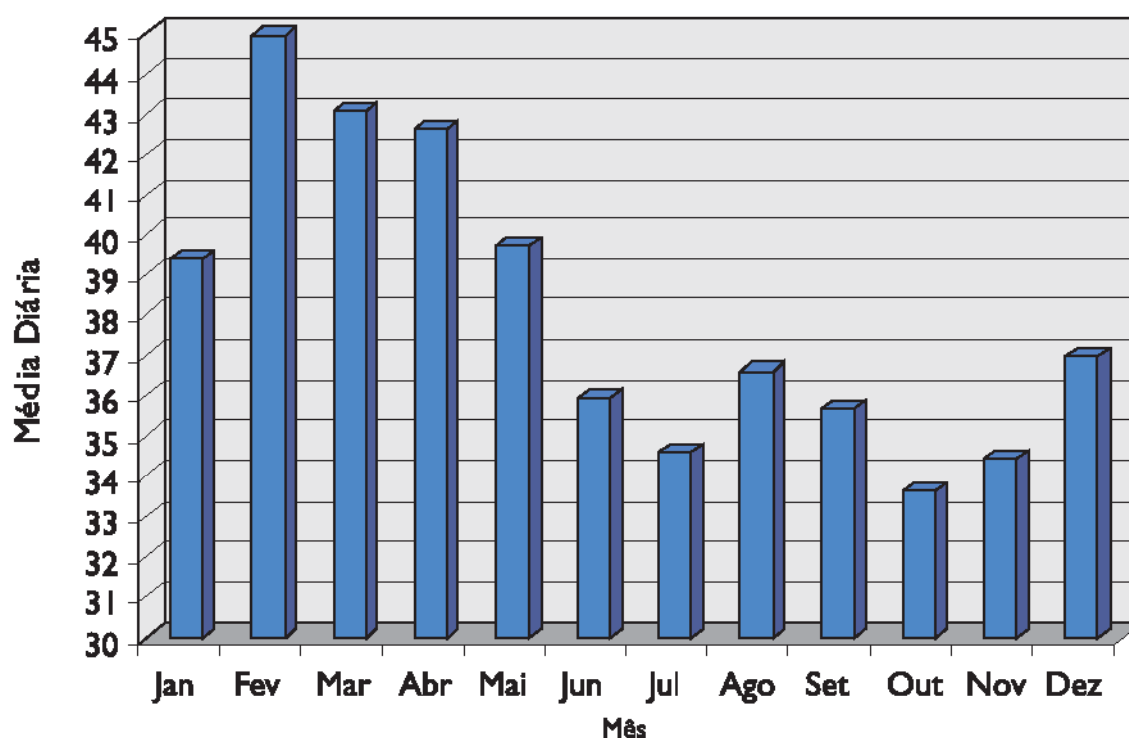
A tabela a seguir indica que a média diária de homicídios começa a se avolumar em janeiro e atinge seu pico em fevereiro. Começa, então, a cair gradualmente até que nos meses de maio se aproxima novamente da média anual de 38,1 homicídios/dia. Julho atinge um pico de queda, com um desvio de 9,1 pontos percentuais da média anual. Desse mês até dezembro, as médias mensais são menores do que a taxa anual.

TABELA 3.5.1 – Número e Média Diária de Homicídios segundo o Mês. São Paulo. 2003

Mês	N	Média Diária	Desvio % da Média
Janeiro	1.221	39,4	3,4
Fevereiro	1.259	45,0	18,0
Março	1.336	43,1	13,1
Abril	1.279	42,6	11,9
Maio	1.230	39,7	4,2
Junho	1.078	35,9	-5,7
Julho	1.073	34,6	-9,1
Agosto	1.135	36,6	-3,9
Setembro	1.070	35,7	-6,4
Outubro	1.043	33,6	-11,7
Novembro	1.033	34,4	-9,6
Dezembro	1.146	37,0	-2,9
Total	13.903	38,1	0,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 3.5.1 – Média Diária de Homicídios segundo o Mês. São Paulo. 2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A sazonalidade dos homicídios se mostra de forma mais intensa e evidente no que diz respeito aos dias da semana. A tabela 3.5.2 mostra que o maior número de óbitos por homicídio é registrado aos sábados e domingos. Em cada um dos primeiros cinco dias da semana foi registrada uma média de 32,5 homicídios, mas nos finais de semana, a média infla 60% e dispara para 52 homicídios por dia.

TABELA 3.5.2 – Distribuição dos Homicídios nos Dias da Semana Segundo Faixa Etária. São Paulo – 2003

Dia da Semana	Jovem		Não-Jovem		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Segunda	699	13,4	1.015	19,5	1.714	33,0
Terça	685	13,2	943	18,1	1.628	31,3
Quarta	693	13,1	1.002	18,9	1.695	32,0
Quinta	672	12,9	1.012	19,5	1.684	32,4
Sexta	729	14,0	1.038	20,0	1.767	34,0
Sábado	1.005	19,3	1.573	30,3	2.578	49,6
Domingo	1.224	23,5	1.613	31,0	2.837	54,6
Média dia Semana	696	13,3	1002	19,2	1698	32,5
Média dia final Semana	1.115	21,4	1.593	30,6	2.708	52,1
Diferença %	60,8%		59,6%		60,1%	

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

3.6 PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO DE HOMICÍDIOS DO BRASIL

O Estado de São Paulo, que abriga cerca de 22% da população do país, foi responsável, em 2003, por 27,3% dos homicídios registrados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Esse resultado mostra que as taxas do Estado ainda são elevadas quando comparadas à média nacional e com as estatísticas internacionais¹⁶. No entanto, esse índice já foi maior.

¹⁶ No Mapa da Violência IV, o Brasil, nas comparações internacionais com outros 66 países dos 5 continentes, ocupava o 4^a lugar, depois de Colômbia, El Salvador e a Federação Russa, por sua taxa de 27,1 homicídios em 100 mil habitantes e o 5^o lugar, por sua taxa de 52,2 homicídios juvenis. Nesse mesmo estudo, o Estado de São Paulo, com uma taxa de 38 homicídios em 1 milhão de habitantes, ocupava o 5^o lugar entre os Estados brasileiros, tanto em homicídios da população total quanto em homicídios juvenis.

Acompanhando o crescimento dos homicídios no Estado entre 1993/1999, como foi visto nos primeiros itens do presente capítulo, a participação do Estado na produção nacional de homicídios passou de 30,1%, em 1993, para 36,8%, em 1999. A partir dessa data, com as sucessivas quedas já analisadas, a participação de São Paulo nas taxas nacionais de homicídio foi caindo de forma gradual e sustentada, reduzindo sua participação para 27,3%, em 2003. Numa comparação com as outras capitais do país, a capital paulista também registrou queda nas taxas de homicídio. O mesmo ocorre em relação à sua Região Metropolitana com as dez grandes regiões metropolitanas do País.¹⁷

TABELA 3.6.1 – Evolução e Participação de São Paulo nos Homicídios do Brasil População Total. Brasil e São Paulo - 1993-2003

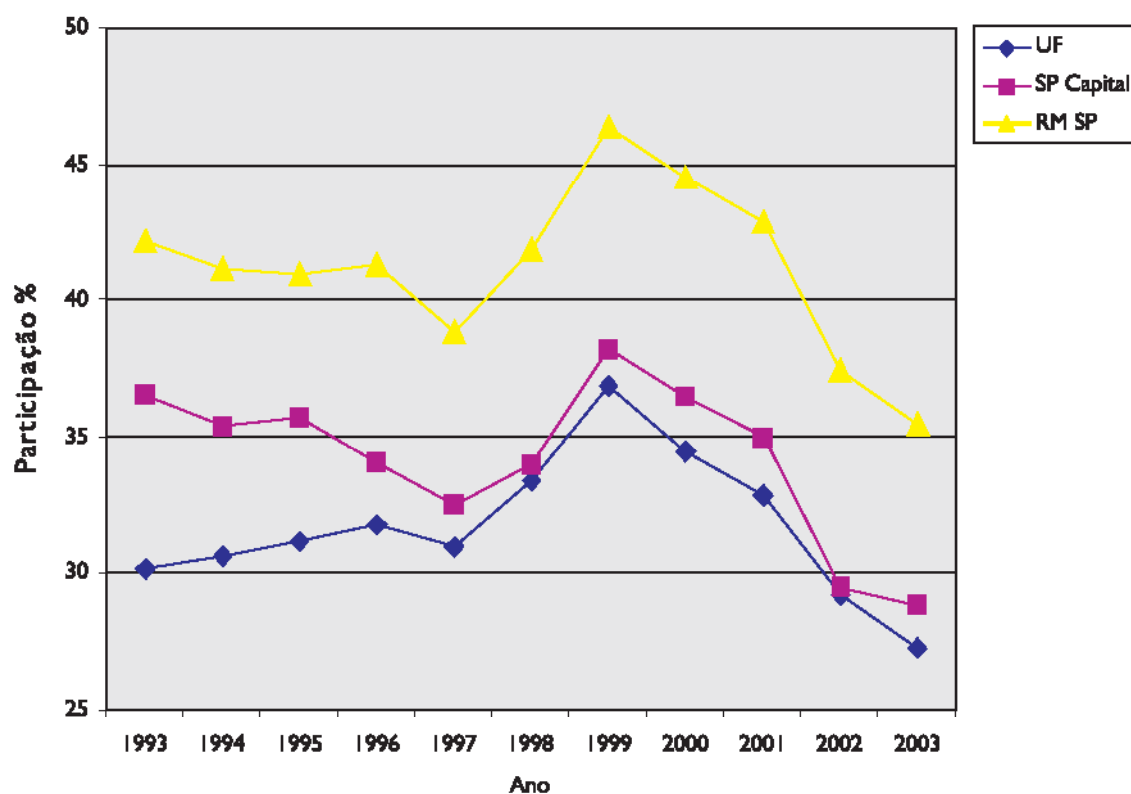
ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part. %	Brasil	São Paulo	Part. %	Brasil	RM SP	Part. %
1993	30.586	9.219	30,1	11.911	4.352	36,5	16.348	6.887	42,1
1994	32.603	9.995	30,7	13.019	4.606	35,4	18.295	7.535	41,2
1995	37.128	11.566	31,2	16.009	5.722	35,7	21.738	8.903	41,0
1996	38.888	12.350	31,8	16.694	5.686	34,1	22.390	9.247	41,3
1997	40.507	12.552	31,0	17.251	5.607	32,5	23.732	9.202	38,8
1998	41.916	14.001	33,4	17.860	6.065	34,0	24.214	10.122	41,8
1999	42.914	15.810	36,8	18.046	6.890	38,2	24.776	11.499	46,4
2000	45.343	15.631	34,5	18.539	6.764	36,5	25.454	11.321	44,5
2001	47.899	15.745	32,9	19.075	6.669	35,0	26.179	11.214	42,8
2002	49.640	14.494	29,2	18.915	5.575	29,5	26.329	9.855	37,4
2003	50.980	13.903	27,3	19.401	5.591	28,8	26.862	9.517	35,4
Δ%	66,7	50,8	-9,5	62,9	28,5	-21,1	64,3	38,2	-15,9

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

¹⁷ Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

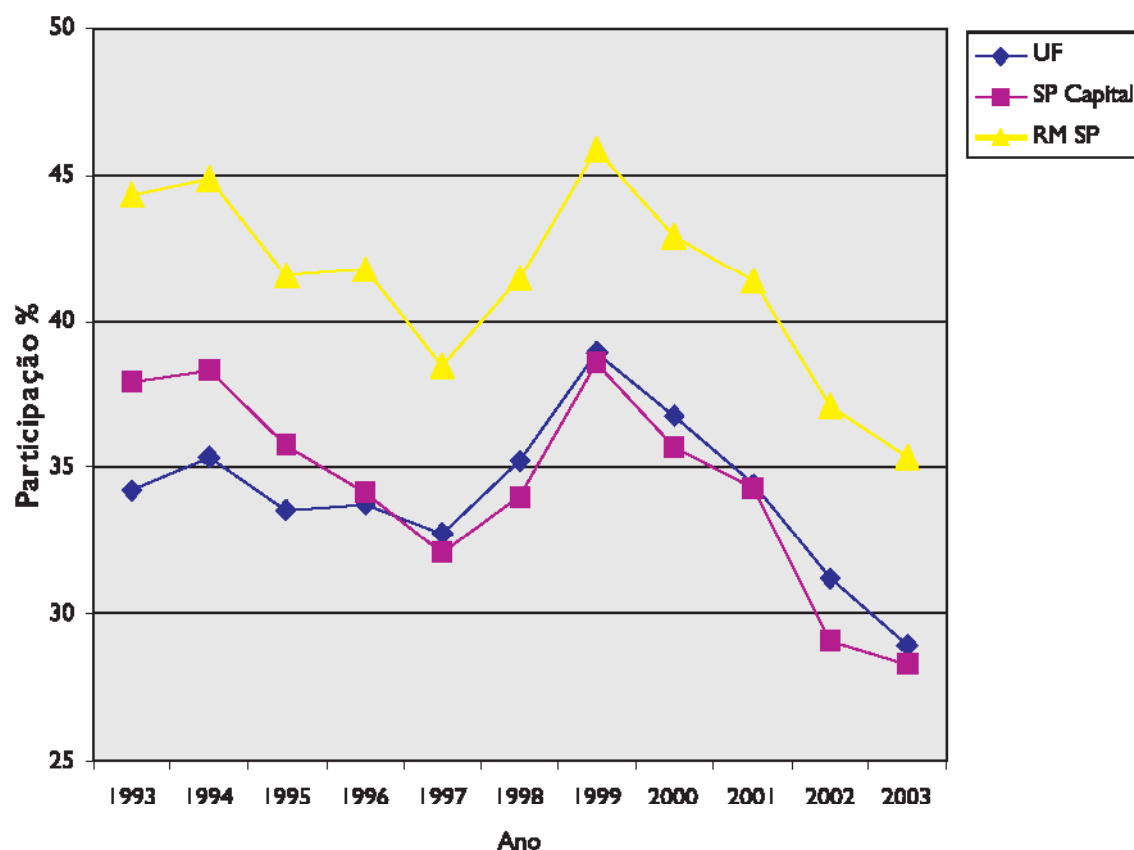
Esses dados, e principalmente o gráfico 3.6.1, indicam que a capital e sua Região Metropolitana são os principais responsáveis pela queda de participação do Estado de São Paulo nas taxas nacionais de homicídio. Em 1993, a capital participava com 36,5% do total de homicídios registrados nas capitais, enquanto a UF, como um todo, participava com 30%. Os gráficos 3.6.1 e 3.6.2 mostram como a separação das duas linhas (tanto em relação à população jovem quanto entre a população total) vai se estreitando até quase sumir em 2002.

GRÁFICO 3.6.1 – Evolução da Participação de São Paulo nos Homicídios Nacionais. População Total - 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 3.6.2 – Evolução da Participação de São Paulo nos Homicídios Nacionais. População Jovem - 1993-2003



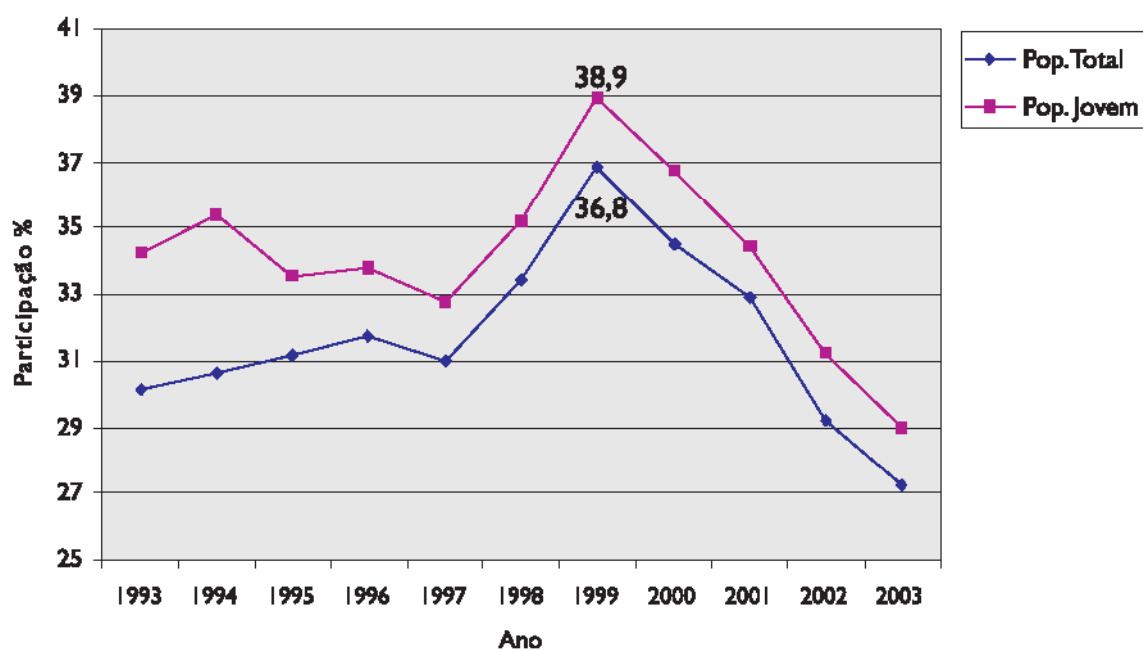
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 3.6.2 – Evolução e Participação de São Paulo nos Homicídios do Brasil População Jovem. Brasil e São Paulo - 1993-2003

ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part. %	Brasil	São Paulo	Part. %	Brasil	RM SP	Part. %
1993	10.173	3.484	34,2	4.566	1.732	37,9	6.122	2.713	44,3
1994	11.330	4.006	35,4	5.142	1.970	38,3	7.023	3.150	44,9
1995	12.603	4.225	33,5	6.051	2.163	35,7	8.111	3.370	41,5
1996	13.186	4.450	33,7	6.212	2.122	34,2	8.229	3.436	41,8
1997	14.264	4.676	32,8	6.652	2.134	32,1	9.137	3.509	38,4
1998	15.267	5.376	35,2	6.867	2.335	34,0	9.449	3.916	41,4
1999	15.765	6.133	38,9	6.910	2.666	38,6	9.667	4.431	45,8
2000	17.494	6.430	36,8	7.838	2.797	35,7	10.505	4.507	42,9
2001	18.121	6.242	34,4	7.888	2.707	34,3	10.512	4.352	41,4
2002	19.188	5.991	31,2	8.043	2.339	29,1	10.978	4.073	37,1
2003	19.714	5.707	28,9	8.315	2.349	28,3	11.166	3.950	35,4
Δ%	93,8	63,8	-15,5	82,1	35,6	-25,5	82,4	45,6	-20,2

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

GRÁFICO 3.6.3 – Participação dos Homicídios Juvenis e Totais de São Paulo nos Homicídios Nacionais. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

4. ACIDENTES DE TRANSPORTE

4.1 EVOLUÇÃO DOS ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRANSPORTE

Na década analisada (1993-2003) pelo presente trabalho, o número de óbitos causados por acidentes de transporte no Estado de São Paulo passou de 7.467, em 1993, para 7.025, em 2003, o que representa uma queda de 5,9% no período.

Podemos verificar, pela tabela 4.1.1, a existência de uma inflexão na evolução dos óbitos por acidentes de transporte. Entre 1993 e 1997, os números cresceram significativamente. Desde 1997, a partir da promulgação da nova Lei de Trânsito, até o ano 2000, os valores absolutos decresceram em ritmo significativo. A partir dessa data, os números de vítimas de acidentes de transporte voltaram a crescer, mas de forma oscilante.

Na capital é possível observar a maior queda da década analisada: 23,2%. Já no interior do Estado e na RM da Baixada Santista os números, em vez de cair, cresceram.

A tabela 4.1.2 possibilita acompanhar a evolução do número de mortes por acidentes de transporte na população jovem. Em primeiro lugar, verifica-se que as ocorrências caíram entre a população não-jovem (zero a 14 anos e 25 anos ou mais). Já entre os jovens, aumentaram em 5,3%. Esse aumento deve-se a participação das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, de Campinas e do próprio interior do Estado, onde as mortes por acidentes de transporte aumentaram 9,8% na década considerada. Já na capital, os números caíram 10,4%, contrariamente à RM de São Paulo onde, excluídos os dados da capital, os números aumentam 5,3%.

TABELA 4.1.1 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	7.467	7.470	8.364	9.158	9.307
São Paulo Capital	1.990	1.990	2.321	2.421	2.182
RM de São Paulo	3.175	3.388	3.914	4.182	4.029
RM Baixada Santista	266	315	333	383	419
RM Campinas	445	472	542	575	651
RM de São Paulo (s/cap)	1185	1398	1593	1761	1847
São Paulo sem RM SP	4.292	4.082	4.450	4.976	5.278
São Paulo sem RM	3.581	3.295	3.575	4.018	4.208

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 4.1.2 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Regiões	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	1.533	1.845	1.864	2.126
São Paulo Capital	423	503	541	564
RM de São Paulo	669	781	813	892
RM Baixada Santista	48	72	68	81
RM Campinas	85	124	124	141
RM de São Paulo (s/cap)	246	278	272	328
São Paulo sem RM SP	864	1.064	1.051	1.234
São Paulo sem RM	731	868	859	1.012

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
7.561	7.585	6.006	6.909	6.404	7025	-5,9
1.577	1.658	727	1.676	1.004	1528	-23,2
3.083	3.126	1.866	2.803	2.112	2608	-17,9
306	286	195	228	265	323	21,4
575	505	426	454	446	420	-5,6

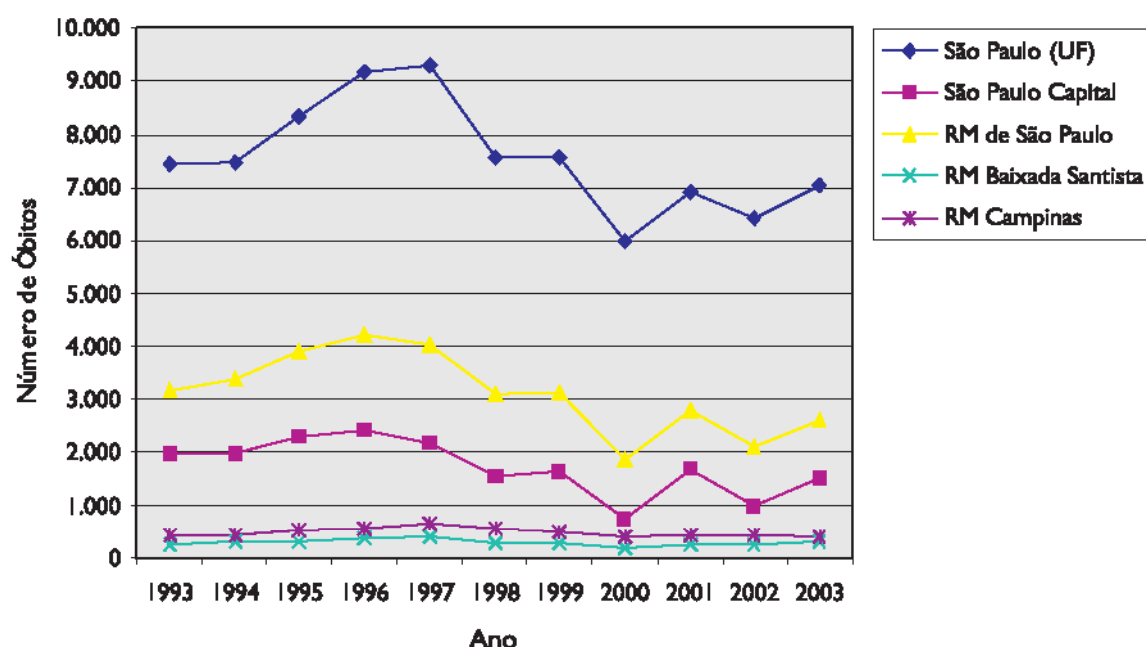
1506	1468	1139	1127	1108	1080	-8,9
4.478	4.459	4.140	4.106	4.292	4.417	2,9
3.597	3.668	3.519	3.424	3.581	3.674	2,6

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
2.209	1.792	1.823	1.327	1.571	1.509	1615	5,3
561	365	394	177	424	223	379	-10,4
931	672	660	406	683	469	638	-4,6
79	56	53	40	42	69	67	39,6
156	153	136	105	99	117	107	25,9

370	307	266	229	259	246	259	5,3
1.278	1.120	1.163	921	888	1.040	977	13,1
1.043	911	974	776	747	854	803	9,8

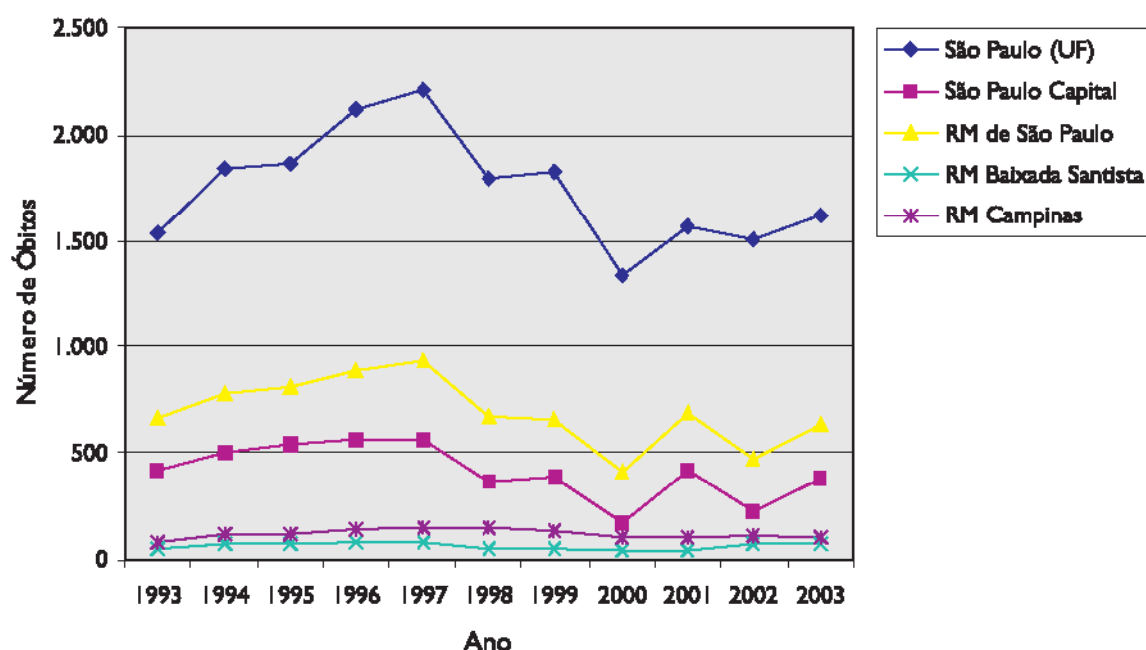
A participação da capital no total de mortes por acidentes de transporte ocorridos do Estado (tabela 4.1.4) caiu, no período considerado, de 26,7% para 21,8%. Excetuando a capital, a participação de todas as regiões do Estado nesse tipo de ocorrência permaneceu constante ou aumentou.

GRÁFICO 4.1.1 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte. População Total. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 4.1.2 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte. População Jovem. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Ao dividir a população paulista em dois grandes grupos: jovens (de 15 a 24 anos) e não-jovens (de zero a 14 anos e 25 ou mais), observamos que, em todas as regiões analisadas, a evolução das mortes por acidentes de trânsito teve maior peso no mundo juvenil do que entre os não-jovens.

A tabela e o gráfico 4.1.3 indicam que:

- Entre os não-jovens o número de mortes por acidentes de transporte na década caiu 8,8%; entre os jovens houve aumento de 5,3%
- Na capital observa-se queda nas taxas dos dois grupos populacionais, só que entre os jovens o declínio foi de 10,4%; entre os não-jovens, de 26,7%.
- Na Região Metropolitana de São Paulo, excluída a capital, os óbitos decorrentes de acidentes de carro aumentaram 5,3%; entre os não-jovens houve queda de 12,6% no mesmo período.

No interior do Estado, os óbitos por esse motivo apresentaram crescimento de 9,8%; já o aumento entre os não-jovens foi de 0,7%.

TABELA 4.1.3 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Não-Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	5.934	5.625	6.500	7.032	7.098
São Paulo Capital	1.567	1.487	1.780	1.857	1.621
RM de São Paulo	2.506	2.607	3.101	3.290	3.098
RM Baixada Santista	218	243	265	302	340
RM Campinas	360	348	418	434	495
RM de São Paulo (s/cap)	939	1.120	1.321	1.433	1.477
São Paulo sem RM SP	3.428	3.018	3.399	3.742	4.000
São Paulo sem RM	2.850	2.427	2.716	3.006	3.165

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 4.1.4 – Evolução da Participação (%) das Regiões no Total de Óbitos por Acidentes de Transporte do Estado - São Paulo. 1993-2003

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Capital	26,7	26,6	27,7	26,4	23,4	20,9
RM São Paulo	42,5	45,4	46,8	45,7	43,3	40,8
RM Baixada Santista	3,6	4,2	4,0	4,2	4,5	4,0
RM Campinas	6,0	6,3	6,5	6,3	7,0	7,6
RM de São Paulo (s/c)	15,9	18,7	19,0	19,2	19,8	19,9
São Paulo sem RM SP	57,5	54,6	53,2	54,3	56,7	59,2
São Paulo sem RM	48,0	44,1	42,7	43,9	45,2	47,6

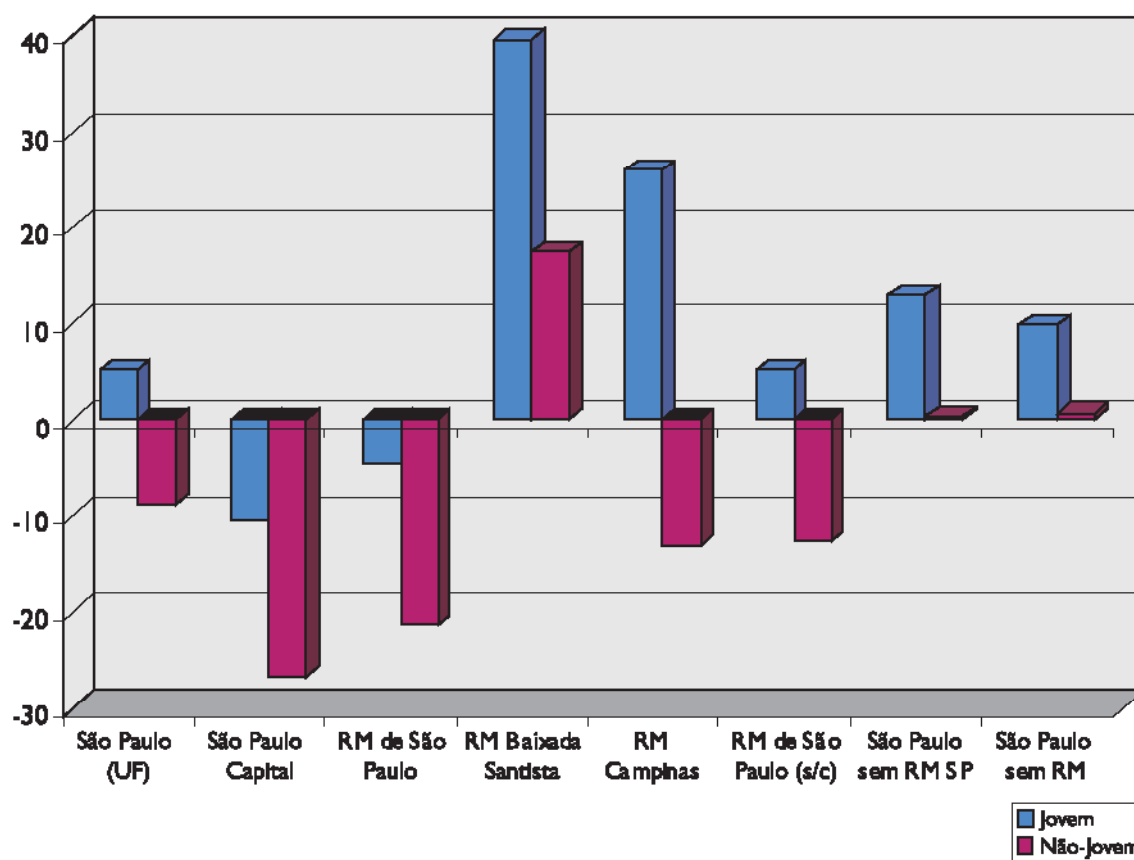
1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
5.769	5.762	4.679	5.338	4.895	5.410	-8,8
1.212	1.264	550	1.252	781	1.149	-26,7
2.411	2.466	1.460	2.120	1.643	1.970	-21,4
250	233	155	186	196	256	17,4
422	369	321	355	329	313	-13,1

1.199	1.202	910	868	862	821	-12,6
3.358	3.296	3.219	3.218	3.252	3.440	0,4
2.686	2.694	2.743	2.677	2.727	2.871	0,7

1999	2000	2001	2002	2003
21,9	12,1	24,3	15,7	21,8
41,2	31,1	40,6	33,0	37,1
3,8	3,2	3,3	4,1	4,6
6,7	7,1	6,6	7,0	6,0

19,4	19,0	16,3	17,3	15,4
58,8	68,9	59,4	67,0	62,9
48,4	58,6	49,6	55,9	52,3

GRÁFICO 4.1.3 – Crescimento Decenal (%) dos Óbitos por Acidentes de Transporte. População Jovem e Não-jovem, por regiões. São Paulo – 1993/2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

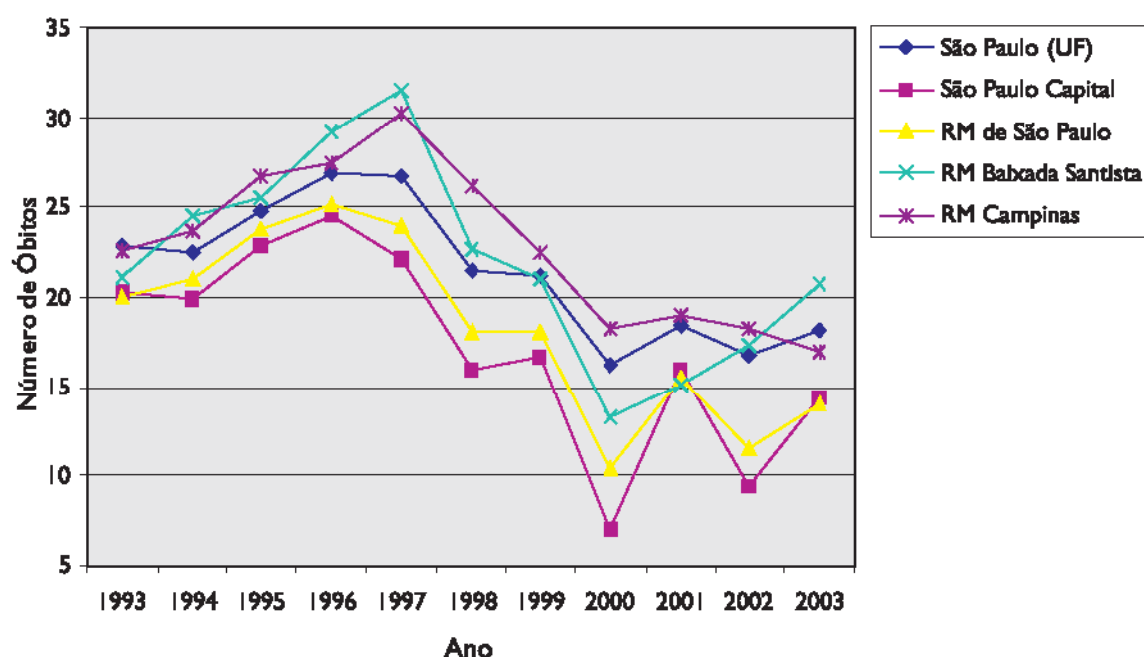
4.2 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ÓBITO POR ACIDENTES DE TRANSPORTE

As tabelas seguintes indicam que, quando relacionamos o volume de óbitos com a base populacional da área analisada, o panorama fica mais heterogêneo, já que as quedas não ocorreram igualmente em todo o Estado.

Entre 1993 e 2003, o Estado registrou uma expressiva queda, superior a 20%, em suas taxas de óbitos por acidentes de transporte.

Os carros-chefe desse processo foram a capital e sua Região Metropolitana, onde foi registrado decréscimo na faixa dos 30%. Já no interior (São Paulo sem RM nas tabelas a seguir), as quedas foram menores, porém relevantes: em torno de 13%.

GRÁFICO 4.2.1 – Taxa (em 100.000) de Óbitos por Acidentes de Transporte. População Total. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A queda da taxa de óbito por acidente de transporte entre os jovens foi menor (14,1%) em São Paulo do que a registrada entre a população total (jovens e não-jovens): 20,5%. Também, neste caso, a capital e sua Região Metropolitana foram os responsáveis pela redução das mortes. Na Baixada Santista, as taxas cresceram 8% na década em questão.

TABELA 4.2.1 – Taxas de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	22,8	22,5	24,8	26,8
São Paulo Capital	20,2	19,9	22,9	24,6
RM de São Paulo	19,9	21,0	23,9	25,2
RM Baixada Santista	21,1	24,6	25,6	29,3
RM Campinas	22,6	23,6	26,7	27,5

RM de São Paulo (s/cap)	19,5	22,6	25,4	26,1
São Paulo sem RM SP	25,6	24,0	25,7	28,4
São Paulo sem RM	26,4	23,9	25,6	28,4

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 4.2.2 – Taxas de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	25,1	29,7	29,6	32,4
São Paulo Capital	23,2	27,2	28,8	29,8
RM de São Paulo	22,3	25,7	26,3	27,5
RM Baixada Santista	21,0	31,0	28,8	32,8
RM Campinas	22,9	32,9	32,4	35,0

RM de São Paulo (s/cap)	20,9	23,2	22,4	24,2
São Paulo sem RM SP	27,7	33,6	32,7	37,2
São Paulo sem RM	29,0	33,9	33,1	38,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

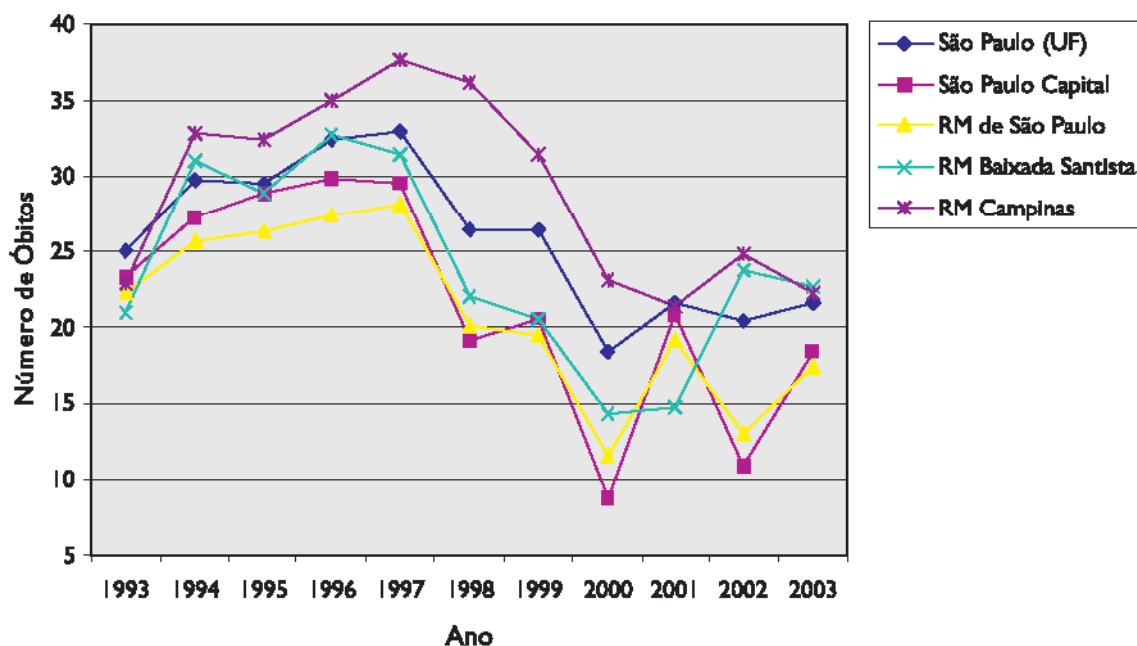
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
26,8	21,4	21,2	16,2	18,4	16,8	18,1	-20,5
22,1	15,9	16,6	7,0	16,0	9,5	14,3	-29,2
23,9	18,0	18,0	10,4	15,5	11,5	14,0	-29,8
31,5	22,7	21,0	13,2	15,1	17,3	20,8	-1,4
30,3	26,1	22,5	18,2	19,0	18,3	16,9	-25,3

26,5	21,0	20,0	15,3	14,8	14,2	13,6	-30,3
29,5	24,6	24,1	21,6	21,1	21,7	22,0	-14,0
29,2	24,6	24,6	22,9	21,9	22,6	22,9	-13,3

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
33,0	26,4	26,4	18,5	21,5	20,4	21,5	-14,1
29,5	19,1	20,6	8,8	20,9	10,9	18,4	-20,9
28,2	20,1	19,4	11,5	19,1	13,0	17,4	-22,1
31,5	22,0	20,6	14,3	14,7	23,7	22,7	8,0
37,7	36,1	31,4	23,2	21,4	24,8	22,2	-2,9

26,4	21,3	18,0	15,2	16,8	15,6	16,1	-22,8
37,8	32,5	33,2	25,2	23,8	27,5	25,5	-8,0
38,4	33,0	34,7	26,5	25,1	28,3	26,2	-9,5

GRÁFICO 4.2.2 – Taxa (em 100 mil) de Óbito por Acidentes de Transporte. População Jovem. São Paulo. 1993-2003



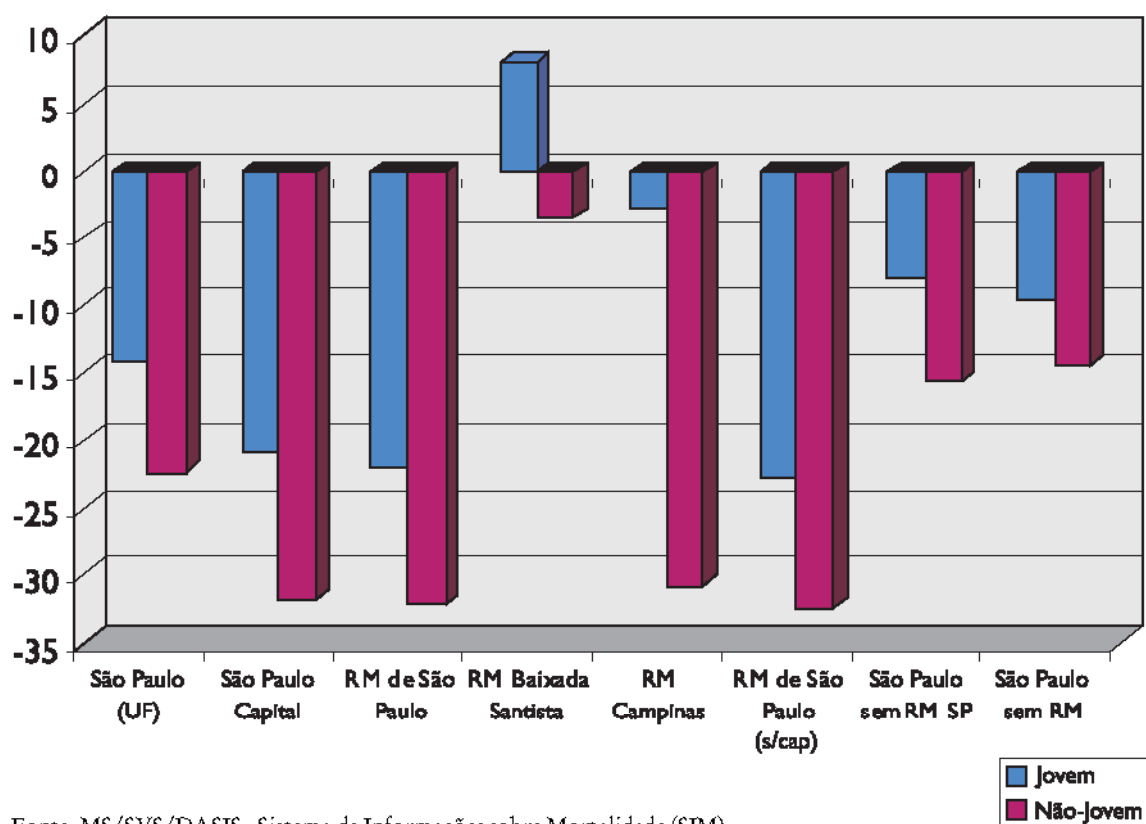
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Os dados confirmam o que já foi apontado anteriormente em várias oportunidades: a violência, também nos casos de morte por acidente de transporte, cai mais rápido entre a parcela não-jovem da população do que entre a faixa etária de 15 a 24 anos. Isso fica evidente numa comparação entre a tabela seguinte (que apresenta as taxas de óbitos em acidentes de transporte para a população não-jovem) e a tabela anterior, que expõe os mesmos dados para a população jovem.

O gráfico seguinte compara a evolução dos óbitos decorrentes de acidentes de transporte entre a população jovem e não-jovem, durante a década analisada. Chama a atenção o fato de as quedas entre os jovens serem menores em todas as regiões. Em alguns casos, os jovens sofrem efeito contrário do que o restante da população. Na Baixada Santista, as taxas da população não-jovem caíram enquanto as registradas entre os jovens aumentaram.

O formato das curvas de óbitos por acidentes de transporte no Estado é semelhante às observadas no restante do País; mas em São

GRÁFICO 4.2.3 – Crescimento Decenal (%) das Taxas de Óbito por Acidentes de Transporte. População Jovem e Não-jovem, por regiões. São Paulo - 1993/2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

Paulo, esse fenômeno é mais intenso (gráficos 4.2.4 e 4.2.5). Tanto o aumento das taxas, ocorrido entre 1993 e 1996, quanto a posterior queda registrada entre 1997 e 2000 é bem mais pronunciada no Estado do que no restante do País.

Em 1993, as taxas totais do Estado eram 23% superiores às do país. Mas as quedas ocorridas a partir da nova Lei de Trânsito também foram mais expressivas do que no resto do Brasil. Tanto é assim, que, em 2000, já estavam 7% abaixo da média nacional.

As taxas de óbitos por acidentes registradas em São Paulo estiveram, ao longo da década analisada, abaixo das outras capitais. Com o passar dos anos, essa distância aumentou. Em 1993, as taxas da capital estavam 14% abaixo da média nacional das capitais. Em 2003, essa diferença havia passado para 35%.

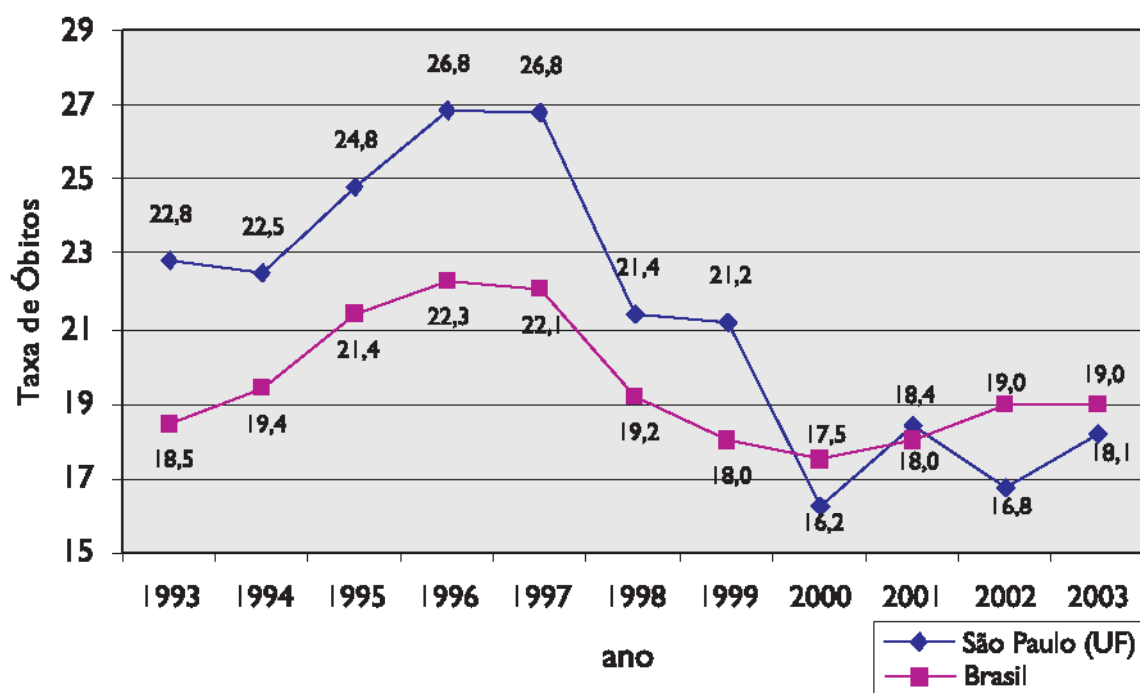
TABELA 4.2.3 – Taxas de Óbitos por Acidentes de Transporte na População Não-Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996
São Paulo (UF)	22,3	20,8	23,7	25,5
São Paulo Capital	19,5	18,3	21,5	23,4
RM de São Paulo	19,4	19,9	23,3	24,7
RM Baixada Santista	21,1	23,1	24,9	28,4
RM Campinas	22,6	21,5	25,4	25,7

RM de São Paulo (s/cap)	19,2	22,5	26,1	26,6
São Paulo sem RM SP	25,1	21,8	24,2	26,3
São Paulo sem RM	25,8	21,7	23,9	26,2

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 4.2.4 – Taxa de Óbito por Acidentes de Transporte nas Unidades Federadas. Brasil e São Paulo. 1993-2003.

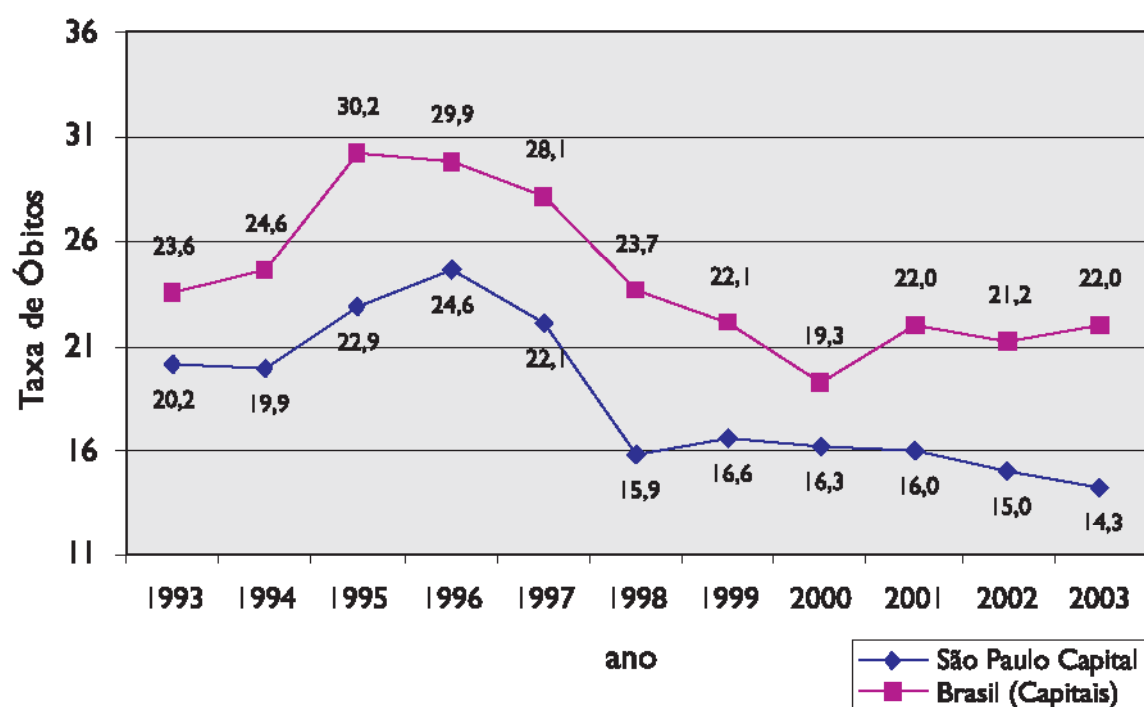


Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
25,3	20,2	19,9	15,7	17,6	15,9	17,3	-22,3
20,3	15,1	15,7	6,5	14,8	9,1	13,3	-31,7
22,8	17,5	17,7	10,2	14,6	11,1	13,2	-32,1
31,5	22,9	21,1	13,0	15,2	15,8	20,3	-3,7
28,5	23,8	20,3	17,0	18,4	16,7	15,6	-30,7

26,5	20,9	20,4	15,3	14,3	13,9	12,9	-32,5
27,6	22,8	22,0	20,8	20,4	20,3	21,2	-15,6
27,1	22,6	22,3	22,1	21,2	21,3	22,1	-14,4

GRÁFICO 4.2.5 – Taxa de Óbitos por Acidentes de Transporte nas Capitais. Brasil e São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

4.3 ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRANSPORTE SEGUNDO O SEXO

Assim como ocorre com os homicídios, as principais vítimas de óbitos por acidentes de transporte são homens. A situação de São Paulo repete-se nacionalmente. A tabela 3.4.1 indica que eles são 82% das vítimas, considerando-se a população total (jovens e não-jovens), mas a taxa ainda é maior entre os jovens: 84%.

As maiores proporções de vitimização de homens são registradas na Região Metropolitana de Campinas. Lá, 86,7% do total de óbitos e 93,5% dos óbitos juvenis atingem homens.

TABELA 4.3.1 – Número e % de Óbitos por Acidentes de Transporte segundo o Sexo, Região e Grupos Populacionais - São Paulo - 2003

N. de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	5.763	1.262	7.025	1.356	259	1.615	4.407	1.003	5.410
São Paulo Capital	1.227	301	1.528	318	61	379	909	240	1.149
RM São Paulo	2.106	502	2.608	539	99	638	1.567	403	1.970
RM Baixada Santista	268	55	323	51	16	67	217	39	256
RM Campinas	364	56	420	100	7	107	264	49	313
Interior	3.025	649	3.674	666	137	803	2.359	512	2.871

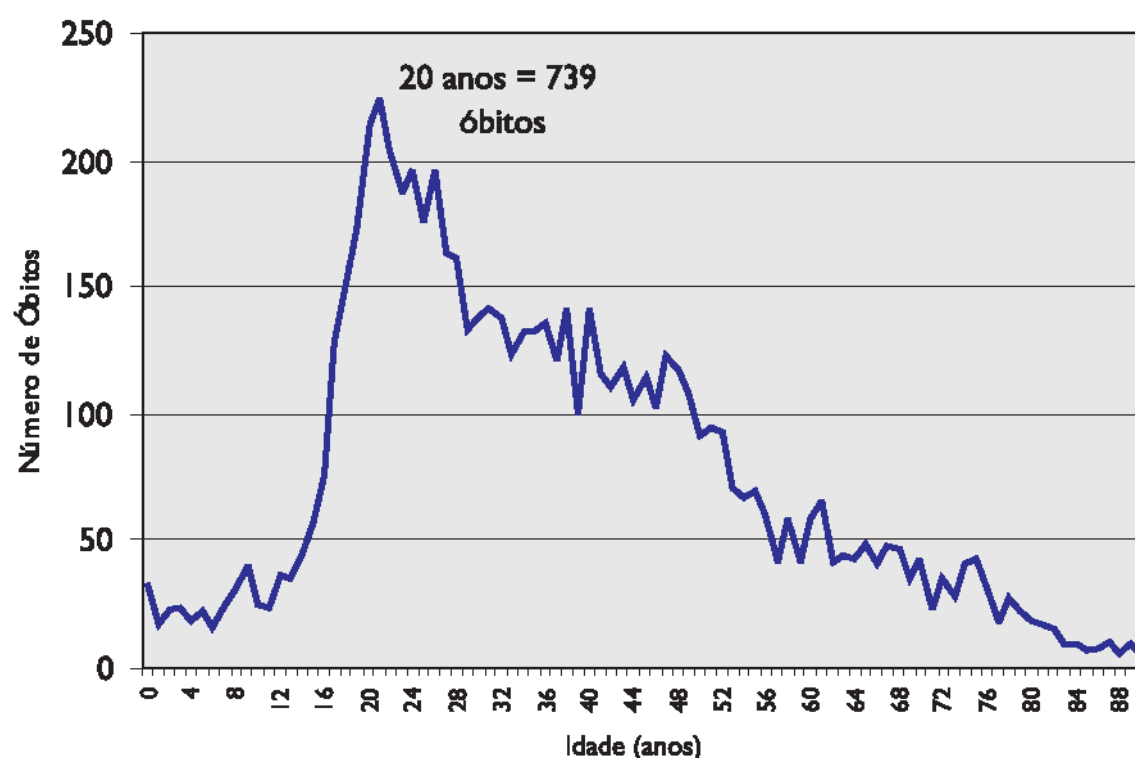
% de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	82,0	18,0	100,0	84,0	16,0	100,0	81,5	18,5	100,0
São Paulo Capital	80,3	19,7	100,0	83,9	16,1	100,0	79,1	20,9	100,0
RM São Paulo	80,8	19,2	100,0	84,5	15,5	100,0	79,5	20,5	100,0
RM Baixada Santista	83,0	17,0	100,0	76,1	23,9	100,0	84,8	15,2	100,0
RM Campinas	86,7	13,3	100,0	93,5	6,5	100,0	84,3	15,7	100,0
Interior	82,3	17,7	100,0	82,9	17,1	100,0	82,2	17,8	100,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

4.4 IDADE DOS ÓBITOS

Os dados contidos na tabela e no gráfico 4.4.1 indicam que a parcela jovem da população é a que registra, no Estado de São Paulo, o maior número absoluto de mortes por acidentes de transporte. Também, em números relativos ao tamanho da população, a faixa jovem, principalmente a compreendida entre 20 e 24 anos, é a que registra a maior taxa de mortes.

GRÁFICO 4.4.1 – Número de Óbitos por Acidentes de Transporte por Idades. São Paulo. 2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 4.4.I – Número e Taxa de Óbitos por Acidentes de Transporte (em 100000) por Idade e Faixa Etária. São Paulo. 2003

Idade/ Faixa Etária	Número de Óbitos	Taxa de Óbitos
Menor 1 ano	33	5,0
1 a 4 anos	18	3,1
5 a 9 anos	17	4,0
10 a 14 anos	133	4,7
15 a 19 anos	2382	15,5
15 anos	213	7,9
16 anos	356	10,5
17 anos	508	16,4
18 anos	654	19,0
19 anos	651	22,6
20 a 24 anos	3325	27,8
20 anos	739	28,0
21 anos	677	30,4
22 anos	679	26,8
23 anos	661	24,7
24 anos	569	27,6
25 a 29 anos	2521	24,8
30 a 39 anos	2989	21,0
40 a 49 anos	1400	23,6
50 a 59 anos	560	22,4
60 a 69 anos	201	24,2
70 anos e mais	84	28,8

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

4.5 SAZONALIDADE DOS ÓBITOS

Da mesma forma que no caso dos homicídios, tentou-se verificar as flutuações existentes nos níveis de óbitos por acidentes de transporte ao longo do ano.

A tabela 4.5.1 mostra que, ainda que haja certa flutuação mensal nos óbitos, é difícil estabelecer padrões mais ou menos significativos para essas ocorrências.

TABELA 4.5.1 – Número e Média Diária de Óbitos por Acidentes de Transporte segundo Mês. São Paulo. 2003

Mês	N	Média Diária	Desvio % da Média
Janeiro	562	18,1	-5,8
Fevereiro	554	19,8	2,8
Março	596	19,2	-0,1
Abril	589	19,6	2,0
Maiο	607	19,6	1,7
Junho	623	20,8	7,9
Julho	589	19,0	-1,3
Agosto	626	20,2	4,9
Setembro	534	17,8	-7,5
Outubro	580	18,7	-2,8
Novembro	568	18,9	-1,6
Dezembro	597	19,3	0,1
Total	7.025	19,2	0,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Flutuações sistemáticas de óbitos por acidentes de transporte acontecem de forma intensa e evidente na análise dos dias da semana. A tabela 4.5.2 e o gráfico 4.5.1 mostram que a maioria dos óbitos é registrada nos finais de semana. Entre os jovens, esse fato é ainda

mais relevante. Nos dias de semana, são registrados, entre essa população, uma média de 3,3 óbitos por dia. Já nos finais de semana, essa média aumenta para 7,1 óbitos/dia, representando um aumento de 113,7%.

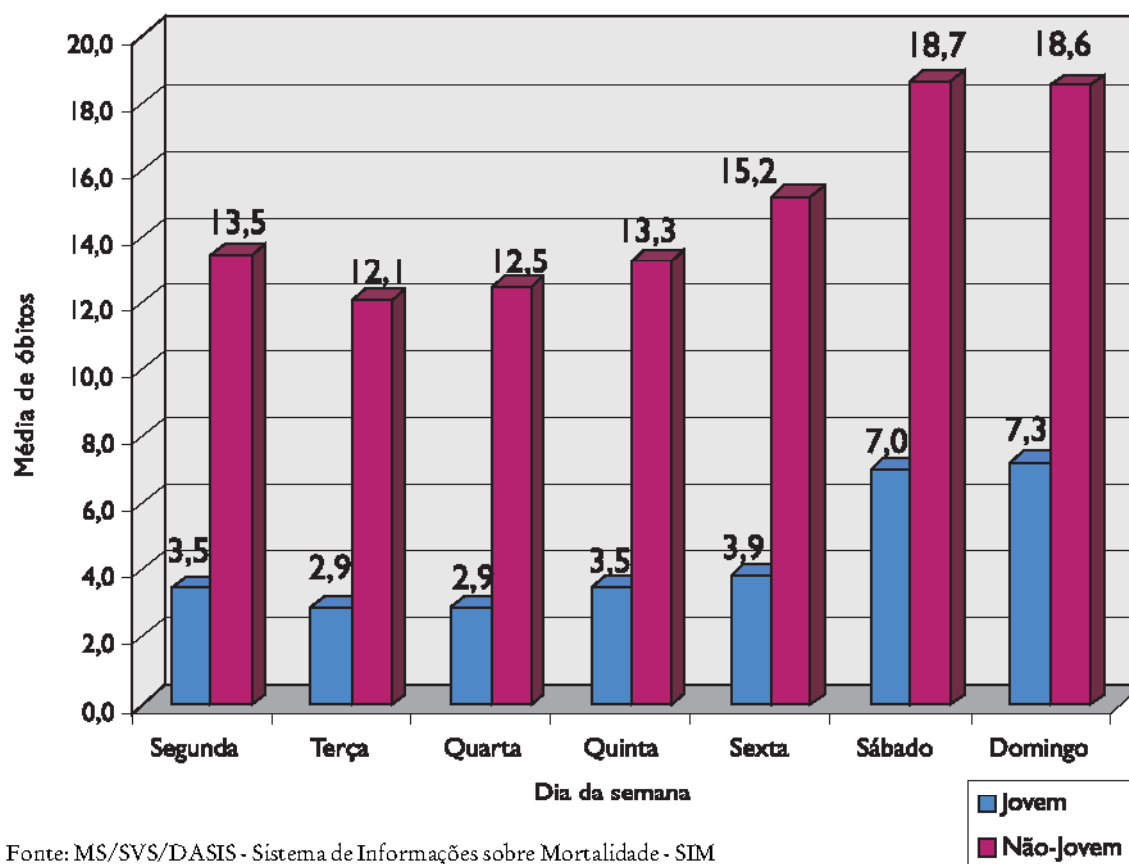
Entre a população não-jovem, o incremento dessas mortes no final de semana é mais moderado. Durante a semana, a média de óbitos é de 13,3 por dia. Já no final de semana, elevou-se para 18,6 por dia, representando um incremento de cerca de 40%.

TABELA 4.5.2 – Distribuição dos Óbitos por Acidentes de Transporte nos Dias da Semana segundo a Faixa Etária. São Paulo – 2003

Dia da Semana	Jovem		Não-Jovem		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Segunda	181	3,5	701	13,5	882	17,0
Terça	150	2,9	629	12,1	779	15,0
Quarta	156	2,9	663	12,5	819	15,5
Quinta	184	3,5	691	13,3	875	16,8
Sexta	201	3,9	790	15,2	991	19,1
Sábado	365	7,0	970	18,7	1.335	25,7
Domingo	378	7,3	966	18,6	1.344	25,8
Média Semana	174	3,3	695	13,3	869	16,7
Média Final Sem.	372	7,1	968	18,6	1.340	25,8
Dif %	113,7%		39,8%		54,7%	

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 4.5.1 – Média de Óbitos por Acidentes de Transporte nos dias da Semana. Jovem e Não-Jovem. São Paulo. 2003



4.6 PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO DE ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRANSPORTE NO BRASIL

O Estado de São Paulo, que abriga cerca de 22% da população do País, foi responsável, em 2003, por 27,3% dos homicídios registrados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o que indica que as taxas estaduais ainda são elevadas quando comparadas à média nacional e com as estatísticas internacionais¹⁸. No entanto, a participação de São Paulo nas estatísticas nacionais já foi maior.

¹⁸ No Mapa da Violência IV, o Brasil, nas comparações internacionais com outros 66 países dos 5 continentes, ocupava o 4^a lugar, depois de Colômbia, El Salvador e a Federação Russa, por sua taxa de 27,1 homicídios em 100 mil habitantes e o 5^o lugar, por sua taxa de 52,2 homicídios juvenis. Nesse mesmo estudo o Estado de São Paulo, com uma taxa de 38 homicídios em 1 milhão de habitantes, ocupava o 5^o lugar entre os Estados brasileiros tanto em homicídios da população total quanto em homicídios juvenis.

Como foi dito anteriormente, a participação do Estado na produção nacional de homicídios aumentou de 30,1%, em 1993, para 36,8% em 1999. A partir dessa data, com as sucessivas quedas já analisadas, a participação do Estado foi caindo de forma gradual e sustentada, baixando para 27,3% em 2003. Processo similar ocorreu com a capital paulista em relação às demais. A Região Metropolitana de São Paulo também apresentou queda nos óbitos por acidentes de transporte em comparação às dez grandes regiões metropolitanas do País.¹⁹

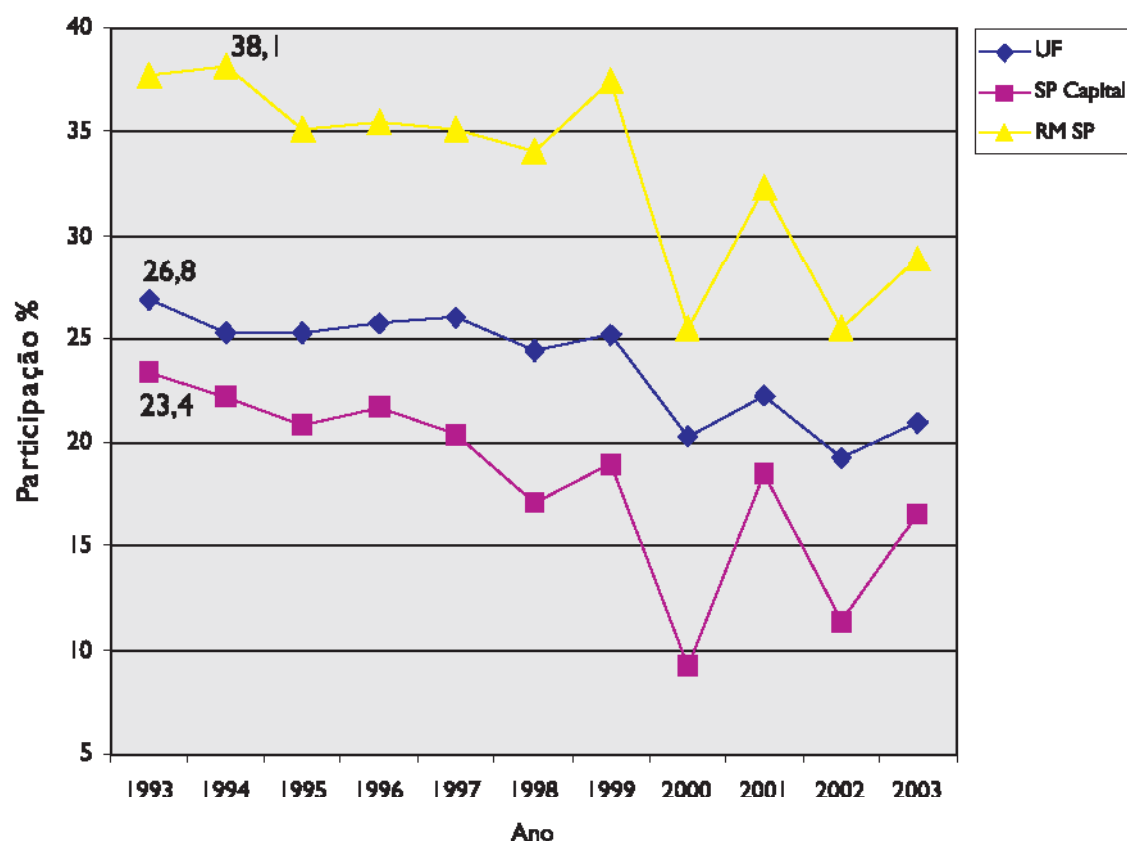
TABELA 4.6.1 – Evolução e Participação de São Paulo nos Óbitos por Acidentes de Transporte do Brasil, por Área. População Total. 1993-2003

ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	RM SP	Part.%
1993	27.839	7.467	26,8	8.512	1.990	23,4	8.419	3.175	37,7
1994	29.527	7.470	25,3	8.973	1.990	22,2	8.881	3.388	38,1
1995	33.153	8.364	25,2	11.129	2.321	20,9	11.146	3.914	35,1
1996	35.545	9.158	25,8	11.144	2.421	21,7	11.785	4.182	35,5
1997	35.756	9.307	26,0	10.706	2.182	20,4	11.472	4.029	35,1
1998	30.994	7.561	24,4	9.211	1.577	17,1	9.034	3.083	34,1
1999	30.118	7.585	25,2	8.749	1.658	19,0	8.341	3.126	37,5
2000	29.640	6.006	20,3	7.909	727	9,2	7.326	1.866	25,5
2001	31.005	6.909	22,3	9.040	1.676	18,5	8.672	2.803	32,3
2002	33.265	6.404	19,3	8.800	1.004	11,4	8.290	2.112	25,5
2003	33.599	7.025	20,9	9.246	1.528	16,5	9.041	2.608	28,8
Δ%	20,7	-5,9	-22,0	8,6	-23,2	-29,3	7,4	-17,9	-23,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

¹⁹ Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

GRÁFICO 4.6.1 – Evolução da Participação de São Paulo nos óbitos por Acidentes de Transporte Nacionais. População Total - 1993-2003



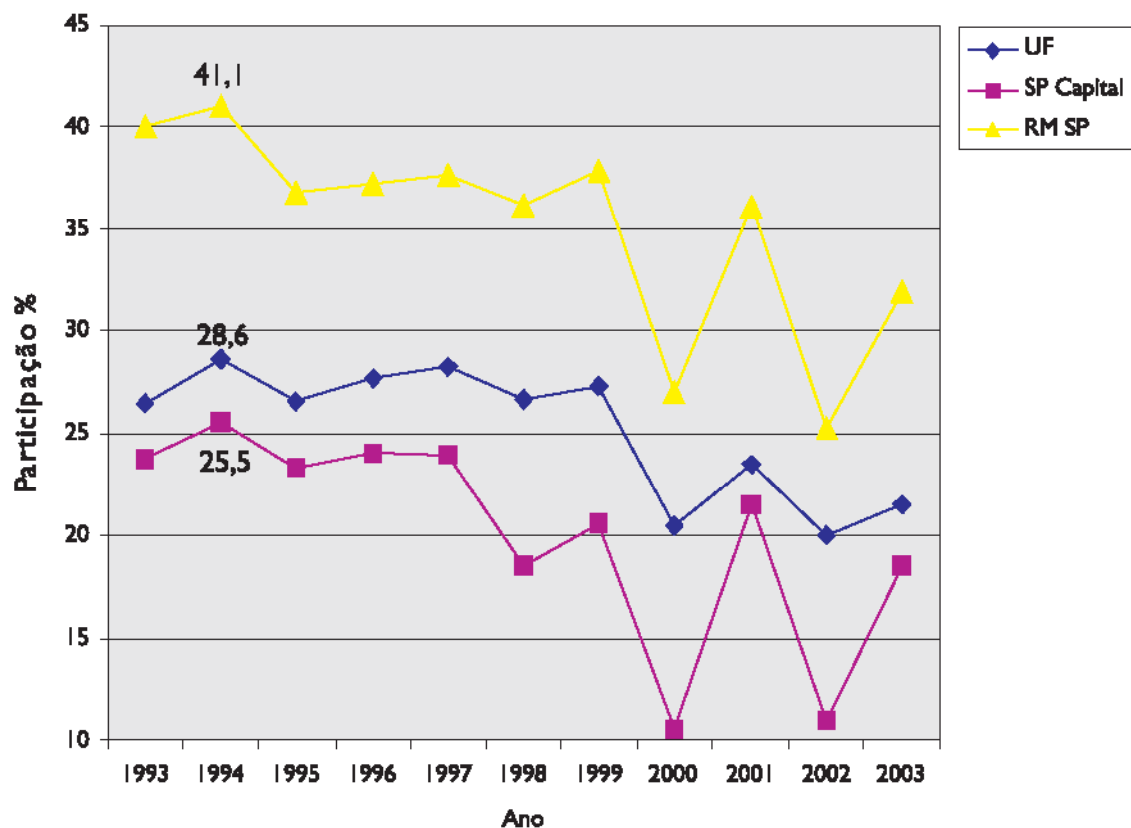
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 4.6.2 – Evolução e Participação de São Paulo nos Óbitos por Acidentes de Transporte do Brasil, por Área. População Jovem. 1993-2003

ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	RM SP	Part.%
1993	5.789	1.533	26,5	1.780	423	23,8	1.672	669	40,0
1994	6.444	1.845	28,6	1.973	503	25,5	1.902	781	41,1
1995	7.009	1.864	26,6	2.320	541	23,3	2.206	813	36,9
1996	7.670	2.126	27,7	2.350	564	24,0	2.398	892	37,2
1997	7.816	2.209	28,3	2.345	561	23,9	2.468	931	37,7
1998	6.717	1.792	26,7	1.967	365	18,6	1.858	672	36,2
1999	6.671	1.823	27,3	1.911	394	20,6	1.743	660	37,9
2000	6.486	1.327	20,5	1.674	177	10,6	1.501	406	27,0
2001	6.701	1.571	23,4	1.970	424	21,5	1.890	683	36,1
2002	7.555	1.509	20,0	2.044	223	10,9	1.857	469	25,3
2003	7.492	1.615	21,6	2.047	379	18,5	1.999	638	31,9
Δ%	29,4	5,3	-18,6	15,0	-10,4	-22,1	19,6	-4,6	-20,2

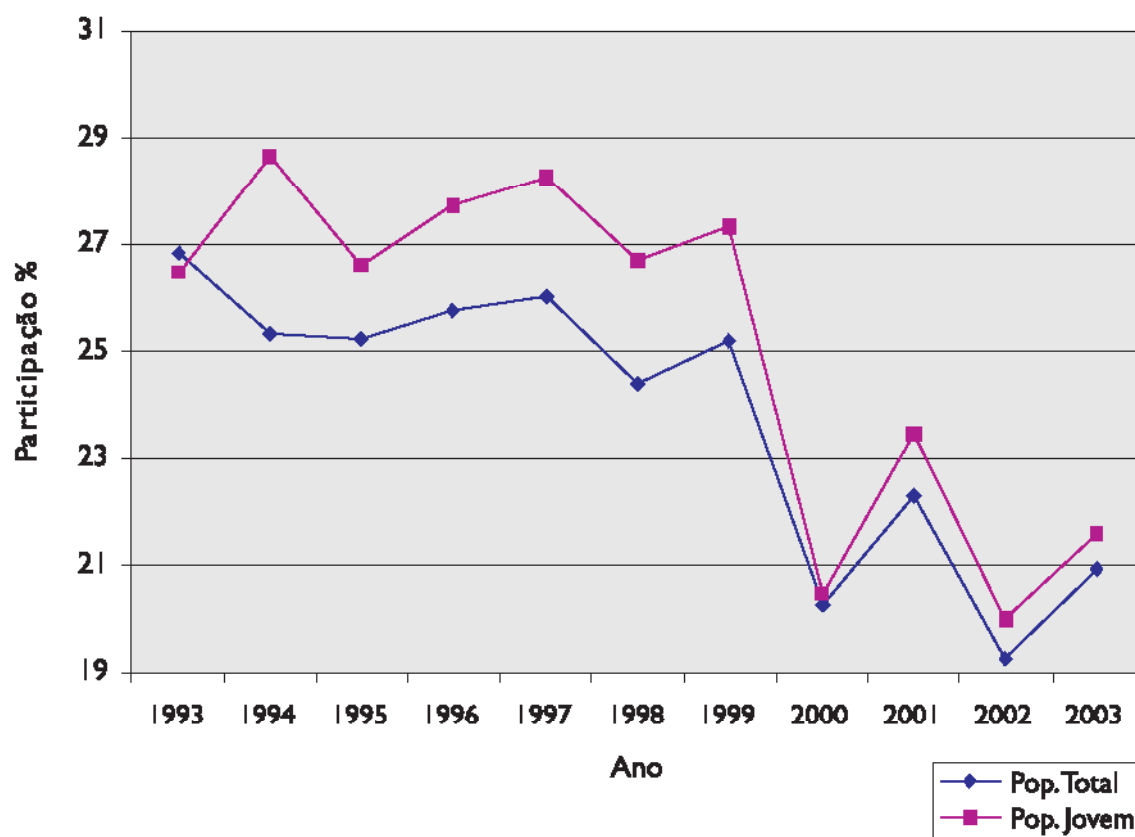
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 4.6.2 – Evolução da Participação de São Paulo nos óbitos por Acidentes de Transporte Nacionais. População Jovem - 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 4.6.3 – Participação dos Óbitos por Acidentes de Transporte Juvenis e Totais de São Paulo nos óbitos por Acidentes de Transporte Nacionais. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5. SUICÍDIOS

5.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SUICÍDIOS EM SÃO PAULO

De 1993 a 2003, o número de suicídios caiu levemente no Estado de São Paulo, passando de 1.581 para 1.555, o que representa uma diminuição absoluta de 1,6% (tabela 5.1.1). Novamente é a capital que se destaca ao apresentar queda significativa (17,7%) na década considerada. Já a Região Metropolitana de São Paulo (excluída a capital), pelo contrário, evidencia um grande aumento: 27,7%. A Região Metropolitana de Campinas também apresenta forte crescimento: 25%.

Entre os jovens do Estado a queda foi ainda maior (16,6%), passando de 397 suicídios, em 1993, para 331, em 2003. As tabelas 5.1.2 e 5.1.3, que refletem o comportamento dos jovens e dos não-jovens com relação ao suicídio, indicam uma diferença considerável entre os dois grupos. O suicídio, entre os jovens, caiu; entre os não-jovens, aumentou. Em vez da queda de 16,6% observada entre os jovens, os não-jovens protagonizaram um aumento de 3,4%. Esse aumento entre os não-jovens deve-se, fundamentalmente, ao significativo incremento decenal dos suicídios nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, onde os suicídios, excluída a capital, cresceram 48,6%.

Também, na RM da Baixada Santista, observa-se fenômeno idêntico. Os suicídios juvenis caíram 20% na década enquanto entre os não-jovens aumentou 17,1%.

TABELA 5.1.1 – Número de Óbitos por Suicídio na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	1.581	1.663	1.758	1.732	1.796
São Paulo Capital	519	490	541	555	553
RM de São Paulo	772	743	786	830	838
RM Baixada Santista	51	95	75	72	61
RM Campinas	64	62	81	64	80

RM de São Paulo (s/cap)	253	253	245	275	285
São Paulo sem RM SP	809	920	972	902	958
São Paulo sem RM	694	763	816	766	817

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 5.1.2 – Número de Óbitos por Suicídio na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2002

Regiões	1993	1994	1995
São Paulo (UF)	397	367	373
São Paulo Capital	129	111	116
RM de São Paulo	201	179	174
RM Baixada Santista	10	26	22
RM Campinas	17	15	15

RM de São Paulo (s/cap)	72	68	58
São Paulo sem RM SP	196	188	199
São Paulo sem RM	169	147	162

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

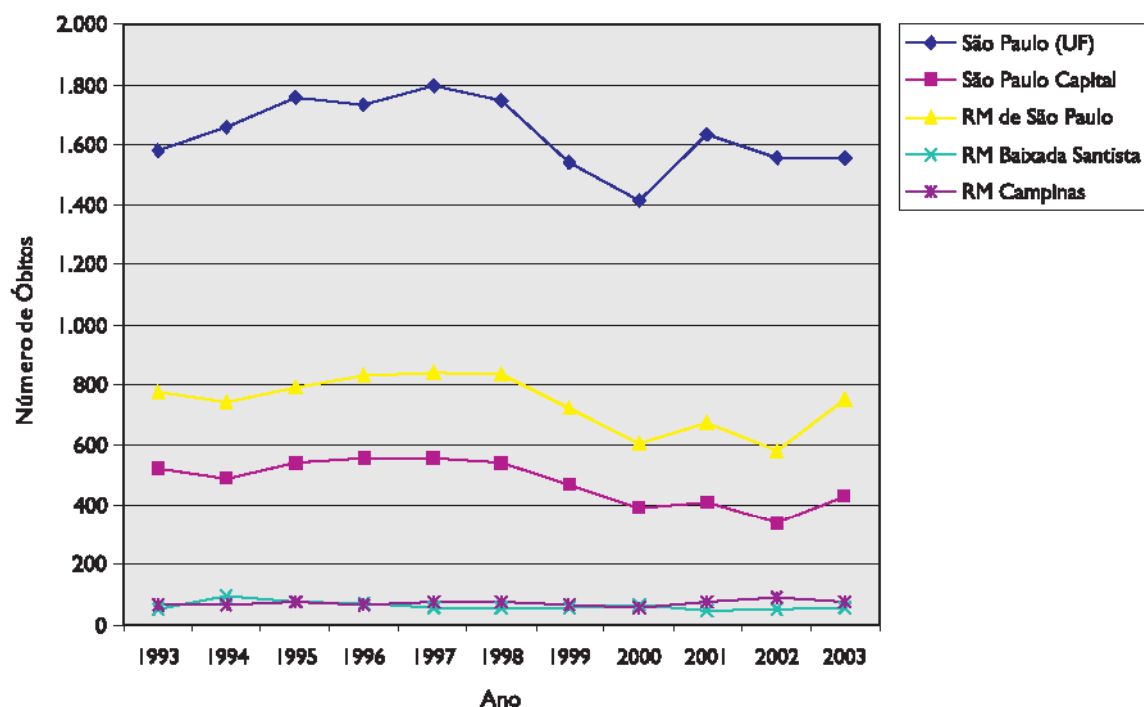
1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
1.747	1.547	1.413	1.637	1.555	1555	-1,6
540	471	390	409	338	427	-17,7
833	721	606	672	581	750	-2,8
61	56	62	46	54	56	9,8
77	68	57	80	90	80	25,0

293	250	216	263	243	323	27,7
914	826	807	965	974	805	-0,5
776	702	688	839	830	669	-3,6

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
392	380	367	310	253	331	305	331	-16,6
123	117	113	99	70	101	55	101	-21,7
188	192	181	168	105	151	108	155	-22,9
12	11	11	15	12	6	7	8	-20,0
12	14	11	10	6	17	23	23	35,3

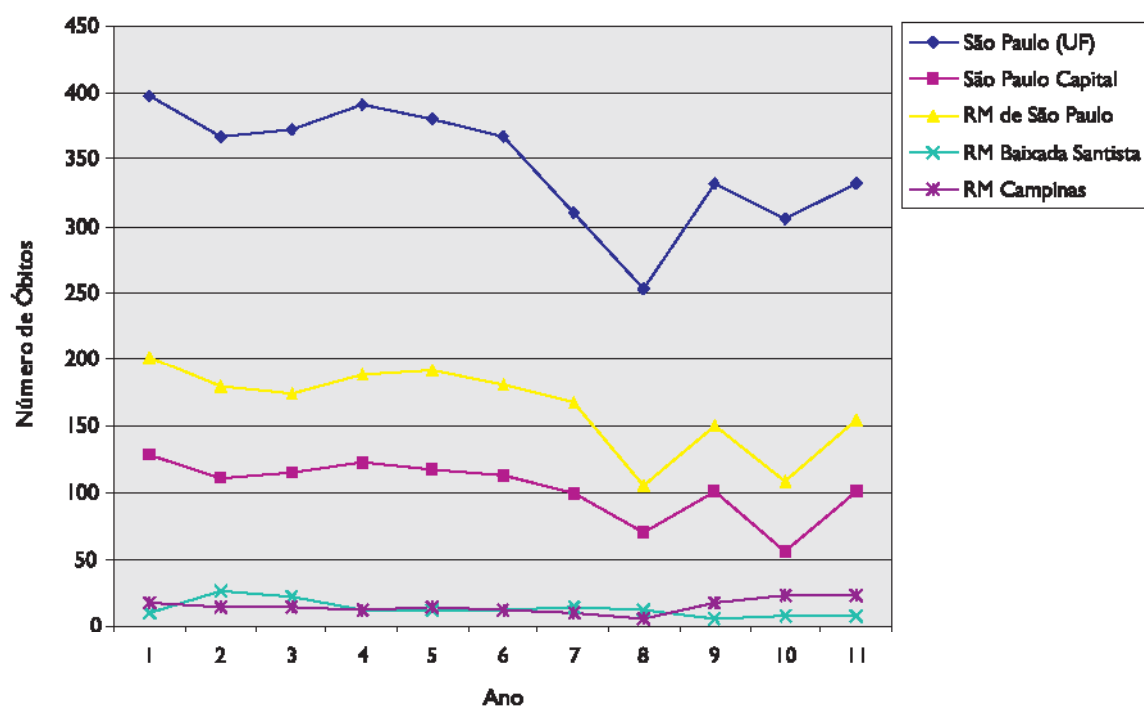
65	75	68	69	35	50	53	54	-25,0
204	188	186	142	148	180	197	176	-10,2
180	163	164	117	130	157	167	145	-14,2

GRÁFICO 5.1.1 – Número de Óbitos por Suicídio. População Total. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

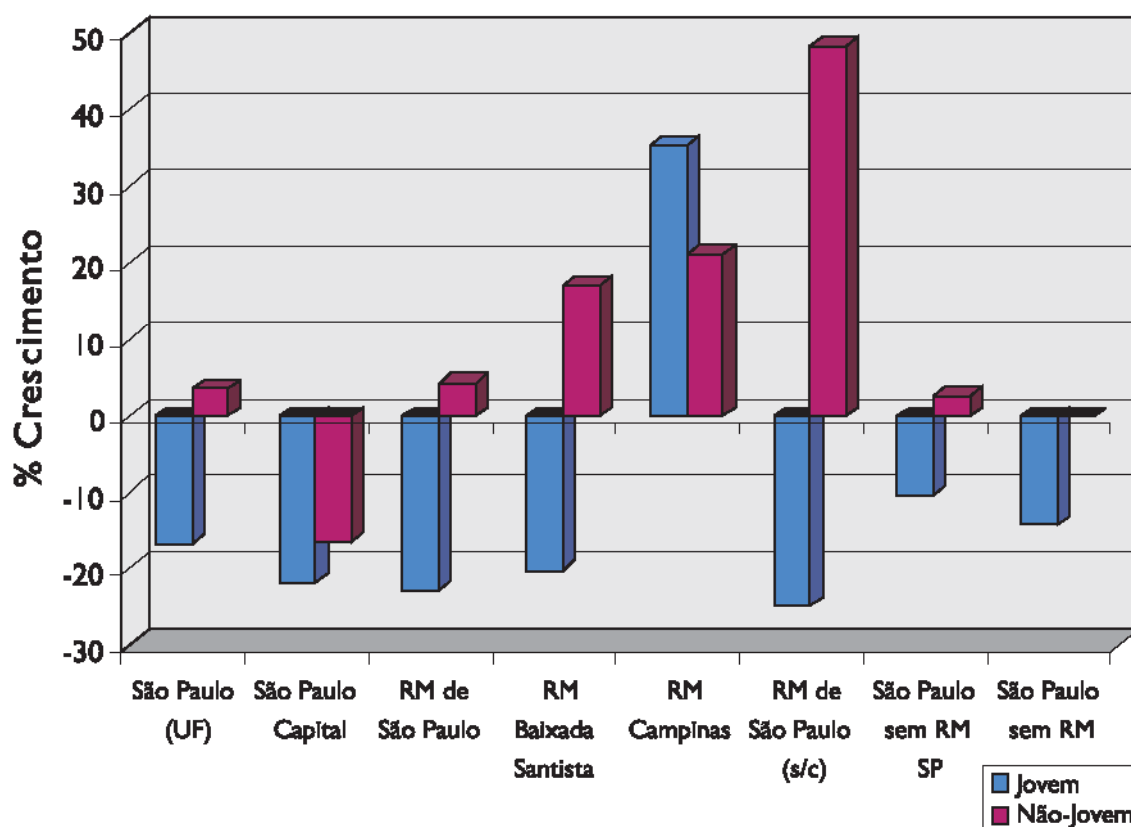
GRÁFICO 5.1.2 – Número de Óbitos por Suicídio. População Jovem. São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Prosseguindo com as comparações da evolução dos suicídios decenais entre os grupos jovens e não-jovens, o gráfico 5.1.3 permite visualizar que houve uma queda generalizada nos suicídios juvenis e, pelo contrário, um aumento (ou queda menor em alguns casos) no mundo não-jovem. O caso extremo desse fenômeno encontra-se na RM de São Paulo, excluída sua capital. O número de suicídios juvenis passou de 72 para 54, representando uma queda de 25% na década, enquanto o grupo não-jovem sofreu um forte aumento, passando de 181 suicídios, em 1993, para 269, em 2003, o que significa um incremento de 48,6%:

GRÁFICO 5.1.3 – Crescimento Decenal (%) dos Suicídios. População Jovem e Não-Jovem, por regiões. São Paulo - 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 5.1.3 – Número de Óbitos por Suicídio na População Não-Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Regiões	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	1.184	1.296	1.385	1.340	1.416
São Paulo Capital	390	379	425	432	436
RM de São Paulo	571	564	612	642	646
RM Baixada Santista	41	69	53	60	50
RM Campinas	47	47	66	52	66
RM de São Paulo (s/cap)	181	185	187	210	210
São Paulo sem RM SP	613	732	773	698	770
São Paulo sem RM	525	616	654	586	654

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.2 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE SUICÍDIO

A relação entre o número absoluto de suicídios e o volume das populações de jovens e não-jovens confere panorama mais preciso sobre a incidência deste tipo de mortalidade.

Quando consideramos o conjunto da população, algumas regiões paulistas registraram, na década analisada, quedas, em alguns casos bem significativas, em seus índices de suicídio. É o caso da capital, onde as taxas declinaram 24,2%.

Ainda assim, as menores taxas de suicídio (considerando-se jovens e não-jovens) foram registradas nas RM da Baixada Santista. (3,6 suicídios para cada 100 mil habitantes) e de Campinas (3,2 suicídios para cada 100 mil). As maiores taxas foram registradas no interior: 4,2 suicídios para cada 100 mil habitantes.

Comparando as taxas de suicídio da população jovem e com a dos não-jovens (tabelas 5.2.2. e 5.2.3 e gráfico 5.2.1), destacam-se alguns aspectos:

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
1.380	1.237	1.160	1.306	1.250	1.224	3,4
427	372	320	308	283	326	-16,4
652	553	501	521	473	595	4,2
50	41	50	40	47	48	17,1
66	58	51	63	67	57	21,3

225	181	181	213	190	269	48,6
728	684	659	785	777	629	2,6
612	585	558	682	663	524	-0,2

- No Estado como um todo, as taxas de suicídio entre jovens são 10% maiores do que entre a população não-jovem.
- Isso também se observa em todas as regiões pesquisadas, salvo na RM de São Paulo, excluída sua capital e a Baixada Santista.

Assim como ocorre com os óbitos por acidentes de transporte, em relação ao suicídio as curvas de São Paulo são semelhantes às nacionais, só que mais intensas. Em 1993, a taxa de suicídios de São Paulo era de 4,8 para cada 100 mil habitantes – 31% acima da média nacional. Essa diferença vai se encurtando principalmente com a significativa queda de suicídios registrada entre 1997 e 2000, quando a taxa paulista ficou quase 5% inferior à nacional. Em 2003, a taxa paulista de suicídios encontrava-se 9% abaixo da nacional. O mesmo fenômeno ocorreu na capital.

TABELA 5.2.1 – Taxas de Suicídio (em 100000) na População Total por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	4,8	5,0	5,2	5,1	5,2
São Paulo Capital	5,3	4,9	5,3	5,6	5,6
RM de São Paulo	4,8	4,6	4,8	5,0	5,0
RM Baixada Santista	4,0	7,4	5,8	5,5	4,6
RM Campinas	3,3	3,1	4,0	3,1	3,7

RM de São Paulo (s/cap)	4,2	4,1	3,9	4,1	4,1
São Paulo sem RM SP	4,8	5,4	5,6	5,1	5,4
São Paulo sem RM	5,1	5,5	5,8	5,4	5,7

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 5.2.2 – Taxas de Suicídio (em 100000) na População Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	6,5	5,9	5,9	6,0	5,7
São Paulo Capital	7,1	6,0	6,2	6,5	6,2
RM de São Paulo	6,7	5,9	5,6	5,8	5,8
RM Baixada Santista	4,4	11,2	9,3	4,9	4,4
RM Campinas	4,6	4,0	3,9	3,0	3,4

RM de São Paulo (s/cap)	6,1	5,7	4,8	4,8	5,4
São Paulo sem RM SP	6,3	5,9	6,2	6,2	5,6
São Paulo sem RM	6,7	5,7	6,2	6,8	6,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
5,0	4,3	3,8	4,4	4,1	4,0	-16,9
5,4	4,7	3,7	3,9	3,2	4,0	-24,2
4,9	4,2	3,4	3,7	3,2	4,0	-17,0
4,5	4,1	4,2	3,1	3,5	3,6	-10,9
3,5	3,0	2,4	3,3	3,7	3,2	-1,0

4,1	3,4	2,9	3,4	3,1	4,1	-2,4
5,0	4,5	4,2	4,9	4,9	4,0	-16,9
5,3	4,7	4,5	5,4	5,2	4,2	-18,6

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
5,4	4,5	3,5	4,5	4,1	4,4	-32,0
5,9	5,2	3,5	5,0	2,7	4,9	-30,9
5,4	4,9	3,0	4,2	3,0	4,2	-37,0
4,3	5,8	4,3	2,1	2,4	2,7	-38,1
2,6	2,3	1,3	3,7	4,9	4,8	4,3

4,7	4,7	2,3	3,2	3,4	3,4	-45,0
5,4	4,1	4,0	4,8	5,2	4,6	-26,9
5,9	4,2	4,4	5,3	5,5	4,7	-29,3

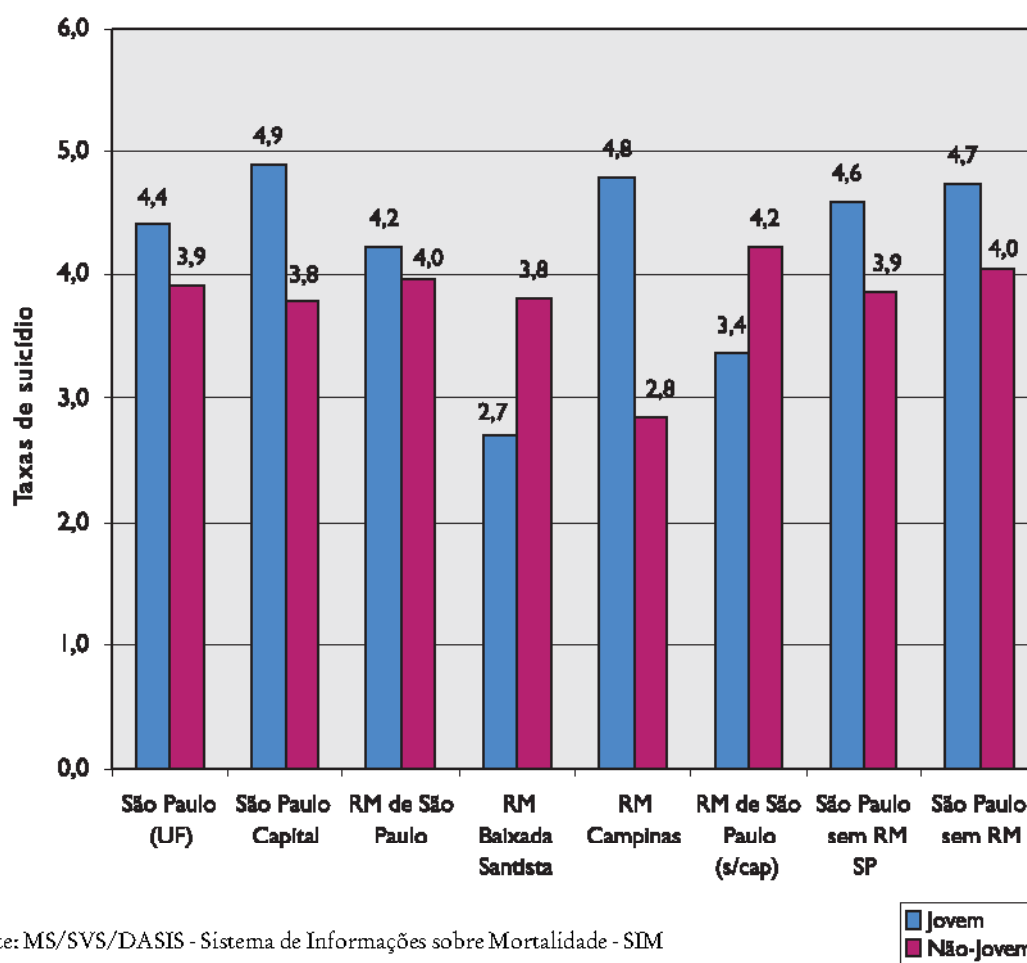
TABELA 5.2.3 – Taxas de Suicídio (em 100.000) na População Não-Jovem por Regiões. São Paulo. 1993-2003

Região	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo (UF)	4,5	4,8	5,1	4,9	5,0
São Paulo Capital	4,9	4,7	5,1	5,4	5,5
RM de São Paulo	4,4	4,3	4,6	4,8	4,8
RM Baixada Santista	4,0	6,6	5,0	5,6	4,6
RM Campinas	2,9	2,9	4,0	3,1	3,8

RM de São Paulo (s/cap)	3,7	3,7	3,7	3,9	3,8
São Paulo sem RM SP	4,5	5,3	5,5	4,9	5,3
São Paulo sem RM	4,8	5,5	5,8	5,1	5,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 5.2.1 – Taxas de Suicídio da População Jovem e Não-Jovem por Regiões. São Paulo - 2003

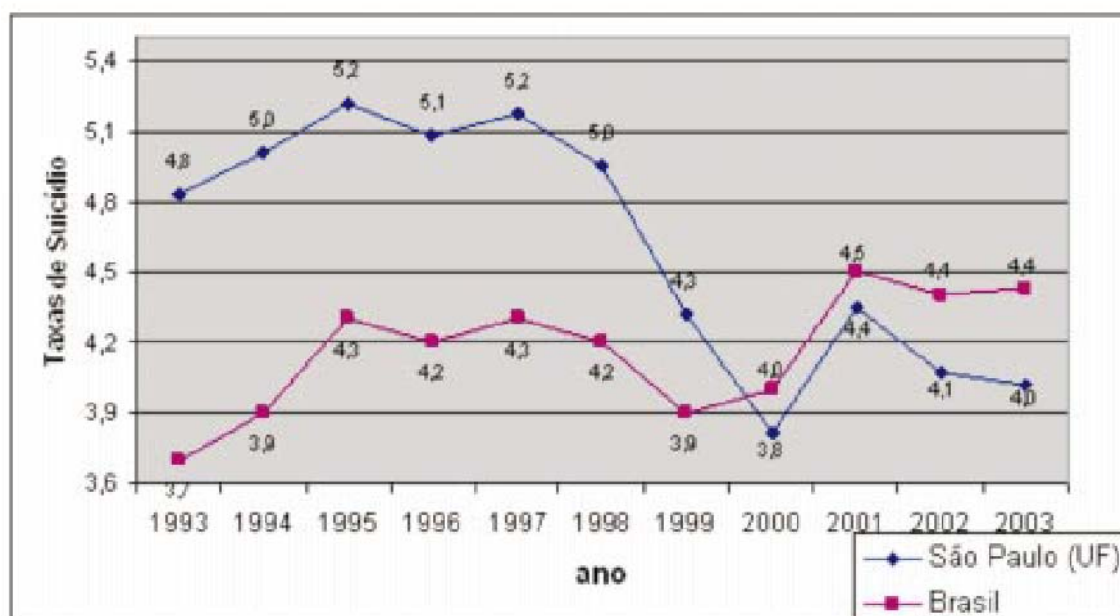


Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1998	1999	2000	2001	2002	2003	Δ%
4,8	4,3	3,9	4,3	4,1	3,9	-11,9
5,3	4,6	3,8	3,6	3,3	3,8	-22,2
4,7	4,0	3,5	3,6	3,2	4,0	-10,0
4,6	3,7	4,2	3,3	3,8	3,8	-3,9
3,7	3,2	2,7	3,3	3,4	2,8	-3,4

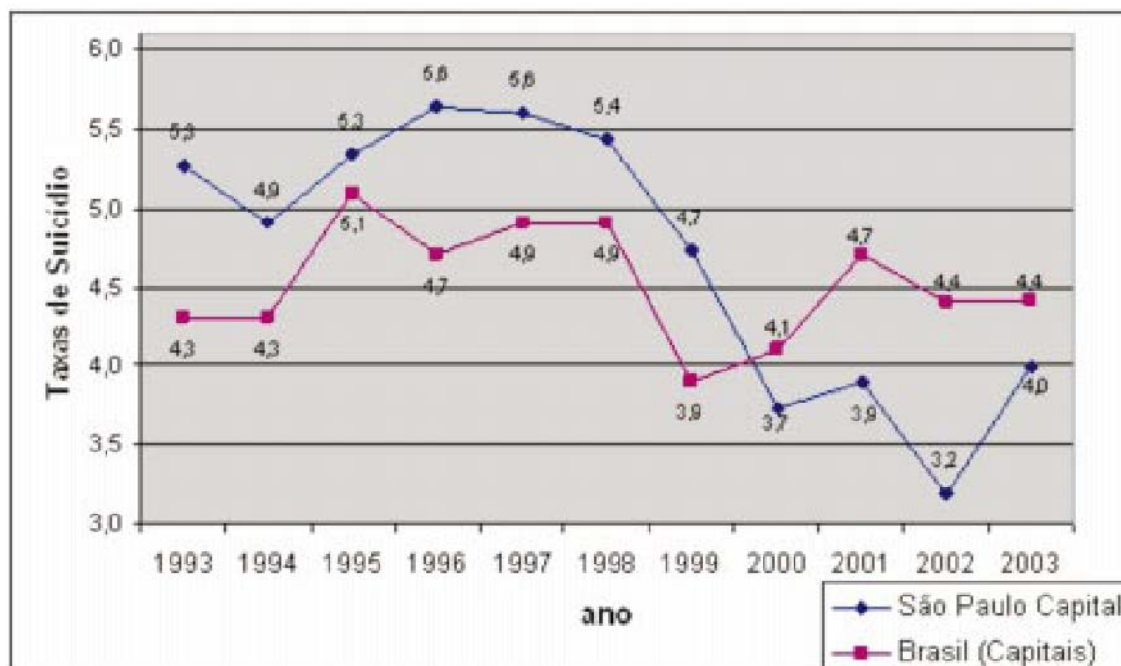
3,9	3,1	3,0	3,5	3,1	4,2	14,8
4,9	4,6	4,3	5,0	4,9	3,9	-13,7
5,2	4,8	4,5	5,4	5,2	4,0	-15,2

GRÁFICO 5.2.2 – Taxas de Suicídio nas Unidades Federadas. Brasil e São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 5.2.3 – Taxas de Suicídio nas Capitais. Brasil e São Paulo. 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.3 SUICÍDIOS SEGUNDO O SEXO

Comparado aos homicídios ou aos óbitos por acidentes de transporte, no suicídio também preponderam vítimas masculinas, ainda que em menor grau. Entre a população total (jovens e não-jovens), 81,1% das pessoas que se suicidaram em 2003 pertenciam ao sexo masculino. As proporções de masculinidade são maiores no interior do Estado (83,5% homens) e menores nas RM da Baixada Santista e de Campinas. A proporção de vítimas masculinas é levemente maior entre os não-jovens (81,9%) do que entre os jovens (77,9%).

TABELA 5.3.1 – Número e % de Suicídios segundo o Sexo, Região e Grupos Popacionais. São Paulo - 2003

Nº de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não-Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	1.261	294	1.555	258	73	331	1.003	221	1.224
São Paulo Capital	338	89	427	76	25	101	262	64	326
RM São Paulo	519	131	650	122	33	155	397	98	495
RM Baixada Santista	41	15	56	7	1	8	34	14	48
RM Campinas	59	21	80	16	7	23	43	14	57
Interior	642	127	769	113	32	145	529	95	624

% de Homicídios	População Total			População Jovem			População Não-Jovem		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Paulo UF	81,1	18,9	100,0	77,9	22,1	100,0	81,9	18,1	100,0
São Paulo Capital	79,2	20,8	100,0	75,2	24,8	100,0	80,4	19,6	100,0
RM São Paulo	79,8	20,2	100,0	78,7	21,3	100,0	80,2	19,8	100,0
RM Baixada Santista	73,2	26,8	100,0	87,5	12,5	100,0	70,8	29,2	100,0
RM Campinas	73,8	26,3	100,0	69,6	30,4	100,0	75,4	24,6	100,0
Interior	83,5	16,5	100,0	77,9	22,1	100,0	84,8	15,2	100,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.4 A IDADE DOS SUICIDAS

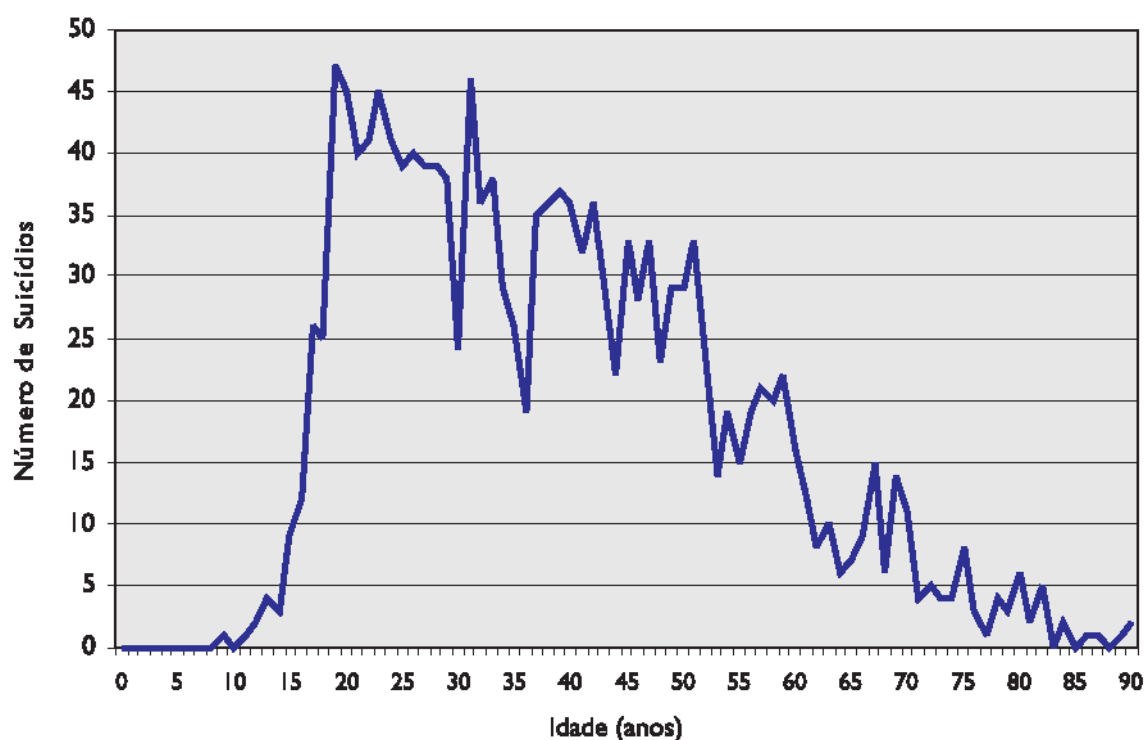
A tabela seguinte permite verificar que, a partir dos 19 anos de idade, o risco de suicídio entre a população paulista eleva-se drasticamente, com picos na faixa dos 40 aos 60 anos de idade.

TABELA 5.4.1 – Número e Taxas de Suicídio (em 100.000) por Idade e Faixa Etária São Paulo. 2003

Idade/ Faixa Etária	Número de Óbitos	Taxas de Suicídio
Menor 1 ano	0	0,0
1 a 4 anos	0	0,0
5 a 9 anos	1	0,0
10 a 14 anos	10	0,3
15 a 19 anos	119	3,1
15 anos	9	1,2
16 anos	12	1,7
17 anos	26	3,3
18 anos	25	3,1
19 anos	47	6,1
20 a 24 anos	212	5,7
20 anos	45	5,9
21 anos	40	5,4
22 anos	41	5,4
23 anos	45	5,9
24 anos	41	5,8
25 a 29 anos	195	5,8
30 a 39 anos	326	5,3
40 a 49 anos	301	6,1
50 a 59 anos	216	7,0
60 a 69 anos	103	5,3
70 anos e mais	67	4,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 5.4.1 – Número de Suicídios por Idades. São Paulo. 2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.5 SAZONALIDADE DOS SUICÍDIOS

A tabela 5.5.1, que mostra o número mensal de suicídios registrados em 2003, permite estabelecer que, se existe uma certa variação nas ocorrências, ela não é elevada. Ainda assim, entre junho e agosto, verifica-se certa queda, sendo esta mais acentuada em julho.

Também não é muito pronunciada a variação dos suicídios registrados nos finais de semana. Nesse último caso, os jovens parecem ser levemente mais sensíveis ao suicídio do que os não-jovens.

TABELA 5.5.1 – Número e Média Diária de Suicídios segundo o Mês. São Paulo. 2003

Mês	Nº	Média Diária	Desvio % da Média
Janeiro	128	4,1	-3,1
Fevereiro	114	4,1	-4,4
Março	125	4,0	-5,4
Abril	135	4,5	5,6
Maio	126	4,1	-4,6
Junho	114	3,8	-10,8
Julho	116	3,7	-12,2
Agosto	147	4,7	11,3
Setembro	140	4,7	9,5
Outubro	138	4,5	4,5
Novembro	132	4,4	3,3
Dezembro	140	4,5	6,0
Total	1.555	4,3	0,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 5.5.2 – Distribuição dos Suicídios nos Dias da Semana segundo a Faixa Etária. São Paulo - 2003

Dia da Semana	Jovem		Não-Jovem		Total	
	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média
Segunda	55	1,1	180	3,5	235	4,5
Terça	44	0,8	158	3,0	202	3,9
Quarta	48	0,9	160	3,0	208	3,9
Quinta	40	0,8	191	3,7	231	4,4
Sexta	39	0,8	167	3,2	206	4,0
Sábado	56	1,1	177	3,4	233	4,5
Domingo	49	0,9	191	3,7	240	4,6
Média Semana	45	0,9	171	3,3	216	4,1
Média Final Sem.	53	1,0	184	3,5	237	4,5
Dif %	16,6%		7,9%		9,7%	

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.6 PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NOS SUICÍDIOS DO PAÍS

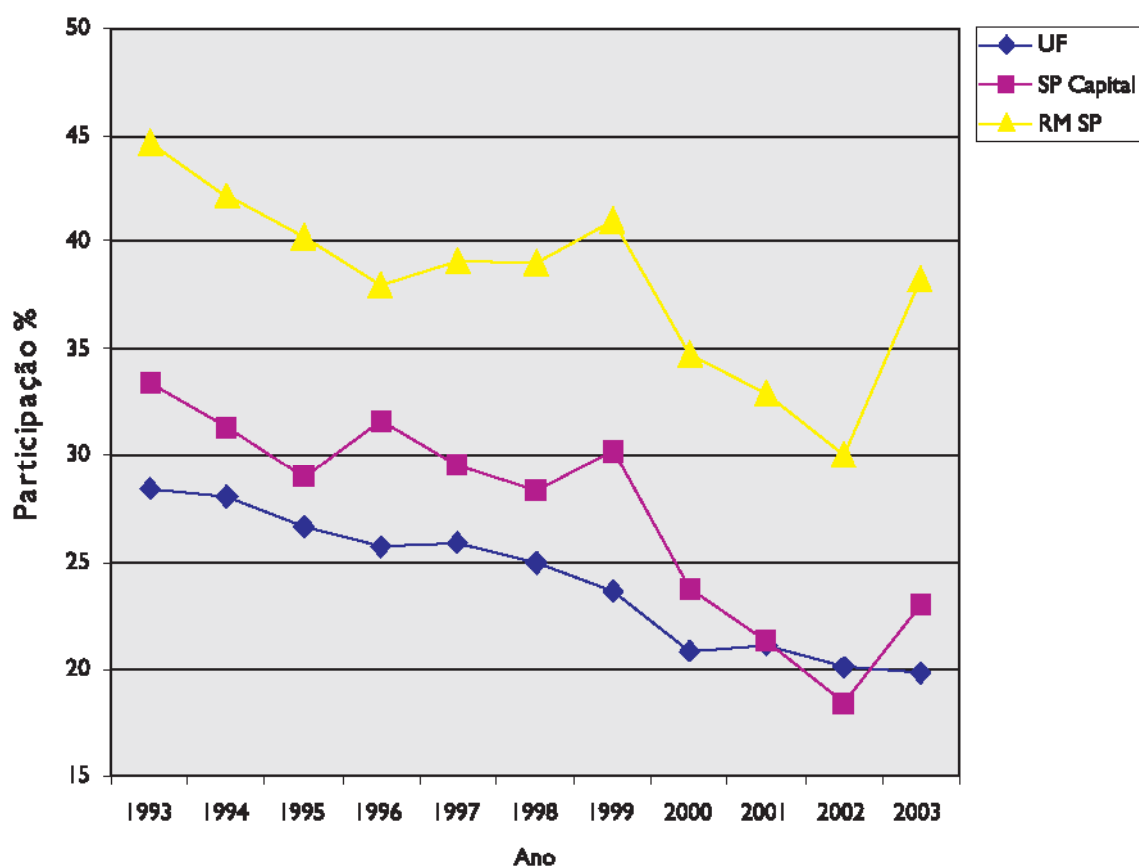
A tabela 5.6.1 indica que, na década analisada, houve uma gradual e sistemática queda na participação de São Paulo nos suicídios do País. Em 1993, dos 5.553 homicídios registrados no Brasil, 1.581 ocorreram no Estado, o que representa 28,5% do total nacional dessas ocorrências. Em 2003, essa participação caiu para 19,8%, ou seja, uma queda de 30,3%. Os registros de suicídio no País aumentaram 41,2% entre 1993 e 2003. No mesmo período, em todo o Estado caiu 1,6%. Esse fenômeno também se repetiu na capital e na sua Região Metropolitana.

TABELA 5.6.1 – Evolução da Participação de São Paulo nos Suicídios do Brasil População Total. 1993-2003

ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	RM SP	Part.%
1993	5.553	1.581	28,5	1.554	519	33,4	1.727	772	44,7
1994	5.932	1.663	28,0	1.563	490	31,3	1.761	743	42,2
1995	6.594	1.758	26,7	1.863	541	29,0	1.957	786	40,2
1996	6.742	1.732	25,7	1.756	555	31,6	2.186	830	38,0
1997	6.923	1.796	25,9	1.871	553	29,6	2.143	838	39,1
1998	6.985	1.747	25,0	1.902	540	28,4	2.137	833	39,0
1999	6.530	1.547	23,7	1.561	471	30,2	1.759	721	41,0
2000	6.778	1.413	20,8	1.643	390	23,7	1.747	606	34,7
2001	7.729	1.637	21,2	1.913	409	21,4	2.043	672	32,9
2002	7.715	1.555	20,2	1.832	338	18,4	1.933	581	30,1
2003	7.839	1.555	19,8	1.857	427	23,0	1.960	750	38,3
Δ%	41,2	-1,6	-30,3	19,5	-17,7	-31,2	13,5	-2,8	-14,4

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 5.6.1 – Evolução da Participação de São Paulo nos Suicídios do Brasil. População Total - 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

O suicídio entre os jovens também caiu, mas esse declínio foi mais intenso do que entre os não-jovens.

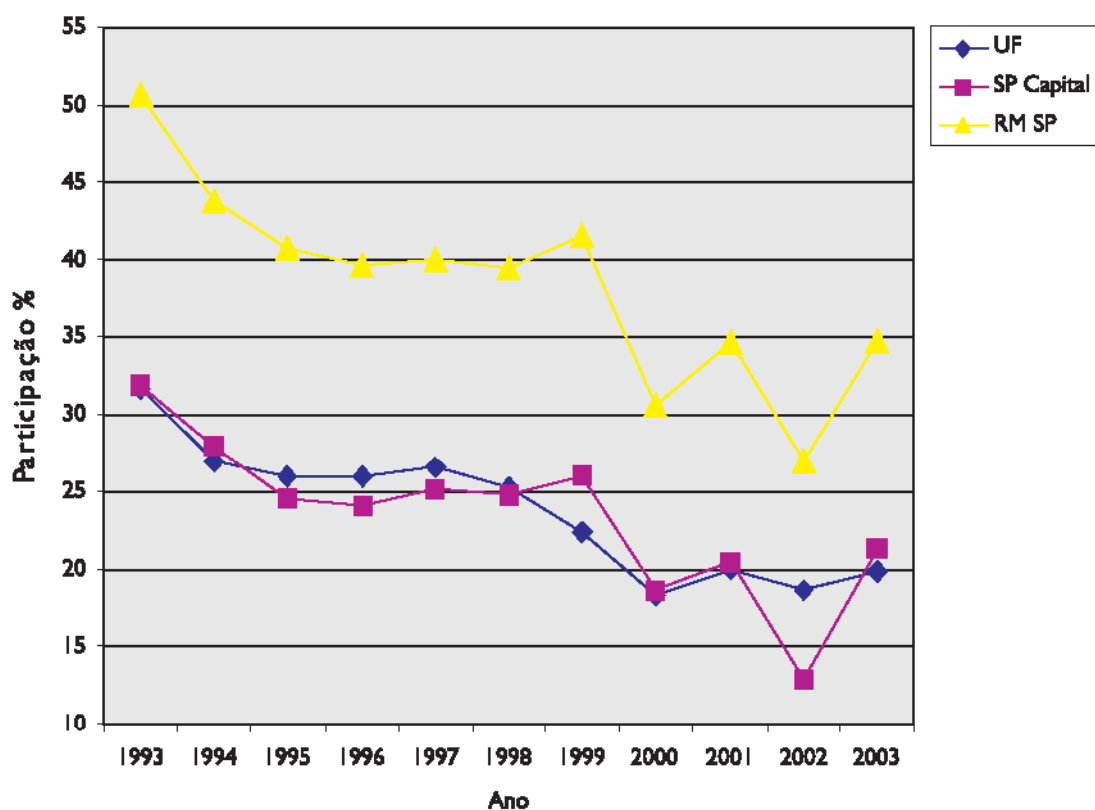
A participação do suicídio juvenil, nas taxas nacionais, caiu 37,4% na década analisada. A participação da capital decresceu 33,1%; e a da Região Metropolitana, 31,4%. Essas quedas podem ser consideradas expressivas.

TABELA 5.6.2 – Evolução e Participação de São Paulo nos Suicídios do Brasil População Jovem. 1993-2003

ANO	Unidades Federadas			Capitais			Regiões Metropolitanas		
	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	São Paulo	Part.%	Brasil	RM SP	Part.%
1993	1.252	397	31,7	405	129	31,9	397	201	50,6
1994	1.361	367	27,0	398	111	27,9	409	179	43,8
1995	1.434	373	26,0	473	116	24,5	428	174	40,7
1996	1.511	392	25,9	511	123	24,1	475	188	39,6
1997	1.431	380	26,6	465	117	25,2	481	192	39,9
1998	1.454	367	25,2	455	113	24,8	458	181	39,5
1999	1.384	310	22,4	380	99	26,1	405	168	41,5
2000	1.382	253	18,3	376	70	18,6	343	105	30,6
2001	1.652	331	20,0	493	101	20,5	435	151	34,7
2002	1.637	305	18,6	425	55	12,9	401	108	26,9
2003	1.667	331	19,9	474	101	21,3	446	155	34,8
Δ%	33,1	-16,6	-37,4	17,0	-21,7	-33,1	12,3	-22,9	-31,4

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 5.6.2 – Evolução da Participação de São Paulo nos Suicídios do Brasil. População Jovem - 1993-2003



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

6. ARMAS DE FOGO

Brechas na regulamentação para a compra de armas de fogo e para o porte de armas aliadas ao comércio clandestino desses produtos dificultam estimativas mais precisas sobre a quantidade de armas em circulação no país. É igualmente difícil conhecer os níveis de armamento da população.

Pesquisa realizada na cidade de São Paulo, no final de 1997, pelo jornal *Folha de S. Paulo* e Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) indica que 8% dos 2.469 paulistanos entrevistados (todos com 16 anos ou mais) possuíam armas de fogo. Mantida essa proporção no universo de 7,1 milhões de paulistanos da mesma faixa etária, haveria, na capital paulista, 568 mil armas de fogo circulando nas mãos da população, mas, se por um lado, inexistem controles efetivos referentes às transações e à circulação de armas de fogo, por outro, podem ser utilizados alguns procedimentos para estimar o grau de disseminação dessas armas. Em primeiro lugar, as taxas de óbitos por armas de fogo, além de dar um “*proxi*” dessa disseminação, indicam também o grau de decisão de utilizar armas de fogo na resolução de conflitos pessoais ou interpessoais.

Conforme está explicado nas notas técnicas deste livro, a Classificação Internacional de Doenças (CID, décima revisão), utilizada pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, permite estabelecer, além da causa do óbito (homicídio, suicídio, acidentes, etc), a situação ou instrumento que originou a morte (envenenamento, afogamento, objeto cortante ou penetrante, arma de fogo, etc). Assim, no presente estudo, na categoria “mortes por armas de fogo”, estão

TABELA 6.1 – Participação das Armas de Fogo em Capítulos da Mortalidade – População Total São Paulo. 2003

Região	Homicídios			Suicídios		
	Total	Armas Fogo	%	Total	Armas Fogo	%
São Paulo (UF)	13.903	9.569	68,8	1.555	239	15,4
São Paulo Capital	5.591	3.874	69,3	427	64	15,0
RM de São Paulo	9.517	6.615	69,5	650	97	14,9
RM Baixada Santista	669	423	63,2	56	4	7,1
RM Campinas	928	746	80,4	80	11	13,8
RM de São Paulo (s/c)	3.926	2.741	69,8	223	33	14,8
São Paulo sem RM SP	4.386	2.954	67,4	905	142	15,7
São Paulo sem RM	2.789	1.785	64,0	769	127	16,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

agrupados homicídios, suicídios a acidentes ocasionados ou derivados da presença de arma de fogo. Também foram listados os casos em que os analistas não conseguiram determinar a intencionalidade ou circunstância da morte (se foi suicídio, homicídio ou acidente), desde que tenha decorrido de ferida de bala.

No ano de 2003, os registros do SIM indicavam a ocorrência de 241.488 óbitos no Estado de São Paulo. Desses, 10.094 foram causados por armas de fogo. Ou seja: 4,2% do total de mortes registradas naquele ano foram decorrentes da ação de algum tipo de arma de fogo. Essa taxa já era mais elevada do que a média nacional, que então girava em torno de 3,8%. A participação das armas de fogo na mortalidade é ainda maior na Região Metropolitana de São Paulo, excluída a capital (7,4%), e na RM de Campinas (5,6%).

A tabela 6.1 mostra que, das 10.094 mortes decorrentes de armas de fogo, ocorridas em 2003, 9.564, ou seja, 94,8%, resultaram de homicídio. Os outros 5,2% decorreram de suicídio (2,4%), acidentes com arma de fogo (0,1%) e causas indeterminadas (2,7%).

Acidentes			Indeterminado			Total		
Total	Armas Fogo	%	Total	Armas Fogo	%	Óbitos	Armas Fogo	%
4.557	9	0,2	3.691	277	7,5	241.488	10.094	4,2
1.090	3	0,3	775	68	8,8	74.613	4.009	5,4
2.017	4	0,2	1.543	127	8,2	112.787	6.843	6,1
313	0	0,0	253	9	3,6	11.397	436	3,8
268	0	0,0	248	39	15,7	14.132	796	5,6

927	1	0,1	768	59	7,7	38.174	2.834	7,4
2.540	5	0,2	2.148	150	7,0	128.701	3.251	2,5
1.959	5	0,3	1.647	102	6,2	103.172	2.019	2,0

Considerando-se a mortalidade por homicídio, verifica-se que 68,8% desses crimes são cometidos com armas de fogo, apresentando valores bem próximos aos da média nacional. A Região Metropolitana de Campinas distingue-se pelos elevados índices de utilização de armas de fogo, acima de 80% (tabela 6.1). Já no interior do Estado, a utilização de armas de fogo em homicídios é relativamente baixa (64%), ao contrário do que acontece com os suicídios (16,5%).

É alarmante o fato de 4,2% das mortes registradas no Estado, em 2003, terem sido causadas por armas de fogo. Esse dado é ainda mais grave, quando se analisam os óbitos ocorridos entre os jovens.

Dos 11.298 jovens que morreram no Estado de São Paulo naquele ano (considerando-se todas as causas), 4.533 foram vítimas de armas de fogo. Ou seja: 40,1% de todas as mortes juvenis registradas no ano 2003 (tabela 6.2) foram causadas por armas de fogo. Essa proporção vem crescendo num ritmo drástico e acelerado: em 1988, a proporção era de 23,4%; em 2000, pulou para 36,7% até atingir 40,1%, em 2003.

TABELA 6.2 – Participação das Armas de Fogo em Capítulos da Mortalidade – População Jovem São Paulo. 2003

Região	Homicídios			Suicídios		
	Total	Armas Fogo	%	Total	Armas Fogo	%
São Paulo (UF)	5.707	4.359	76,4	331	65	19,6
São Paulo Capital	2.349	1.759	74,9	101	22	21,8
RM de São Paulo	3.950	2.990	75,7	155	30	19,4
RM Baixada Santista	302	224	74,2	8	1	12,5
RM Campinas	388	338	87,1	23	3	13,0
RM de São Paulo (s/c)	1.601	1.231	76,9	54	8	14,8
São Paulo sem RM SP	1.757	1.369	77,9	176	35	19,9
São Paulo sem RM	1.067	807	75,6	145	31	21,4

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A alta taxa de utilização de armas de fogo em óbitos juvenis está refletida nas médias estaduais, mas há regiões que se destacam pelo uso letal dessas armas, é o caso da capital e da Região Metropolitana de São Paulo (ainda que excluída a capital), onde quase a metade das mortes de jovens, no ano 2003, deu-se por armas de fogo.

A seqüência histórica das mortes por armas de fogo no Estado está sintetizada nas tabelas 6.3 para homicídios e 6.4 para o conjunto de óbitos por armas de fogo (além de homicídios, também suicídios, acidentes e indeterminados). Essas tabelas demonstram que:

- Diferentemente do número total de homicídios, que começa a cair a partir de 1999, a participação das armas de fogo nessas mortes cresce de forma quase ininterrupta. Em 1998, segundo os dados do SIM, 45% dos homicídios foram cometidos com arma de fogo. Essa proporção vai se elevando progressivamente até que, em 2003, as armas de fogo são responsáveis por 68,8% dos homicídios paulistas.

Acidentes			Indeterminado			Total		
Total	Armas Fogo	%	Total	Armas Fogo	%	Óbitos	Armas Fogo	%
709	1	0,1	466	108	23,2	11.298	4.533	40,1
88	1	1,1	81	28	34,6	3.944	1.810	45,9
261	1	0,4	204	52	25,5	6.530	3.073	47,1
90	0	0,0	43	2	4,7	613	227	37,0
44	0	0,0	51	15	29,4	767	356	46,4

173	0	0,0	123	24	19,5	2.586	1.263	48,8
448	0	0,0	262	56	21,4	4.768	1.460	30,6
314	0	0,0	168	39	23,2	3.388	877	25,9

- O pico da utilização de arma de fogo em homicídio ocorre em 2001, enquanto o pico dos homicídios ocorreu em 1999. Isto significa que entre 2000 e 2001 a utilização de armas de fogo cresceu, apesar da conjuntura de queda dos homicídios. No ano de 2001, foram registrados 10.626 homicídios com arma de fogo, uma taxa de 28,2 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil habitantes do Estado.
- As maiores taxas de homicídio com arma de fogo são registradas na capital (36,3 para cada 100 mil habitantes) e na Grande São Paulo (34,5 para cada 100 mil habitantes).
- Como os homicídios significam praticamente 95% da mortalidade por armas de fogo, a tabela 6.4, que indica a utilização de armas de fogo para diversas causas de mortalidade, apresenta situações bem semelhantes àsquelas detalhadas para homicídios decorrentes de armas de fogo.

TABELA 6.3 – Número e Taxa de Homicídios (em 100000 hab.) por Armas de Fogo. São Paulo. 1998-2003

Região	Número Homicídios x Armas de Fogo						Taxa Homic. x Armas de Fogo					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1998	1999	2000	2001	2002	2003
São Paulo (UF)	6.298	8.038	9.684	10.626	9.418	9.569	17,8	22,4	26,2	28,2	24,7	24,7
% no Total Homicídios	45,0%	50,8%	62,0%	67,5%	65,0%	68,8%						
São Paulo Capital	2.704	3.551	3.878	4.489	3.544	3.874	27,2	35,6	37,2	42,8	33,4	36,3
RM de São Paulo	4.420	5.845	7.111	7.772	6.479	6.615	25,9	33,7	39,8	42,9	35,2	35,5
RM Baixada Santista	182	203	347	398	462	423	13,5	14,9	23,5	26,4	30,2	27,2
RM Campinas	554	717	742	724	718	746	25,2	31,9	31,7	30,3	29,5	30,0
RM de São Paulo (s/cap)	1.716	2.294	3.233	3.283	2.935	2.741	24,0	31,2	43,4	43,0	37,7	34,5
São Paulo sem RM SP	1.878	2.193	2.573	2.854	2.939	2.954	10,3	11,9	13,4	14,6	14,9	14,7
São Paulo sem RM	1.142	1.273	1.484	1.732	1.759	1.785	7,8	8,6	9,7	11,1	11,1	11,1

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

TABELA 6.4 – Número e Taxa de Óbitos (em 100.000 hab.) por Armas de Fogo. São Paulo. 1998-2003

Região	Número Óbitos x Armas de Fogo						Taxa de Óbitos x Armas de Fogo					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1998	1999	2000	2001	2002	2003
São Paulo (UF)	6.912	8.579	10.632	11.409	10.229	10.094	19,6	24	28,7	30,3	26,8	26,1
% no Total de Óbitos	3,0%	3,5%	4,4%	4,8%	4,3%	4,2%						
São Paulo Capital	2.835	3.694	4.099	4.632	3.824	4.009	28,6	37,1	39,3	44,1	36,1	37,5
RM de São Paulo	4.629	6.085	7.533	8.102	6.899	6.843	27,1	35,1	42,1	44,7	37,5	36,7
RM Baixada Santista	229	251	407	439	487	436	17	18,4	27,6	29,2	31,8	28
RM Campinas	613	757	851	818	770	796	27,9	33,7	36,4	34,2	31,6	32,1
RM de São Paulo (s/cap)	1.794	2.391	3.434	3.470	3.075	2.834	25	32,5	46,1	45,5	39,5	35,6
São Paulo sem RM SP	2.283	2.494	3.099	3.307	3.330	3.251	12,5	13,5	16,2	17	16,8	16,2
São Paulo sem RM	1.441	1.486	1.841	2.050	2.073	2.019	9,84	9,99	12	13,1	13,1	12,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

7. BOLETINS DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Apesar das limitações e da subnotificação dos crimes, os Boletins de Ocorrência Policial (BOs), compilados e divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, são uma importante fonte de informação sobre a evolução da violência e da criminalidade no Estado. É um indicador que, em conjunto com outros, contribui para a identificação das tendências da criminalidade.

Os BOs abrem, para a pesquisa, um leque bem mais amplo de incidentes violentos do que os registros de óbito até aqui utilizados. A tabela 7.1 acompanha a evolução, de 2001 a 2004, dos principais incidentes criminais registrados no sistema de informação da polícia no Estado de São Paulo.

A partir desses dados, verifica-se que:

- a. Todas as categorias de crimes divulgados pela SSP-SP, salvo tráfico de drogas, registraram queda em maior ou menor medida.
- b. As maiores quedas são registradas nos índices de seqüestros (70,8%), homicídios dolosos (45,5%) e roubos de automóveis (42,8%).
- c. É possível comparar os dados do SIM (a partir da tabela 3.3.1 do capítulo 3) com os da SSP-SP (próxima tabela) de 2001 a 2003²⁰. Em relação ao total da população do Estado (jovens e não-jovens), os índices são praticamente idênticos para os anos 2001 e 2003. Já no ano de 2003, o SIM não registra a mesma queda que a SSP-SP. As taxas do SIM caem, de 2002 a 2003, de 38,0 para cada 100 mil habitantes para 35,9, ou seja, 2,1%. Já os da SSP-SP caíram, no mesmo período, de 38,9 para cada 100 mil

²⁰ 2001 por ser o ano mais antigo disponibilizado pela SSP-SP na Internet e 2003 por ser o último ano do SIM divulgado pelo Ministério da Saúde.

habitantes, para 28,3 para cada 100 mil, o que representa uma queda superior a 10%. No entanto, mais relevante do que essa diferença é o fato de as duas fontes indicarem tendência de queda. Essa diferença entre os percentuais de queda se repete em cada uma das regiões analisadas. Ou seja: os dados são semelhantes entre 2001 e 2002, mas distanciam-se no ano de 2003.

TABELA 7.1 – Ocorrências Policiais (em 100.000 habitantes) por Tipo de Crime e Região. São Paulo. 2001-2004

REGIÃO	Ano	Homicídio Doloso	Homicídio Culposo	Tentativa Homicídio	Lesões Corporais
SP ESTADO	2001	41,8	16,3	33,5	938,6
	2002	38,9	16,8	33,3	971,1
	2003	28,3	12,9	25,5	800,3
	2004	22,8	12,5	22,4	832,3
	Δ%	-45,5%	-23,1%	-33,0%	-11,3%
SP CAPITAL	2001	62,1	11,3	30,0	577,1
	2002	54,4	10,9	31,0	623,1
	2003	40,0	8,9	24,8	563,3
	2004	31,7	8,0	22,0	591,8
	Δ%	-49,0%	-29,4%	-26,6%	2,6%
GRANDE SP	2001	56,6	12,2	34,8	670,0
	2002	53,8	12,2	36,1	681,6
	2003	38,1	10,3	27,9	573,2
	2004	28,7	9,3	22,7	607,1
	Δ%	-49,3%	-23,6%	-34,9%	-9,4%
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	2001	59,8	11,6	32,0	616,2
	2002	54,2	11,4	33,1	647,9
	2003	39,2	9,5	26,1	567,5
	2004	30,4	8,5	22,3	598,4
	Δ%	-49,2%	-26,7%	-30,4%	-2,9%
INTERIOR DE SÃO PAULO	2001	25,1	20,6	34,8	1238,3
	2002	24,7	21,7	33,4	1271,5
	2003	18,2	16,0	24,9	1016,4
	2004	15,7	16,2	22,5	1049,0
	Δ%	-37,4%	-21,3%	-35,3%	-15,3%

Fonte: SSP-SP e MS/DATASUS.

A Região Metropolitana de São Paulo, incluída a capital, destaca-se por apresentar, na maior parte dos quesitos analisados, quedas maiores de criminalidade do que as registradas no interior do Estado.

Latro- cínio	Estupro	Seqües- tro	Tráfico Drogas	Roubo Outros	Roubo Autom.	Furto Outros	Furto Autom.
1,8	12,7	1,0	33,2	731,9	338,4	1462,5	375,7
1,7	13,2	1,1	39,6	740,1	282,5	1500,7	343,9
1,4	10,3	0,3	36,0	641,7	206,3	1393,0	274,6
1,2	10,2	0,3	36,3	595,5	193,4	1411,7	281,3
-35,2%	-20,2%	-70,8%	9,4%	-18,6%	-42,8%	-3,5%	-25,1%
2,4	15,0	2,3	25,0	1182,1	776,2	1213,0	829,1
2,4	15,6	2,2	33,6	1246,5	718,9	1268,5	810,0
1,7	11,8	0,8	30,4	1240,1	392,2	1336,5	477,7
1,3	11,7	0,7	31,5	1140,7	390,8	1414,6	487,5
-46,7%	-21,6%	-69,2%	26,2%	-3,5%	-49,7%	16,6%	-41,2%
2,2	13,7	1,4	16,3	706,0	491,4	965,3	373,3
1,6	13,9	1,5	20,2	663,2	420,7	997,3	342,5
1,4	12,0	0,3	18,8	559,8	287,9	913,9	257,5
1,2	11,9	0,2	20,5	513,5	246,2	898,7	249,4
-45,9%	-13,5%	-85,4%	25,3%	-27,3%	-49,9%	-6,9%	-33,2%
2,3	14,4	1,9	21,3	981,7	656,3	1108,8	637,3
2,0	14,9	1,9	27,9	999,4	592,6	1153,6	612,0
1,6	11,9	0,6	25,4	949,7	347,7	1156,1	383,7
1,2	11,8	0,5	26,8	871,0	328,6	1192,8	385,1
-46,5%	-18,3%	-74,4%	25,5%	-11,3%	-49,9%	7,6%	-39,6%
1,3	11,1	0,1	44,3	417,4	125,0	1704,8	219,0
1,4	11,6	0,3	50,5	397,9	95,5	1712,9	205,2
1,2	8,8	0,1	45,8	356,0	75,1	1612,8	173,5
1,1	8,6	0,1	45,2	340,5	68,2	1614,3	185,1
-16,6%	-22,4%	-25,6%	2,2%	-18,4%	-45,4%	-5,3%	-15,5%

8. POR QUE OS INDICADORES DE VIOLÊNCIA DE SÃO PAULO ESTÃO CAINDO?

Como foi explicado na Introdução, a intenção do presente trabalho é analisar a evolução recente dos indicadores de violência no Estado de São Paulo. As diversas evidências até aqui desenvolvidas indicam claramente quedas sistemáticas e consistentes nos índices paulistas de violência. Esse fato destaca-se ainda mais por acontecer numa conjuntura de constantes aumentos nos níveis de violência do País. São escassos os Estados que apresentaram, nos últimos anos, quedas sistemáticas e expressivas em seus índices de homicídio.

Este capítulo tenta arrolar alguns fatores que explicam essas evidências. Além da documentação consultada – como relatórios de impacto de programas governamentais e não-governamentais, dados e estatísticas oficiais – a argumentação foi baseada em entrevistas realizadas com especialistas e representantes de instituições públicas e privadas. Foram ouvidas as seguintes pessoas:

- Coronel José Vicente da Silva Filho, pesquisador do Instituto Fernand Braudel e coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo.
- Eduardo Capobianco e José Roberto Bellitani, presidente e superintendente, respectivamente, do Instituto São Paulo Contra a Violência.
- Guaracy Mingardi, diretor-Científico do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), com sede em São Paulo.
- Denis Mizne, diretor-Executivo do Instituto Sou da Paz.

- Regina Mikki, secretária de Defesa Social e comandante da Guarda Civil Metropolitana de Diadema.
- Roberto Scaringella, presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo
- Major PM Jorge Luiz Alves, chefe da Assessoria de Comunicação Social da PM de São Paulo.
- Eloi Pietá, prefeito de Guarulhos e coordenador do Grupo de Informações Criminais do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

De todas as entrevistas, relatórios e estatísticas, surge uma questão que parece evidente. Não se registra em São Paulo um fato extraordinário ou um projeto central, ao estilo “Operação Mãos Limpas” da Itália, ou o “Tolerância Zero” de Nova York, ou o Policiamento Comunitário de Boston, que explique as quedas sistemáticas dos níveis de criminalidade do Estado. O declínio dos índices de violência resulta de uma série de fatores que, isolados, não conseguiriam explicar o fenômeno, mas que, articulados, evidenciam que o conjunto é superior às partes que o compõem.

É por esse motivo que não há um projeto ou estratégia unificada em condições de explicar a queda desses indicadores. A força do processo reside justamente na somatória e na articulação de projetos e ações protagonizados, tanto pelo poder público quanto por instituições da sociedade civil.

8.1 CONTEXTO

Nos últimos anos da passagem de século, várias transformações relativamente profundas marcaram sensivelmente, especialmente no Estado de São Paulo, os modos de percepção e enfrentamento da moderna violência urbana.

Foi durante esse período que, pela primeira vez nas pesquisas de opinião pública, os problemas relacionados com a segurança pública ultrapassam os econômicos ou de desemprego. O medo da criminalidade e da violência passa, então, a fazer parte do cotidiano de pessoas de todas as classes e categorias sociais. Ricos e pobres, brancos e negros, os diversos credos, ambos os sexos temem assaltos, seqüestros-relâmpago ou homicídios. E esse temor se sustenta objetivamente nas crescentes evidências – via estudos²¹ e mídia – da escalada de violência no País.

Em setembro de 1996, 29% dos paulistanos decretam a violência como o principal problema da cidade e o alvo de sua maior preocupação. O fenômeno, então inédito, foi revelado por uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha. Chama a atenção o fato de que, em abril do mesmo ano, na edição anterior da pesquisa, a violência era a quarta preocupação dos paulistanos, tendo sido citada por apenas 10% dos entrevistados, ou seja, em apenas quatro meses, a violência passou do quarto para o primeiro lugar na escala de prioridades.

As estatísticas de homicídio, registradas nos quatro meses de intervalo da pesquisa, não são suficientes para explicar tal preocupação, já que entre abril e setembro de 1996 os homicídios – embora já estivessem em rota expressivamente ascendente desde 1993 – haviam registrado leve queda em relação ao mesmo período do ano anterior. Uma das explicações para a violência ter adquirido *status* de “pior problema da cidade”, especialmente na opinião da classe média escolarizada, como revelou a pesquisa, pode ter sido a ocorrência de três casos de latrocínio registrados no intervalo entre as duas pesquisas envolvendo jovens dessa mesma classe social. Os crimes tiveram grande repercussão na mídia e as vítimas, nos três casos, não tiveram chance de reagir.

²¹ A UNESCO, em 1998, publica seu primeiro *Mapa da Violência. Os Jovens do Brasil*, que analisa a evolução dessa violência desde 1979 até 1996 com fartas evidências desse crescimento.

O fato é que a violência acabou se consolidando como prioridade da classe média paulistana, que é formadora de opinião. E, nos anos seguintes, as estatísticas passaram cada vez mais a justificar esse medo. Como mostra o capítulo 3 (tabela 3.1.1), o número de mortes aumentou de 5.607, em 1997, para 6.890, em 1999. Entre 1993 e 1999, os indicadores de violência aumentaram progressivamente até começarem a cair, a partir de 2000.

É esse contexto que explica dois fatos significativos que marcariam o ano da virada para o novo milênio. Por um lado, o *Dia Nacional do Basta! Eu quero Paz*, acontecido em 7 de julho de 2000, quando a sociedade civil do País mobilizou-se contra a violência e o medo. Como bem explica D. Luciano Mendes de Almeida, na *Folha de S.Paulo*, de 7/8/2000:

Há um mês era o dia do “Basta! Eu Quero Paz!” (7/7) como protesto contra a violência. Nas ruas de nossas cidades, reuniu-se o povo com faixas e cartazes pedindo paz. Crianças, com bandeiras brancas, aderiram à campanha expressando seu anseio por um mundo sem violência. Representantes de diversas religiões deram-se as mãos e elevaram a Deus suas preces. O governo aderiu à campanha e, naquele dia, ministros e funcionários trabalharam com tiras brancas presas à roupa. Ao entardecer, pequenas velas nas beiradas das janelas anunciavam tempos novos. Tudo isso ainda está presente em nós e motiva-nos a levar adiante esse movimento popular pela paz. (...).

Um segundo indicador desse contexto foi a aprovação, em 20/06/2000, quase em paralelo com o Dia do Basta!, do Plano Nacional de Segurança Pública. O Plano compreende 124 ações, ordenadas em 15 compromissos, envolvendo inúmeros temas, como combate ao narcotráfico e ao crime organizado; o desarmamento da sociedade e o controle de armas; capacitação profissional e reaparelhamento das polícias; eliminação das chacinas e execuções sumárias e atualização da legislação sobre segurança pública. Muitas dessas ações e compromissos foram implementados no Estado de São Paulo e, no seu conjunto, explicam as quedas dos índices de violência do Estado.

8.2 FATORES EXPLICATIVOS

Os diversos fatores explicativos das quedas dos índices de violência no Estado podem ser agrupados em três grandes categorias:

- a) melhoria do aparelho de segurança pública paulista;
- b) conscientização e organização da sociedade civil em torno do tema e;
- c) articulação das instâncias públicas e privadas em estratégias de enfrentamento do problema.

8.2.1 MELHORIA DO APARELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O processo de melhoria do aparelho de segurança pública ocorreu em vários níveis e refletiu-se no aumento dos investimentos do setor, na desativação dasarceragens dos distritos policiais, na criação e implantação de sistemas de informação interligados em rede, no aprimoramento da formação dos policiais e na modernização gerencial da atuação da polícia.

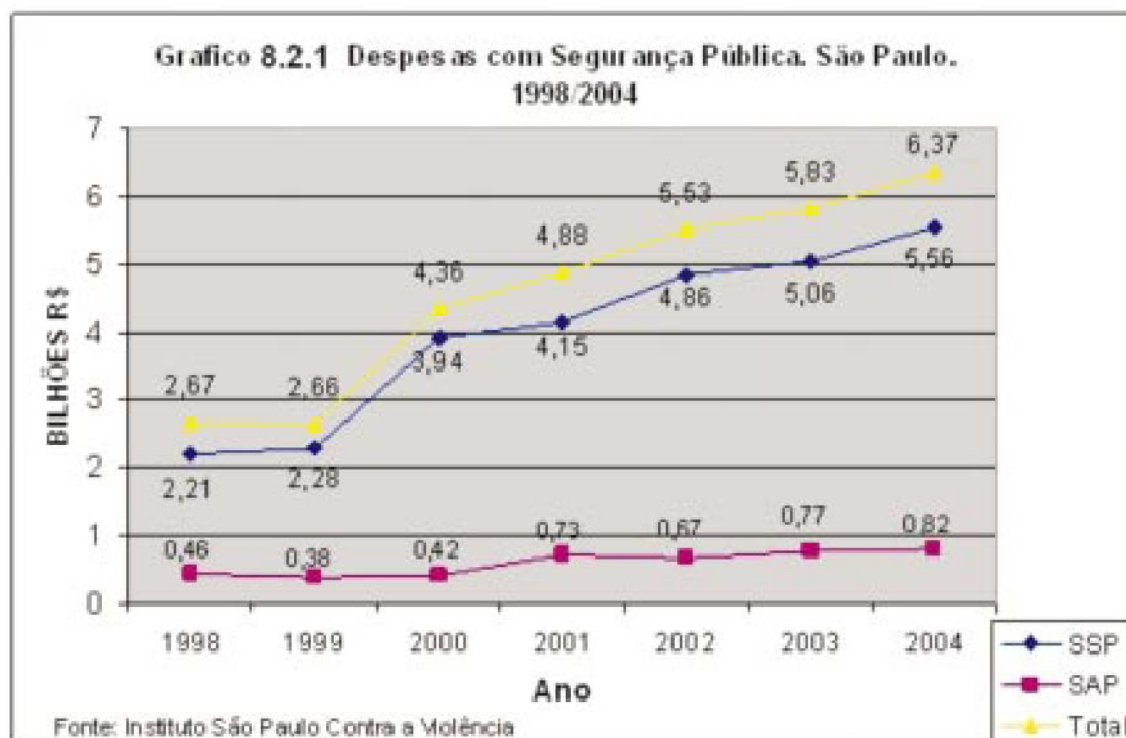
• **Forte crescimento dos investimentos em Segurança Pública**
– A tabela e o gráfico 8.2.1 mostram a expressiva elevação dos investimentos destinados pelo Estado para a área de segurança pública. O orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública cresceu 150%, entre 1998 e 2004. Na Administração Penitenciária, no mesmo período, o aumento foi de 71%, sendo que os aumentos mais expressivos começaram a ocorrer a partir de 2000. Considerado o orçamento das duas secretarias, o aumento, entre 1998 e 2004, foi de 139%.

TABELA 8.2.1 – Despesas com Segurança Pública. São Paulo. 1998-2004

Ano	Sec. Segurança Pública		Sec. Adm. Penitenciária		Total	
	R\$	Índice	R\$	Índice	R\$	Índice
1998	2.209.301.451	100	456.318.681,46	100	2.665.620.132	100
1999	2.278.099.306	103	380.837.019,64	83	2.658.936.326	100
2000	3.941.977.772	178	421.498.711,20	92	4.363.476.483	164
2001	4.148.987.391	188	731.578.828,43	160	4.880.566.219	183
2002	4.858.557.268	220	667.807.022,05	146	5.526.364.290	207
2003	5.057.025.260	229	768.693.631,23	168	5.825.718.891	219
2004	5.556.169.590	251	816.220.391,88	179	6.372.389.982	239

Fonte: Instituto São Paulo Contra a Violência.

GRÁFICO 8.2.1 – Despesas com Segurança Pública. São Paulo. 1998-2004



Fonte: Instituto São Paulo Contra a Violência.

- **Sistema de Informação Criminal, Infocrim** – Lançado oficialmente em setembro do ano 2000, o Sistema de Informação Criminal Infocrim é um banco de dados, informatizado e ligado em rede, contendo informações referentes às ocorrências policiais. O sistema já interligou 93 distritos policiais e 79 companhias da Polícia Militar, todos da capital, além de Campinas e Santos. O sistema é abastecido a partir dos Boletins de Ocorrência registrados eletronicamente nas delegacias. O sistema, atualizado *on line*, permite o planejamento das ações e operações de policiamento preventivo e repressivo para os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. O Infocrim vem sendo modernizado para possibilitar a execução de pesquisas mais refinadas que permitam estabelecer padrões mais completos para os crimes cometidos (circunstância, horário, georeferenciamento). Exportadas, as informações do Infocrim podem ser cruzadas com outras bases de dados.

Desde maio de 2002, o Fotocrim, que é uma base de dados alimentada pela Polícia Militar, pode ser acessado a partir do Infocrim. O Fotocrim possui 207.903 fotografias de pessoas que já foram presas em flagrante pela PM e parte da população carcerária do Estado. Além de fotos, o banco de dados registra informações sobre características físicas específicas dos cadastrados, como tatuagens, sinais e cicatrizes. Há, ainda, informações sobre o local em que a pessoa foi presa de forma a associar sua foto a um padrão de comportamento.

A Polícia Militar dispõe, ainda, do Copom *on line*, uma base de dados georeferenciada que monitora em tempo real as ocorrências recebidas por meio de chamadas telefônicas para 190. O banco armazena essas informações, permitindo a criação de um padrão para as ocorrências. Para agilizar a comunicação entre a população e a polícia, a Secretaria de Estado da Segurança Pública criou, em janeiro de 2000, o Plantão Eletrônico. Por meio desse serviço a população pode registrar, via Internet, ocorrências de furto e extravio de documento. Pode-se, ainda, registrar o desaparecimento (e o encontro) de pessoas.

Desde a criação, até setembro de 2004, o serviço realizou 432.177 atendimentos. A procura pelo plantão, estima-se, contribuiu para aumentar as estatísticas de furto, cuja subnotificação é de aproximadamente 85%. As informações do plantão contribuíram para enriquecer o banco de dados do Infocrim e aproximaram a polícia da população.

- **Formação de Recursos Humanos** – Além de investimentos em equipamento e tecnologia, a formação dos policiais (incluindo soldados e oficiais) vem passando por mudanças graduais, iniciadas em 1996. O currículo dos cursos de formação dos policiais civis e militares passou a contemplar disciplinas relacionadas a Direitos Humanos e Cidadania; técnicas de autocontrole também foram introduzidas. O período de formação dos policiais militares foi de oito para 13 meses e passou-se a exigir ensino médio completo. Desde 1997, a admissão para Curso de Formação de Oficiais (PM) passou a ser feita pela Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), que faz o vestibular da Universidade de São Paulo.

Além disso, a partir de 2000, o Curso Superior de Polícia passou a ser integrado para oficiais militares e delegados. Antes disso, essa integração não tinha regularidade.

- **Gerenciamento** – A polícia paulista passou ainda por mudanças gerenciais significativas, iniciadas em 2000. Começou com a compatibilização das áreas territoriais das cidades, para que a mesma região seja dotada de uma delegacia de polícia e de uma companhia militar. Da mesma forma, uma seccional da polícia civil é apoiada por um batalhão da PM (composto por um contingente que varia de três a cinco companhias) e uma regional, por um comando de policiamento (junção de até quatro batalhões). Esse arranjo solucionou o problema operacional de uma mesma companhia dar apoio para distritos policiais diferentes. Além disso, houve uma redistribuição de policiais militares para que cidades com maiores taxas de criminalidade recebessem contingente maior, como ocorreu com a capital e a Região Metropolitana. O remanejamento incluiu armas e viaturas.

Um dos resultados desse trabalho é que, desde 2001, algumas unidades da PM receberam certificado ISO 9000 e Prêmio Paulista de Qualidade, este último conferido pelo Instituto Paulista de Qualidade e Gestão. Entre as unidades certificadas estão o 1º Batalhão de Policiamento Metropolitano e o Grupamento de Rádio Patrulhamento Aéreo, que também atua na capital.

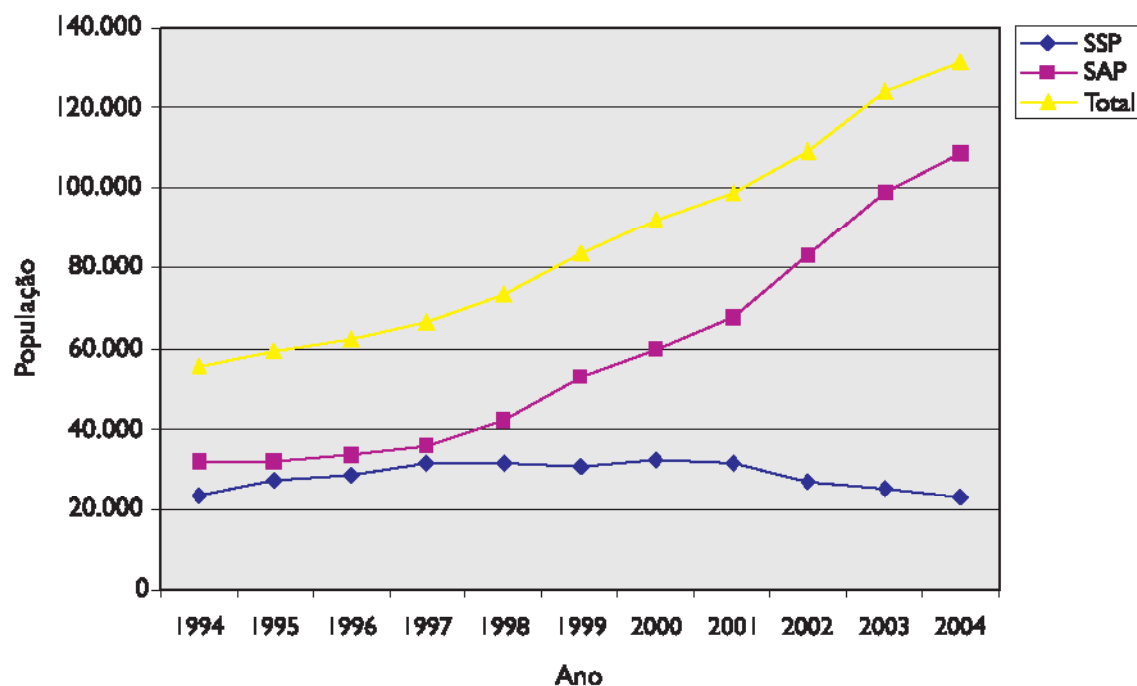
- **Mudanças na Estrutura Prisional** – A substituição da carceragem nos distritos policiais por Centros de Detenção Provisória, ligados à Secretaria da Administração Penitenciária, liberou um contingente expressivo de policiais civis para focalizar sua atuação na função investigativa e judiciária. O processo de desativação motivou a redução de 37% do número de pessoas presas em distritos, entre 2000 e 2004. O gráfico 7.2 demonstra isso. Entre 1994 e 2004 houve um crescimento de 139% no número de pessoas presas pela polícia. Pode-se dizer que, se essas prisões foram respaldadas pela conclusão do inquérito, houve uma redução da impunidade. No mesmo período, a população prisional aumentou 241%, ou seja, ou a Justiça tornou-se mais severa, ágil ou as duas coisas. O fato é que o aumento da população carcerária é maior do que as prisões.

TABELA 8.2.2 – População Carcerária. Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. São Paulo. 1994-2004

Data	População Carcerária			Índice (Dez/84=100)			Variação
	SSP	SAP	Total	SSP	SAP	Total	Anual %
dez/94	23.179	31.842	55.021	100	100	100	-
dez/95	27.033	31.993	59.026	117	100	107	7,3
dez/96	28.501	33.777	62.278	123	106	113	5,5
dez/97	31.127	35.621	66.748	134	112	121	7,2
dez/98	31.481	42.134	73.615	136	132	134	10,3
dez/99	30.626	53.117	83.743	132	167	152	13,8
dez/00	32.319	59.867	92.186	139	188	168	10,1
dez/01	31.173	67.649	98.822	134	212	180	7,2
dez/02	26.502	83.033	109.535	114	261	199	10,8
dez/03	24.906	99.026	123.932	107	311	225	13,1
dez/04	22.760	108.480	131.240	98	341	239	5,9

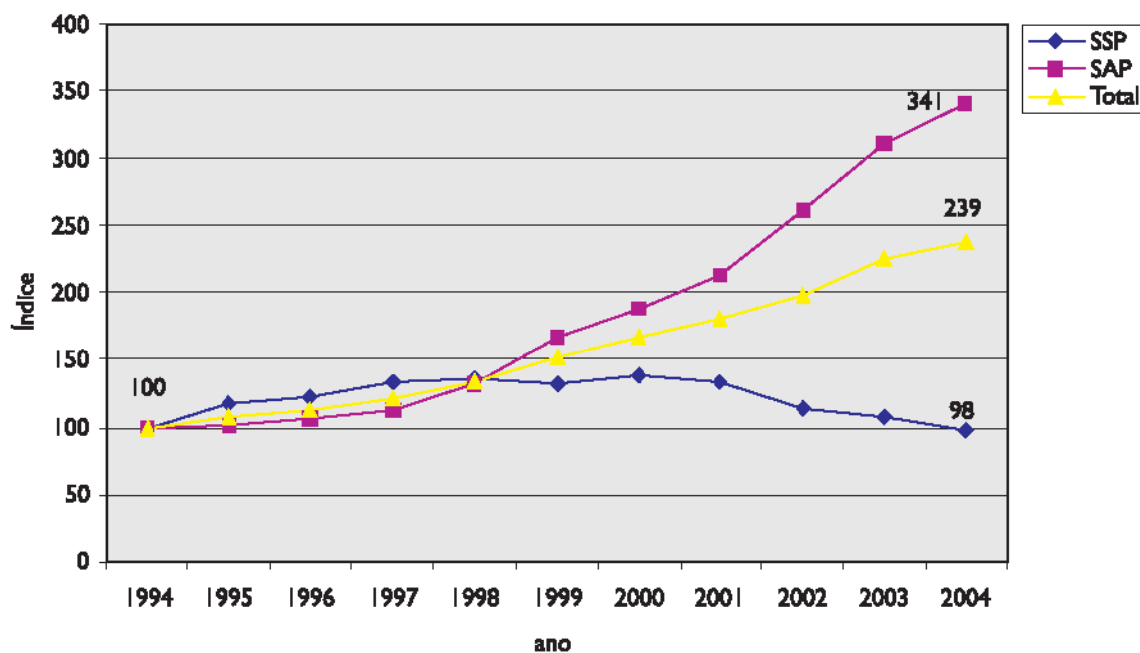
Fonte: Secretaria de Estado de Adm. Penitenciária do Estado de São Paulo

GRÁFICO 8.2.2 – População Carcerária - São Paulo - 1994-2004



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São

GRÁFICO 8.2.3 – Índices de Crescimento da População Carcerária (Base 1994=100) - São Paulo - 1994-2004



Fonte: Secretaria de Adimistração. Penitenciária do Estado de São Paulo

8.2.2 CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O conjunto de fatores relacionados com o reaparelhamento material e intelectual da estrutura de segurança pública do Estado, embora robusto, não é o suficiente para explicar isoladamente as quedas nos índices de violência registradas a partir do ano 2000. Vários outros fatores, de igual peso ou significado, são consenso entre os especialistas e instituições consultadas para explicar o declínio da criminalidade no Estado.

O segundo grupo de fatores responsáveis pelas quedas das taxas relaciona-se à mobilização da sociedade civil, que se organizou para pressionar o poder público e também para interagir com as instituições do Estado com o objetivo de reduzir a violência. “Há uma pressão social maior por eficiência sobre os policiais que atuam na capital do que sobre os que trabalham no interior”, exemplifica o major Jorge Luiz Alves, chefe da Comunicação Social da Polícia Militar de São Paulo.

Sem dúvida, a mobilização da sociedade é um diferencial paulista para explicar a queda da violência. Outros Estados, regiões metropolitanas e/ou capitais também criaram fóruns ou consórcios de segurança ou comitês de combate à violência. A diferença é que, nos outros locais e quase sem exceção, a convocatória foi do poder público, seja federal, estadual ou municipal. Em São Paulo, a iniciativa partiu de uma base social com forte capacidade de pressão e iniciativa. No Estado, a classe média formadora de opinião e um setor detentor de boa parte do Produto Interno Bruto estadual passaram a pressionar o poder público em todas as suas instâncias, visando à redução da violência.

Formando parte deste segundo grupo de fatores, temos a emergência de poderosas instituições da sociedade civil, especificamente voltadas ao tema da segurança cidadã e do enfrentamento da violência criminal no Estado. Entre elas, mencionaremos duas:

• *Instituto São Paulo Contra a Violência (SPCV)* – Uma das instituições que melhor expressa essa atitude é o Instituto São Paulo Contra a Violência (SPCV). A organização, que surgiu no final de 1997 a partir de um grupo de empresários, tem como missão promover a colaboração entre poder público e sociedade civil para desenvolver ações visando à redução da violência no Estado de São Paulo. O Instituto é uma entidade não-governamental sem fins lucrativos integrada basicamente por instituições empresariais, inclusive de mídia, mas que também conta com entidades acadêmicas e associações comunitárias²². O São Paulo Contra a Violência está articulado com o poder público em alguns projetos por meio de convênios, como será relatado adiante. Duas das principais ações são o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Disque Denúncia.

²² Federação do Comércio – FECOMÉRCIO; Federação das Indústrias – FIESP; Associação dos Bancos – ASSOBBESP; Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização; Federação das Empresas de Transporte de Carga – FETCESP; Sindicato Empresas Transporte Coletivo Urbano – TRANSURB; Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE; Associação Brasileira de Agências de Propaganda – ABAP; Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA; Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM & F; Associação Comercial de São Paulo; Associação Viva o Centro; Fundação Roberto Marinho; USP: Núcleo de Estudos da Violência e Faculdade Saúde Pública; FGV-SP: Centro de Estudos do Terceiro Setor e Programa de Políticas Públicas e Cidadania.

“Mobilização é o trabalho mais pesado”

“É preciso levar em conta que para executar um projeto como o Instituto São Paulo Contra a Violência instituições e pessoas precisam ser mobilizadas diariamente. É um processo permanente de agregação e envolvimento. Mas é a força dessa articulação que possibilita ao Instituto assinar convênios com o poder público e, com isso, passar a ser um patrimônio da sociedade paulista. Estamos sempre amarrando as decisões e iniciativas para que nada fique solto e isso exige um alinhar constante, um permanente envolvimento das entidades e dos empresários. Mas o saldo dessas ações é fundamental para a redução da violência no Estado. É importante ressaltar que não basta haver uma articulação de papel entre as instituições. É preciso colocá-la no papel para formalizar, mas é fundamental exercitá-la no plano real.

O modelo do Instituto São Paulo Contra a Violência pode ser replicado em outros Estados do Brasil, mas ressalto que não é fácil garantir o alinhamento de todos os parceiros. Sempre haverá alguém escalado para ‘segurar o piano’ e, nesse caso, a mobilização é o trabalho mais pesado.”

Eduardo Capobianco

Presidente do Instituto São Paulo
Contra a Violência

Mas, além do Fórum e do Disque Denúncia, o Instituto também é responsável por outras iniciativas. Criou, com a Universidade de São Paulo, por meio do Núcleo de Estudos de Violência, e em parceria com as secretarias de Estado de Direitos Humanos e de

Assistência Social, a Rede de Observatórios de Direitos Humanos. O projeto instalou-se em São Paulo e em mais cinco capitais, além de Pesqueira, no interior de Pernambuco, com o objetivo de capacitar jovens ligados a associações comunitárias para coletar informações e produzir relatórios sobre a situação dos direitos humanos no seu bairro e, principalmente, para promover boas práticas de convivência entre vizinhos.

Há outras iniciativas, a exemplo do projeto Abrace seu Bairro, que visam contribuir para a prevenção da violência a partir do incentivo ao protagonismo juvenil. Trabalham com a capacitação de jovens para o desenvolvimento de projetos que atuem diretamente sobre os fatores geradores de violência.

- *Instituto Sou da Paz* – No mesmo período, estudantes de Direito da Universidade de São Paulo, que são parte importante da elite estudantil da cidade, ganharam as ruas, e, em 1997, ocuparam a Praça da Sé e entraram em escolas públicas e particulares para pedir o desarmamento. Lançaram a Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento, cujo símbolo é uma pomba feita com as mãos. A iniciativa contou com parcerias de instituições da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Nacional dos Estudantes e o Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) para citar algumas. Recebeu apoio da agência de publicidade DM-9, de artistas e personalidades, que, em setembro, participaram de um anúncio de TV em prol do desarmamento.

O passo seguinte foi a criação do Instituto Sou da Paz, que inicialmente multiplicaria as ações da campanha. Hoje, tem como objetivo contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos. Todo o trabalho é baseado em mobilização social e em novas técnicas de abordagem de problemas.

“Nossa geração estava se matando”

“Em 1997, quando as pesquisas indicavam que a violência já era a maior preocupação do paulistano, tivemos acesso a dados que mostravam que a maioria dos que estavam matando e morrendo eram jovens de 15 a 24 anos. E que, entre esses dois jovens, existia uma arma de fogo. Nossa geração estava se matando.

Precisávamos chamar a atenção para a necessidade de tirar essas armas de circulação e fazer o que chamamos de ‘desarmamento do espírito’. Não dá para ter uma sociedade em que todo conflito se resolve com uma arma de fogo.

Também era preciso aproximar a sociedade do problema. O que havia naquele momento eram iniciativas isoladas ou parentes de vítimas de classe média que iam para as ruas pedir penas mais duras. Ou seja: a sociedade só se mobilizava para falar das suas próprias vítimas, mas essa participação poderia vir a ser mais construtiva.

Dois meses depois do lançamento da campanha, que ocorreu no dia 11 de agosto, visitamos centenas de escolas, igrejas e centros comunitários sempre repetindo a mesma coisa: ‘é perigoso ter armas’. Falamos isso para mais de 20 mil pessoas.

Em outubro, fizemos a primeira campanha de recolhimento voluntário de armas do Brasil, e montamos com a OAB um posto na praça da Sé. No primeiro dia chegaram 14 armas. Mas no final da campanha, que durou 12 dias, recolhemos 1.721 armas. O segundo passo foi colocar as armas em frente à Catedral e passar um rolo compressor por cima. Foi o início da mobilização social em prol do desarmamento.”

Denis Mizne

Diretor-Executivo do
Instituto Sou da Paz

8.2.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO

A pressão social, que impulsionou a eficiência policial, também contribuiu para estreitar os laços entre a sociedade civil e o poder público, caso do Disque Denúncia, e ainda transformar a violência numa questão suprapartidária, caso do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. As duas ações surgiram e são desenvolvidas com a ativa participação do Instituto São Paulo Contra a Violência.

O Fórum conta com a participação de 39 prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo filiados a oito partidos diferentes que, em muitas cidades, abrigam adversários políticos. Fazem parte do Fórum as seguintes legendas: PMDB, PSDB, PT, PSB, PL, PTB, PV, PFL e PPS.

O Disque Denúncia, criado em 2000, é fruto de um convênio entre o Instituto São Paulo Contra a Violência e a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Tem por objetivo incentivar os cidadãos a participarem do processo de redução da criminalidade e ainda contribuírem para aumentar a eficácia da polícia. Por meio de uma ligação gratuita (0800 15 63 15), na qual a pessoa não precisa se identificar, é possível denunciar crimes. O programa vem auxiliando a solução de seqüestros. Quem disca recebe uma senha para obter informações posteriores sobre o andamento da sua denúncia e fornecer novos dados para a investigação.

- *O Fórum Metropolitano de Segurança Pública* – O Fórum é uma organização informal, sem fins lucrativos e suprapartidário, que visa à redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo, por meio de ações de natureza preventiva em parceria com a sociedade civil, universidades e todas as instâncias governamentais. Ele foi instituído em 29 de março de 2001, por iniciativa do Instituto São Paulo Contra a Violência.

O Fórum é dirigido por uma coordenadoria escolhida pelos prefeitos dos 39 municípios, composta de um coordenador-geral e coordenadores dos grupos de trabalho. A secretaria-executiva do Fórum é exercida pela equipe do Instituto São Paulo Contra a Violência.

O Fórum é dividido em cinco grupos de trabalho definidos a partir de grandes áreas estratégicas de atuação:

- a) Informações Criminais: trabalha para expandir o acesso ao Infocrim em todos os municípios da RM; subsidia, com informações obtidas por meio das ocorrências criminais, políticas estaduais e municipais de segurança pública e fortalece a ação do Disque Denúncia;
- b) Guardas Municipais: analisa e aperfeiçoa o papel das Guardas, estreitando seu relacionamento com as Polícias Civil e Militar; desenvolve programas de treinamento para os profissionais da área;
- c) Comunicação Social: dissemina informação e promove debates sobre os problemas de segurança pública e aponta soluções; alimenta um centro de referência na Internet;
- d) Prevenção da violência: analisa, debate e promove políticas sociais e urbanas visando à redução das causas da violência. É o espaço onde os prefeitos apresentam, conhecem e trocam experiências bem-sucedidas no campo de prevenção do crime e da violência;
- e) Legislação e Política Criminal e Penitenciária: acompanha e participa do debate nacional e estadual sobre propostas de legislação e políticas públicas na área criminal e penitenciária, com foco nos interesses dos municípios.

Relatórios de impacto e dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública demonstram a participação efetiva do Fórum na redução das taxas de violência da capital e de sua Região

Metropolitana. Os municípios que participam do grupo apresentaram redução na taxa de homicídio de 6,3% ao ano, entre 1999 e 2003; o resto do Estado ficou em 1,6% (tabela 3.2.5). Os dados são do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, resultado do processamento dos Boletins de Ocorrência disponibilizados por meio da Internet, também registram significativas quedas nas taxas criminais da região, tanto na capital quanto na Grande São Paulo (tabela 8.2.3).

Uma das principais vitórias do Fórum foi ter levado 16 municípios da Região Metropolitana de São Paulo a adotar a lei que regulamenta o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas. A medida, que ficou conhecida como Lei Seca, contribuiu diretamente para a redução dos homicídios, como será explicado adiante.

TABELA 8.2.3 – Ocorrências Policiais (em 100000 habitantes) por Tipo de Crime e Área Geográfica. São Paulo. 2001-2004

Tipo de Crime	SP Capital				
	2001	2002	2003	2004	Δ%
Homicídio Doloso	62,1	54,4	40,0	31,7	-0,5
Homicídio Culposo	11,3	10,9	8,9	8,0	-0,3
Tentativa Homicídio	30,0	31,0	24,8	22,0	-0,3
Lesões Corporais	577,1	623,1	563,3	591,8	0,0
Latrocínio	2,4	2,4	1,7	1,3	-0,5
Estupro	15,0	15,6	11,8	11,7	-0,2
Seqüestro	2,3	2,2	0,8	0,7	-0,7
Tráfico Drogas	25,0	33,6	30,4	31,5	0,3
Roubo Outros	1182,1	1246,5	1240,1	1140,7	0,0
Roubo Autom.	776,2	718,9	392,2	390,8	-0,5
Furto Outros	1213,0	1268,5	1336,5	1414,6	0,2
Furto Autom.	829,1	810,0	477,7	487,5	-0,4

Tipo de Crime	Grande SP				
	2001	2002	2003	2004	Δ%
Homicídio Doloso	56,6	53,8	38,1	28,7	-0,5
Homicídio Culposo	12,2	12,2	10,3	9,3	-0,2
Tentativa Homicídio	34,8	36,1	27,9	22,7	-0,3
Lesões Corporais	670,0	681,6	573,2	607,1	-0,1
Latrocínio	2,2	1,6	1,4	1,2	-0,5
Estupro	13,7	13,9	12,0	11,9	-0,1
Seqüestro	1,4	1,5	0,3	0,2	-0,9
Tráfico Drogas	16,3	20,2	18,8	20,5	0,3
Roubo Outros	706,0	663,2	559,8	513,5	-0,3
Roubo Autom.	491,4	420,7	287,9	246,2	-0,5
Furto Outros	965,3	997,3	913,9	898,7	-0,1
Furto Autom.	373,3	342,5	257,5	249,4	-0,3

Fontes: Ocorrências: SSP/SP (<http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/porlocal.aspx> de 14/03/2005. População: MS/DATASUS

O Fórum construiu consensos entre os prefeitos, uniformizando a idéia de que os municípios precisam atuar diretamente nas questões de segurança pública e na gestão local dos mecanismos de prevenção da violência. Também ficou fortalecida a articulação entre o poder público e a iniciativa privada como uma forma de aumentar a eficiência no controle da violência.

Após aderirem ao Fórum, alguns municípios criaram suas próprias Guardas Municipais, caso de Embu, Mogi das Cruzes, Suzano e Vargem Grande Paulista. Guarulhos, Itapequerica da Serra, Mauá, Mogi das Cruzes e São Paulo criaram órgãos equivalentes à Secretaria da Segurança.

“Os prefeitos estão mais presentes na segurança pública”

“O Fórum funciona como uma rede onde se intercambiam as boas experiências e onde os prefeitos estimulam uns aos outros. A política de fechar os bares a partir das 23h, por exemplo, é uma ação que comprovadamente está contribuindo para a redução do número de homicídios. É uma idéia que o Fórum procurou expandir para diversas prefeituras.

Também se estimula o desenvolvimento de atividades preventivas junto à juventude e a vários setores sociais.

A participação no Fórum levou à ampliação e melhor formação das Guardas Municipais. Resultou ainda numa maior articulação entre as Guardas e a Polícia Militar. Os prefeitos estreitaram a relação com a PM para planejar ações comuns, promovendo uma integração de esforços. Muitos prefeitos que não compreendiam a questão da criminalidade passaram a agir no seu município e a fazer um esforço maior para ter mais presença nas questões de segurança pública.”

Eloi Pietá

Prefeito de Guarulhos e coordenador do Grupo de Trabalho de Informações Criminais do Fórum Metropolitano de Segurança

- **Lei Seca**

A Lei Seca consiste num decreto municipal que regulamenta o fechamento de estabelecimentos que comercializam bebida alcoólica entre 23h e 6h. A partir de 2001, 16 municípios da RM de São Paulo aderiram à lei. São eles: Barueri e Jandira (aderiram em 2001); Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Juquitiba, Mauá e Osasco (aderiram em 2002); Vargem Grande Paulista (aderiu em 2003), Poá, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra (aderiram em 2004).

Para verificar o impacto da Lei Seca nos índices de violência da Região Metropolitana de São Paulo, utilizou-se o seguinte procedimento:

- a. Os 39 municípios que integram a RM de São Paulo foram divididos em dois grupos: os 16 que implantaram a Lei Seca e os que não a implantaram. O levantamento foi feito pelo Fórum.
- b. Esse mesmo levantamento indica os municípios que implantaram a Lei Seca e deram suporte à medida, por meio de políticas e programas de prevenção da violência e da criminalidade. Para efeito de análise, e com base nesse último detalhamento, os municípios que adotaram a Lei Seca foram novamente divididos em dois grupos: os que adotaram a lei e mais os programas de apoio e os que não adotaram tais programas.
- c. Esse mesmo relatório indica, ainda, com base em informações da Secretaria de Estado da Segurança e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as taxas de homicídio culposo, roubos/furtos de veículos, outros roubos e outros furtos, para os anos de 1999 a 2003. Esses mesmos quantitativos, para o ano 2004, foram obtidos diretamente da SSP-SP (e, para o cálculo das taxas, as estimativas populacionais são do Ministério da Saúde/Datasus). Os dados de Homicídio e de

Óbitos por Acidentes de Transporte foram obtidos do Ministério da Saúde/Datasus, por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade.

- d. Para estabelecer a situação anterior e posterior à Lei Seca, foi utilizada a taxa média dos anos anteriores à implantação e a taxa média dos anos posteriores à implantação, eliminando dos cálculos o ano da implantação. Por exemplo, se a implantação foi em 2002, a situação anterior resulta da taxa média dos anos 1999 a 2001. A situação posterior resulta da taxa média de 2003 e 2004. No caso dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (Homicídios SIM e Óbitos por Acidentes de Transporte), como os dados disponíveis só vão até 2003, foram utilizados os dados dos 12 municípios que implantaram a Lei Seca em 2001 e 2002.
- e. Para aqueles municípios que não implantaram a Lei Seca utilizou-se um procedimento semelhante, considerando 2002 o ano de corte, por ser este o ano em que a maior parte dos municípios do outro grupo aderiu à lei.
- f. Foram excluídos da análise os três municípios (Poá, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra) que só adotaram a lei em 2004 diante da impossibilidade de avaliar a situação posterior à implantação da medida.
- g. Por último, é necessário esclarecer que foi utilizada a média das taxas de cada ano (sem considerar os valores originais) para evitar que os dados de um município de grande porte, como São Paulo, contaminassem o conjunto dos resultados.

TABELA 8.2.4 – Taxas de Criminalidade antes e depois da Lei Seca Segundo os tipos de município (com e sem Lei Seca e ou Programas Complementares). Região Metropolitana de São Paulo - 1999/2004

Municípios	Taxas Médias								
	Homicídios Dolosos			Roubo/Furto Veículos			Outros Roubos		
	Antes	Depois	Dif. %	Antes	Depois	Dif. %	Antes	Depois	Dif. %
Com Lei Seca	55,3	39,3	-28,8	492,7	332,8	-32,4	495,8	402,1	-18,9
Com Lei Seca e Programas	66,3	41,0	-38,2	516,5	312,8	-39,4	501,6	385,6	-23,1
Com Lei Seca sem Programas	44,2	37,7	-14,8	468,9	352,9	-24,8	490,0	418,6	-14,6
Sem Lei Seca	34,7	27,8	-19,8	449,0	342,7	-23,7	434,6	413,9	-4,8

Tabela 7.3 (continuação)

Municípios	Taxas Médias								
	Outros Furtos			Homicídios SIM			Óbitos Acidentes Tpte.		
	Antes	Depois	Dif. %	Antes	Depois	Dif. %	Antes	Depois	Dif. %
Com Lei Seca	707,5	867,0	22,5	68,9	56,6	-17,9	19,7	15,4	-21,7
Com Lei Seca e Programas	648,1	742,4	14,6	93,6	68,7	-26,6	13,6	10,7	-21,5
Com Lei Seca sem Programas	766,9	991,5	29,3	57,6	54,3	-5,7	27,7	21,7	-21,8
Sem Lei Seca	779,3	1086,8	39,5	39,9	36,1	-9,4	18,8	19,5	4,2

Fonte: Homicídios Dolosos, Roubo/Furto de Veículos, Outros Furtos 1999/2003: SP CV. As mesmas variáveis para 2004: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Homicídios SIM e Óbitos por Acidentes de Transporte: MS/SVS/DASIS/SIM

Os dados disponíveis na tabela 8.2.4 (acima) permitem tirar as seguintes conclusões:

- A taxa média de homicídios dolosos anterior à adoção da Lei Seca era de 55,3 homicídios para cada 100 mil habitantes. Após a implantação da lei, essa taxa caiu para 39,3 para cada 100 mil. Ou seja: houve uma queda de 28,8%. A mesma tabela indica que os municípios que não adotaram a Lei Seca apresentaram redução de 19,8%.
- Todos os indicadores de violência e criminalidade analisados na tabela demonstram que as taxas caíram mais acentuadamente nos municípios que adotaram a Lei Seca.
- Merece destaque o fato de a queda ter sido ainda mais expressiva entre os municípios que adotaram a Lei Seca acompanhada de programas e estratégias de prevenção à violência e à criminalidade. Vários indicadores, caso do homicídio e do furto,

demonstram maior eficiência quando adotada a dobradinha “Lei Seca+ prevenção”. Quem adotou apenas a lei registrou reduções menores nas taxas de criminalidade. Essa constatação se mantém quando a fonte dos dados é o SIM ou quando é a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

- d. Essa mesma tabela indica que o furto é o único tipo de crime cuja incidência não diminuiu em nenhuma das áreas geográficas analisadas e, ainda, apresenta consideráveis aumentos. A hipótese, ainda que sem muitas evidências empíricas, é que pode não ter havido um aumento na taxa e sim uma redução da subnotificação a partir da possibilidade de registrar esse tipo de delito por meio da Internet. Ainda assim, a explicação desperta controvérsias.

- **Escola da Família**

O Escola da Família é um programa de inclusão social executado pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Unesco e com grande número de organizações não-governamentais. O programa vem contribuindo significativamente para reduzir ocorrências policiais dentro das escolas e no seu entorno.

O programa, iniciado em agosto de 2003, abre 5.306 escolas públicas nos finais de semana, em 645 municípios, oferecendo atividades de cultura, esporte, lazer e educação para o trabalho.

Frequentar as escolas públicas nos finais de semana é muitas vezes a única alternativa de lazer para milhares de pessoas, especialmente jovens que moram na periferia das grandes cidades. O Escola da Família foi criado, entre outros motivos, a partir da constatação de que, em São Paulo, assim como no resto do País, os jovens são as principais vítimas da violência.

Os mais vulneráveis são justamente os de menor renda, que vivem na periferia das grandes cidades e que se ressentem da falta de alternativa de lazer nos finais de semana, período em que os homicídios chegam a aumentar 60% em relação às ocorrências registradas nos dias úteis, como ficou evidente nos capítulos anteriores.

Por trás de uma idéia aparentemente simples, a abertura das escolas para a comunidade nos finais de semana, o programa pretende ser uma ferramenta na construção de uma cultura de paz e no combate às desigualdades. No ambiente escolar, os jovens – mais especificamente em situação de vulnerabilidade social – têm menos possibilidades de se expor à violência e mais oportunidades de acesso à informação, arte e cultura. O programa tem três focos: o jovem, a escola e a comunidade.

Um ano e meio após a implantação do Escola da Família já é possível observar dois fenômenos que vêm se desenvolvendo de forma correlata: o aumento da participação comunitária e a redução das ocorrências de violência registradas no entorno das escolas e no seu interior.

A redução dos registros de violência no entorno da escola coincide com o aumento da participação comunitária no programa. Em agosto de 2003, foram registradas 2,1 milhões de participações. Em agosto de 2004, esse número cresceu para 7,7 milhões – um aumento de 352%. As adesões vêm se mantendo constantes. Vale ressaltar que participações em oficinas não são equivalentes ao número de pessoas que freqüentam o programa, já que a mesma pessoa pode participar de mais de uma atividade.

Outro termômetro da participação comunitária são os 36 mil voluntários que trabalham no programa, coordenando oficinas e ajudando a equipe pedagógica. É gente que mora no entorno das escolas e que dedica parte do seu tempo em prol da comunidade.

Os resultados já estão sendo consolidados. Comparação entre o período de setembro de 2002 a fevereiro de 2003 (quando o programa ainda não havia sido implantado), com setembro de 2004 a fevereiro de 2005 (quando as escolas já estavam abertas), indica uma redução de 36% no total das ocorrências policiais registradas dentro da escola e no seu entorno. As que mais caíram (50,8%) foram as ocorrências contra a pessoa (episódios de agressão física envolvendo alunos, professores e funcionários, homicídios etc), um indicativo de que o programa está contribuindo para harmonizar a relação entre professores e alunos. As ocorrências envolvendo o patrimônio (como depredações e roubos de equipamentos) tiveram redução de 28% no mesmo período.

Também sofreram redução de 46,1% as chamadas “faltas disciplinares”, que são ocorrências de menor gravidade resolvidas pela equipe pedagógica sem a presença da polícia. Novamente àquelas contra a pessoa (ameaça de agressão e xingamentos, entre outras) tiveram queda mais expressiva (51,8%) do que as contra o patrimônio (39,9%).

A Educação pode vencer a intolerância e a violência

O aumento dos índices de violência no mundo constitui uma preocupação freqüente. Uma questão que demanda ações conjuntas e articuladas de todas as esferas governamentais e sociais. Um tema que exige discussões capazes de originar uma nova ordem mundial, advinda de uma forma diferenciada de ver e de vivenciar a realidade à nossa volta. Nesse sentido, o papel dos educadores é essencial, justamente pelo trabalho que desenvolvem em prol da formação integral do ser.

Escola, família e comunidade devem compor a tríade singular que propicia às nossas crianças e jovens os instrumentos necessários à aquisição de sua cidadania plena. Uma conquista absolutamente vinculada à descoberta de seus talentos e potencialidades e à compreensão em torno de seus direitos e deveres. Foi essa a proposta da Secretaria de Estado da Educação, quando – em parceria com a Unesco, o Faça Parte Instituto Brasil Voluntário e o Instituto Ayrton Senna – criou o *Programa Escola da Família*.

Em vinte meses de existência, a iniciativa é responsável direta pela redução de 44% dos índices de violência, tanto nas unidades escolares estaduais quanto no seu entorno. O sucesso do programa se deve – acreditamos – à união de várias vertentes sociais em torno de um mesmo propósito: oferecer uma educação de excelência aos aprendizes, estendendo essa possibilidade à comunidade. Assim, nos finais de semana, a escola passa a ser um local verdadeiramente sagrado, onde atuam mais de 45 mil voluntários. Personagens que contribuem para que





os participantes do programa tenham acesso à cultura, à prática de esportes e ao entretenimento associado à divulgação de informações sobre saúde, bem-estar e qualidade de vida.

A junção equilibrada dessa educação fundamentada na razão e na sensibilidade foi o caminho encontrado para dar ao *Programa Escola da Família* um norte; um objetivo condizente com as necessidades de todos. Paralelo a isso, nas salas de aula da rede, a orientação é para que professores de todas as disciplinas trabalhem da maneira mais articulada possível, trazendo à tona debates sobre valores como ética, honestidade, altruísmo, justiça e igualdade. Estamos certos de que essa educação de ponta será uma heroína apta a vencer batalhas diversas que, além da violência, eliminem também a intolerância, o preconceito, a desigualdade e tantos outros vilões e vilãs que assombram a época em que vivemos.

Que esse seja, cada dia mais, um ideal coletivo e um desejo verdadeiramente irrefreável.

Gabriel Chalita

Secretário de Estado da Educação

8.3 O CASO DIADEMA

Diadema tem a segunda maior concentração populacional do País com 12 mil habitantes por quilômetro quadrado. Seu território (30 quilômetros quadrados) era tomado, até 1999, por cerca de 200 favelas, e o município ocupava o topo do *ranking* de homicídios do Estado de São Paulo com um assassinato por dia em média. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) colocava Diadema, até 2000, em 245º lugar entre os 645 municípios paulistas.

A cidade começou a derrubar os índices de homicídio a partir de 2000 e, com mais intensidade depois de 2002, com a aprovação da

chamada Lei Seca, que determina o fechamento dos bares das 23h às 6h. “Tínhamos um diagnóstico muito claro de que esse era o horário de maior concentração dos homicídios”, diz a advogada Regina Mikki, secretária municipal da Defesa Social e comandante da Guarda Civil Metropolitana de Diadema.

Em 1997, Diadema tinha não só a taxa mais alta de homicídio do Estado como uma das mais altas do mundo com 142,3 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Em 1999, no pico dos homicídios, uma pessoa era assassinada por dia na cidade. Em 2004, dois anos após a implantação da Lei Seca, a média mensal de homicídios caiu para 10,8 pessoas, segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Várias outras cidades aderiram à Lei Seca, mas Diadema foi uma das que combinou a adoção da medida com uma rígida política de fiscalização e apoiou isso em projetos sociais focados na prevenção da violência. Mikki está convencida de que os programas sociais dão suporte importante à política de segurança pública como um todo, mas para a Lei Seca “pegar”, diz ela, o fundamental é manter a eficiência da fiscalização.

Todas as noites, um comboio formado por cinco veículos sai da sede da Guarda Municipal para percorrer 60 quilômetros. Passam pelo menos uma vez pelas regiões onde se localizam os 4.772 bares da cidade que não têm licença para funcionar após às 23h. Os carros levam quatro fiscais, oito guardas municipais e dois policiais militares. Onde há bar aberto, eles entram e notificam o proprietário. Da segunda vez, aplicam multa; na terceira, o bar é fechado. Há, ainda, 26 câmeras que monitoram a cidade num raio de dois quilômetros cada uma. A prefeitura quer aumentar esse número para cem até o final deste ano.

“Eu fecho às 23h mesmo perdendo dinheiro, porque os fiscais não dão folga”, relatou o comerciante José Santa Rosa, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição do dia 27 de março passado. Diadema tem, em média, um bar para cada 80 moradores. Mas só têm licença

para funcionar após o horário estipulado pela prefeitura aqueles que estão localizados em regiões com baixo índice de criminalidade e que tenham isolamento acústico, 28 no total, segundo dados de março.

Para Regina Mikki, a lei não é a única explicação para a queda dos homicídios. Há que se levar em conta, diz a secretária, que o município investiu pesado nas favelas. Em quatro anos, 210 núcleos, de um total de 212, foram urbanizados e integrados à cidade.

Aliás, foi por causa de uma favela que Diadema ocupou o noticiário nacional. Em 1997, policiais militares foram flagrados por um cinegrafista amador usando métodos abusivos e violentos de abordagem com os moradores da Favela Naval. As imagens que chocaram o País revelaram também a falta de infra-estrutura da Naval. Hoje, iluminação pública de qualidade e asfalto cobrem 98% da cidade. “As pessoas ganharam cidadania e passaram a apoiar a política de segurança pública da prefeitura”, diz Mikki.

Entre os maiores problemas enfrentados hoje por Diadema estão a pobreza e o desemprego, cuja taxa atinge 15,7% da população economicamente ativa. O problema é agravado pela presença do tráfico de drogas.

A secretária Regina Mikki destaca a eficiência do programa Adolescente Aprendiz para a prevenção da criminalidade, mas reconhece que o desafio de vencer o tráfico é muito grande. O projeto atende a 1.038 estudantes entre 14 e 15 anos que recebem educação profissionalizante e uma bolsa mensal de R\$ 130.

Mikki e o prefeito reeleito José Filippi Junior (PT) começam a obter reconhecimento externo pelo trabalho na área de segurança pública. A cidade foi citada pela Organização das Nações Unidas como um caso de sucesso em segurança preventiva municipal. O projeto de Diadema foi apresentado no dia 23 de abril passado em *workshop* promovido na sede da organização, em Nova York.

9. VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Desagregar informações com o objetivo de focalizar situações em nível municipal não é um processo simples: ou as informações inexistem nesse nível ou, quando existem, conduzem a complicações técnicas e conceituais.

No caso dos dados relativos à mortalidade por causas violentas nos municípios, há que se levar em conta que esses dados desagregados em nível municipal registram fortes oscilações, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte. Um fato circunstancial que, muitas vezes tem pouco a ver com realidade do município, como a *desova* de cadáveres ou um acidente de ônibus com vítimas fatais numa rodovia, pode elevar drasticamente as taxas do município em determinado ano. No entanto, essas taxas retornam ao seu padrão de normalidade nos anos em que não forem registrados incidentes como os descritos acima.

Indicadores econômicos, alguns de uso diário, também são influenciados por essa sazonalidade, que, no caso da economia, elevam os preços agrícolas nas entressafras, ou os derrubam em períodos de abundância. Técnica freqüentemente utilizada para *expurgar* essas variações é a chamada média móvel de vários meses ou anos, que suaviza os picos e as depressões.

Estudo prévio, realizado para ponderar esse tipo de variação na mortalidade dos municípios paulistas, permitiu detectar certa consistência na variabilidade dos dados a partir de um patamar de 150 mil habitantes. Dessa forma, as taxas para municípios com mais de 150 mil habitantes são referentes a 2003. Para os que têm menos

de 150 mil habitantes foi adotado como indicador as médias das taxas de mortalidade dos três últimos anos disponíveis, 2001, 2002 e 2003.

Na tabela 9.1, os municípios com mais de 150 mil habitantes foram indicados com símbolo S na coluna Pop (de população). Os municípios com menos população, pelo símbolo N na mesma coluna.

As taxas foram calculadas a partir dos registros de suicídios, homicídios e óbitos por acidentes de transporte contidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. Para calcular as taxas, foram utilizadas as estimativas de população fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Tribunal de Contas da União, para a distribuição das cotas do Fundo de Participação dos Municípios.

Além da taxa média trienal de homicídios, suicídios e mortes por acidentes de transporte, também foi calculada a Taxa de Violência Conjunta, que resulta da somatória das três anteriores.

TABELA 9.1 – Taxa (em %) de Óbitos por Homicídio, Acidente de Transporte, Suicídio e Conjunta por Município. São Paulo. 2003

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Adamantina	9,9	10,8	3,0	23,7	285°	465°	377°	470°	N
Adolfo	0,0	8,9	0,0	8,9	499°	510°	456°	600°	N
Aguaí	10,2	27,6	3,4	41,2	274°	177°	359°	247°	N
Águas da Prata	9,2	9,3	0,0	18,5	308°	501°	456°	515°	N
Águas de Lindóia	13,6	15,6	9,6	38,8	203°	353°	96°	277°	N
Águas de Santa Bárbara	5,9	6,2	0,0	12,1	413°	546°	456°	580°	N
Águas de São Pedro	0,0	87,3	0,0	87,3	500°	9°	456°	35°	N
Agudos	15,1	13,1	4,0	32,3	181°	411°	313°	353°	N
Alambari	17,9	133,9	9,0	160,8	144°	5°	113°	5°	N
Alfredo Marcondes	0,0	8,9	8,9	17,8	500°	511°	115°	524°	N
Altair	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Altinópolis	2,1	31,3	2,1	35,5	492°	132°	428°	322°	N
Alto Alegre	8,0	0,0	0,0	8,0	348°	582°	456°	611°	N
Alumínio	12,9	10,6	2,2	25,7	216°	470°	427°	445°	N
Álvares Florence	0,0	40,1	8,1	48,2	500°	73°	135°	174°	N
Álvares Machado	11,3	8,5	0,0	19,8	257°	520°	456°	507°	N
Álvaro de Carvalho	7,7	7,9	15,3	30,9	356°	531°	30°	371°	N
Alvinlândia	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Americana	6,8	18,3	4,2	29,3	391°	302°	306°	394°	S
Américo Brasileiro	3,3	10,1	11,1	24,5	473°	482°	75°	459°	N
Américo de Campos	0,0	11,9	6,0	17,9	500°	445°	212°	523°	N
Amparo	8,6	28,9	10,2	47,7	331°	162°	85°	182°	N
Análândia	17,8	36,0	0,0	53,8	146°	97°	456°	134°	N
Andradina	19,2	9,0	3,6	31,7	132°	508°	344°	360°	N
Angatuba	3,4	50,6	3,4	57,3	470°	36°	360°	112°	N
Anhembi	13,9	56,2	20,9	91,0	196°	31°	10°	31°	N
Anhumas	0,0	0,0	9,7	9,7	500°	582°	93°	594°	N
Aparecida	19,8	17,0	3,8	40,7	128°	327°	328°	253°	N
Aparecida d'Oeste	13,6	6,8	0,0	20,4	204°	542°	456°	497°	N
Apiaí	4,9	2,4	6,1	13,4	436°	580°	205°	570°	N
Araçatuba	35,7	86,1	0,0	121,8	49°	10°	456°	10°	N
Araçatuba	24,7	33,3	5,2	63,1	86°	116°	245°	89°	S
Araçoiaba da Serra	22,3	35,4	0,0	57,7	103°	103°	456°	110°	N
Aramina	13,6	94,8	6,8	115,2	205°	8°	174°	12°	N
Arandu	5,4	5,4	5,4	16,2	426°	558°	232°	545°	N
Arapé	0,0	24,5	0,0	24,5	500°	212°	456°	458°	N
Araraquara	21,6	31,1	10,5	63,3	110°	134°	80°	88°	S
Araras	17,6	25,4	6,5	49,5	150°	202°	185°	163°	N
Arco-Íris	15,1	15,0	0,0	30,1	179°	366°	456°	386°	N
Arealva	0,0	18,1	4,6	22,7	500°	306°	277°	479°	N
Arelas	0,0	9,1	0,0	9,1	500°	504°	456°	597°	N
Arelópolis	3,2	9,7	0,0	12,9	474°	493°	456°	574°	N
Ariranha	4,2	12,9	8,5	25,6	454°	420°	127°	446°	N
Artur Nogueira	19,4	24,0	2,7	46,2	130°	218°	391°	197°	N
Arujá	36,8	22,0	3,1	62,0	46°	246°	370°	97°	N
Aspásia	0,0	127,2	0,0	127,2	500°	6°	456°	8°	N
Assis	16,0	33,8	8,2	58,0	165°	112°	131°	107°	N
Atibaia	23,4	40,3	5,4	69,1	95°	70°	233°	69°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Auriflama	7,3	9,8	2,5	19,5	370°	491°	408°	509°	N
Avaí	0,0	14,5	0,0	14,5	500°	379°	456°	560°	N
Avanhandava	7,5	18,4	0,0	25,8	363°	301°	456°	444°	N
Avaré	19,2	29,3	4,6	53,1	131°	159°	280°	140°	N
Bady Bassitt	0,0	37,2	2,7	39,9	500°	87°	393°	262°	N
Balbinos	0,0	0,0	25,2	25,2	500°	582°	4°	452°	N
Bálsamo	0,0	35,6	4,5	40,2	500°	100°	284°	256°	N
Bananal	13,5	0,0	6,8	20,3	207°	582°	176°	498°	N
Barão de Antonina	0,0	12,1	24,2	36,3	500°	442°	7°	309°	N
Barbosa	5,6	22,3	0,0	28,0	419°	241°	456°	414°	N
Bariri	2,3	11,5	2,3	16,1	489°	456°	419°	548°	N
Barra Bonita	8,2	11,1	5,5	24,7	340°	463°	228°	455°	N
Barra do Chapéu	13,8	20,7	6,9	41,4	199°	265°	171°	245°	N
Barra do Turvo	48,3	276,3	4,0	328,6	30°	1°	314°	1°	N
Barretos	9,8	30,9	4,1	44,8	289°	136°	311°	209°	N
Barrinha	23,5	17,1	2,6	43,3	92°	323°	399°	226°	N
Barueri	49,1	11,6	4,3	65,0	29°	452°	299°	84°	S
Bastos	4,8	3,2	0,0	8,0	438°	576°	456°	612°	N
Batatais	12,7	12,1	4,4	29,2	224°	439°	288°	397°	N
Bauru	15,0	16,5	4,2	35,7	183°	330°	303°	316°	S
Bebedouro	7,0	14,9	3,5	25,4	382°	368°	355°	450°	N
Bento de Abreu	0,0	13,9	13,9	27,8	500°	390°	41°	418°	N
Bernardino de Campos	9,2	21,4	18,4	49,1	306°	254°	18°	169°	N
Bertoga	50,7	37,2	3,8	91,7	28°	86°	326°	29°	N
Bilac	10,8	10,7	5,3	26,8	265°	467°	239°	427°	N
Birigui	21,7	11,1	4,4	37,3	107°	461°	290°	296°	N
Biritiba-Mirim	6,4	5,2	5,1	16,7	400°	560°	254°	541°	N
Boa Esperança do Sul	7,8	48,9	10,3	67,0	354°	41°	83°	76°	N
Bocaina	6,9	33,8	10,1	50,8	386°	113°	86°	156°	N
Bofete	0,0	21,4	12,9	34,3	500°	255°	50°	333°	N
Boituva	20,0	20,8	3,7	44,5	126°	263°	335°	216°	N
Bom Jesus dos Perdões	19,2	23,7	0,0	42,9	133°	221°	456°	228°	N
Bom Sucesso de Itararé	0,0	9,7	0,0	9,7	500°	492°	456°	593°	N
Borá	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Boracéia	0,0	8,9	0,0	8,9	500°	512°	456°	601°	N
Borborema	2,5	19,9	12,4	34,8	486°	276°	56°	327°	N
Borebi	0,0	16,3	0,0	16,3	500°	333°	456°	543°	N
Botucatu	22,9	39,1	6,5	68,5	98°	78°	184°	71°	N
Bragança Paulista	13,3	35,5	5,9	54,8	211°	101°	213°	126°	N
Braúna	0,0	15,1	0,0	15,1	500°	362°	456°	553°	N
Brejo Alegre	13,8	13,8	0,0	27,7	198°	392°	456°	420°	N
Brodowski	14,9	14,8	3,7	33,4	187°	370°	332°	343°	N
Brotas	8,5	9,9	3,3	21,7	332°	488°	362°	490°	N
Buri	12,8	21,7	9,2	43,7	219°	251°	105°	221°	N
Buritama	9,5	14,3	7,1	30,9	296°	384°	164°	370°	N
Buritizal	0,0	36,6	9,1	45,8	500°	89°	106°	199°	N
Cabrália Paulista	6,8	41,2	0,0	48,0	390°	65°	456°	177°	N
Cabreúva	28,5	21,1	3,7	53,2	72°	260°	334°	138°	N
Caçapava	26,4	24,8	3,0	54,2	80°	207°	379°	131°	N
Cachoeira Paulista	15,5	19,1	0,0	34,6	174°	287°	456°	329°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Caconde	17,9	16,1	8,9	42,9	145º	339º	114º	227º	N
Cafelândia	6,3	10,5	4,2	21,0	403º	474º	304º	495º	N
Caiaçu	0,0	0,0	8,1	8,1	500º	582º	136º	609º	N
Caleiras	20,1	17,2	0,4	37,7	124º	321º	455º	292º	N
Caiuá	15,0	22,7	0,0	37,7	184º	234º	456º	293º	N
Cajamar	20,8	28,1	4,9	53,9	118º	174º	260º	132º	N
Cajati	12,1	45,1	0,0	57,2	236º	51º	456º	114º	N
Cajobi	0,0	0,0	3,6	3,6	500º	582º	342º	618º	N
Cajuru	12,6	23,5	6,3	42,4	226º	224º	193º	234º	N
Campina do Monte Alegre	5,9	18,0	6,2	30,1	411º	309º	197º	385º	N
Campinas	51,9	19,4	2,7	74,0	27º	283º	395º	57º	S
Campo Limpo Paulista	17,7	15,8	2,5	36,0	148º	347º	403º	312º	N
Campos do Jordão	8,7	9,4	5,8	24,0	320º	497º	215º	465º	N
Campos Novos Paulista	7,9	7,9	7,9	23,7	351º	529º	144º	469º	N
Cananéia	15,7	15,5	2,6	33,8	172º	356º	401º	338º	N
Canas	8,7	35,8	0,0	44,5	323º	98º	456º	215º	N
Cândido Mota	5,6	14,4	6,7	26,6	422º	381º	178º	429º	N
Cândido Rodrigues	0,0	0,0	12,3	12,3	500º	582º	57º	578º	N
Canitar	0,0	35,8	0,0	35,8	500º	99º	456º	315º	N
Capão Bonito	10,7	24,9	7,1	42,7	269º	206º	162º	231º	N
Capela do Alto	2,2	18,0	15,8	35,9	490º	308º	27º	313º	N
Capivari	14,0	21,0	4,6	39,6	195º	261º	274º	266º	N
Caraguatatuba	81,0	28,5	6,3	115,8	3º	168º	189º	11º	N
Carapicuíba	46,8	3,9	2,2	52,8	32º	572º	424º	144º	S
Cardoso	2,9	14,5	11,7	29,1	481º	378º	67º	399º	N
Casa Branca	12,3	23,4	8,6	44,2	232º	226º	125º	219º	N
Cássia dos Coqueiros	11,4	45,9	0,0	57,3	254º	49º	456º	113º	N
Castilho	13,3	15,5	4,4	33,3	212º	355º	289º	345º	N
Catanduva	11,3	28,7	7,3	47,3	259º	165º	153º	188º	N
Catiguá	0,0	35,2	5,0	40,2	500º	104º	255º	255º	N
Cedral	4,8	43,4	14,5	62,7	439º	59º	37º	92º	N
Cerqueira César	2,1	14,9	0,0	17,1	491º	367º	456º	537º	N
Cerquillo	7,5	18,8	2,2	28,5	364º	292º	425º	409º	N
Cesário Lange	0,0	27,6	7,6	35,2	500º	176º	149º	324º	N
Charqueada	5,0	27,1	10,0	42,0	433º	180º	88º	239º	N
Chavantes	5,4	13,6	8,2	27,2	424º	396º	133º	422º	N
Clementina	30,0	36,3	12,1	78,4	68º	93º	61º	47º	N
Colina	5,9	19,9	7,9	33,7	412º	277º	141º	339º	N
Colômbia	16,5	71,4	5,5	93,4	158º	16º	227º	26º	N
Conchal	10,1	27,0	2,9	40,0	280º	181º	387º	261º	N
Conchas	10,8	36,4	15,2	62,3	267º	92º	32º	95º	N
Cordeirópolis	3,6	25,3	1,8	30,8	466º	203º	433º	375º	N
Coroados	29,6	66,8	0,0	96,4	71º	21º	456º	22º	N
Coronel Macedo	18,0	36,0	12,0	66,1	141º	96º	64º	79º	N
Corumbataí	8,4	68,2	0,0	76,6	336º	18º	456º	52º	N
Cosmópolis	29,7	19,7	1,4	50,8	70º	280º	441º	157º	N
Cosmorama	4,6	41,2	4,6	50,4	441º	66º	272º	160º	N
Cotia	60,6	33,4	3,1	97,0	12º	115º	372º	21º	S
Cravinhos	15,8	16,9	6,7	39,3	168º	328º	181º	271º	N
Cristais Paulista	0,0	44,2	5,0	49,2	500º	55º	258º	167º	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homíc.	Transp	Sulcid.	Conjunt.	Homíc.	Transp	Sulcid.	Conjunt.	
Cruzália	12,8	0,0	0,0	12,8	218°	582°	456°	575°	N
Cruzeiro	11,6	21,9	4,5	38,0	246°	247°	285°	288°	N
Cubatão	66,6	26,5	2,4	95,5	9°	184°	414°	24°	N
Cunha	10,1	16,0	5,8	31,9	275°	343°	217°	358°	N
Descalvado	9,0	12,4	1,1	22,5	314°	431°	445°	480°	N
Diadema	79,6	18,8	2,7	101,1	4°	293°	396°	18°	S
Dirce Rels	0,0	42,7	0,0	42,7	500°	60°	456°	232°	N
Divinolândia	2,8	11,1	0,0	13,8	483°	462°	456°	564°	N
Dobrada	28,5	4,7	4,7	37,9	73°	563°	267°	289°	N
Dois Córregos	4,2	11,6	4,3	20,1	453°	454°	300°	503°	N
Dolcinópolis	0,0	30,8	0,0	30,8	500°	139°	456°	373°	N
Dourado	3,8	15,1	7,6	26,5	460°	364°	148°	430°	N
Dracena	8,2	27,0	5,7	41,0	342°	182°	219°	250°	N
Duartina	7,9	10,6	5,3	23,8	353°	471°	240°	468°	N
Dumont	0,0	10,2	0,0	10,2	500°	478°	456°	592°	N
Echaporã	24,1	4,9	9,7	38,6	88°	562°	94°	282°	N
Eldorado	18,6	16,3	2,3	37,1	137°	334°	420°	299°	N
Elias Fausto	16,3	32,5	4,6	53,4	160°	121°	273°	136°	N
Elislário	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Embaúba	0,0	13,3	0,0	13,3	500°	403°	456°	571°	N
Embu	57,2	5,8	2,2	65,3	16°	553°	422°	82°	S
Embu-Guaçu	75,8	12,7	1,1	89,5	5°	425°	447°	33°	N
Emilianópolis	0,0	0,0	11,5	11,5	500°	582°	70°	584°	N
Engenheiro Coelho	6,1	15,7	0,0	21,7	407°	351°	456°	489°	N
Espírito Santo do Pinhal	7,3	16,2	2,4	25,9	373°	336°	411°	440°	N
Espírito Santo do Turvo	8,7	17,3	8,9	34,9	322°	319°	118°	326°	N
Estiva Gerbi	3,7	7,2	0,0	10,8	465°	538°	456°	590°	N
Estrela do Norte	25,7	25,9	0,0	51,6	83°	197°	456°	151°	N
Estrela d'Oeste	4,1	48,7	0,0	52,8	458°	43°	456°	145°	N
Euclides da Cunha Paulista	6,4	16,0	6,5	28,9	399°	342°	186°	403°	N
Fartura	8,8	15,4	6,6	30,8	318°	358°	182°	372°	N
Fernando Prestes	6,0	12,1	6,1	24,2	409°	440°	204°	462°	N
Fernandópolis	7,9	23,4	6,9	38,2	350°	227°	172°	285°	N
Fernão	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Ferraz de Vasconcelos	53,0	9,6	0,0	62,6	21°	496°	456°	94°	S
Flora Rica	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Floreal	10,6	21,3	0,0	31,9	270°	257°	456°	357°	N
Flórida Paulista	9,2	24,7	6,1	40,0	310°	209°	203°	259°	N
Florínia	0,0	21,1	10,6	31,7	500°	259°	79°	362°	N
Franca	11,2	24,3	3,3	38,7	261°	214°	365°	280°	S
Francisco Morato	41,0	5,2	1,4	47,6	41°	559°	442°	185°	N
Franco da Rocha	52,2	26,0	4,1	82,3	26°	193°	310°	40°	N
Gabriel Monteiro	0,0	0,0	11,9	11,9	500°	582°	65°	582°	N
Gália	4,4	48,0	4,4	56,8	448°	45°	295°	116°	N
Garça	10,0	14,5	12,3	36,8	282°	377°	60°	301°	N
Gastão Vidigal	9,4	47,1	9,4	65,9	301°	47°	103°	80°	N
Gavião Peixoto	8,1	40,6	0,0	48,8	346°	69°	456°	171°	N
General Salgado	6,1	12,2	12,3	30,6	406°	434°	59°	377°	N
Getulina	3,2	25,6	0,0	28,8	475°	200°	456°	404°	N
Glicério	14,9	7,5	0,0	22,4	186°	535°	456°	481°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homlc.	Transp	Suicld.	Conjunt.	Homlc.	Transp	Suicld.	Conjunt.	
Guaiçara	0,0	30,6	6,9	37,5	500°	143°	173°	294°	N
Guaimbê	6,4	19,1	0,0	25,5	401°	286°	456°	447°	N
Guaíra	17,0	17,9	13,2	48,1	157°	312°	45°	176°	N
Guapiaçu	4,6	13,4	2,3	20,2	442°	400°	421°	501°	N
Guapirara	8,3	13,3	5,0	26,6	338°	405°	256°	428°	N
Guará	15,4	32,5	5,2	53,1	175°	122°	243°	141°	N
Guaraçá	3,7	18,5	0,0	22,2	463°	297°	456°	484°	N
Guaraçá	3,7	7,4	3,7	14,8	461°	536°	336°	558°	N
Guarani d'Oeste	0,0	16,2	0,0	16,2	500°	338°	456°	546°	N
Guarantã	5,1	25,3	5,1	35,5	432°	204°	250°	321°	N
Guararapes	11,3	9,1	1,1	21,6	256°	502°	446°	491°	N
Guararema	30,6	43,8	3,0	77,4	63°	58°	380°	50°	N
Guaratinguetá	13,5	36,2	4,7	54,4	208°	94°	270°	128°	N
Guaraí	3,1	9,4	9,5	22,0	480°	499°	99°	487°	N
Guariba	13,7	13,7	4,2	31,7	201°	394°	302°	361°	N
Guarujá	52,9	11,7	2,8	67,5	22°	447°	389°	75°	S
Guarulhos	55,0	17,2	2,4	74,6	19°	320°	412°	54°	S
Guataporá	5,2	30,7	5,2	41,1	429°	141°	244°	249°	N
Guzolândia	0,0	8,2	8,1	16,3	500°	524°	139°	544°	N
Herculândia	8,1	12,1	24,5	44,7	345°	438°	5°	211°	N
Holambra	4,4	22,1	0,0	26,5	447°	243°	456°	432°	N
Hortolândia	57,8	2,3	1,7	61,8	15°	581°	437°	99°	S
Iacanga	0,0	31,6	4,0	35,6	500°	130°	319°	320°	N
Iacri	5,0	34,7	4,9	44,6	434°	105°	261°	214°	N
Iaras	71,4	10,5	10,5	92,4	6°	472°	81°	28°	N
Ibaté	11,8	22,5	3,6	37,9	243°	239°	343°	290°	N
Ibirá	6,9	17,4	6,9	31,3	384°	317°	170°	366°	N
Ibirarema	11,6	40,7	11,6	63,9	247°	68°	68°	85°	N
Ibitinga	4,2	29,6	9,0	42,8	455°	158°	111°	229°	N
Ibiúna	41,8	27,6	3,5	72,8	38°	178°	357°	62°	N
Icém	14,5	33,9	0,0	48,4	189°	111°	456°	173°	N
Iepê	0,0	4,6	0,0	4,6	500°	565°	456°	617°	N
Igarapu do Tietê	4,3	4,4	8,7	17,4	450°	568°	123°	531°	N
Igarapava	12,5	15,0	6,2	33,7	230°	365°	199°	340°	N
Igaratá	23,2	49,5	0,0	72,7	97°	39°	456°	63°	N
Iguape	14,4	24,0	9,6	48,0	192°	215°	97°	178°	N
Ilha Comprida	18,0	13,1	13,6	44,7	142°	410°	43°	210°	N
Ilha Solteira	4,1	5,4	4,1	13,6	456°	557°	309°	567°	N
Ilhabela	23,8	10,5	4,6	38,8	91°	473°	278°	278°	N
Indalazuba	21,7	17,4	2,5	41,5	108°	318°	404°	244°	S
Indiana	26,7	20,1	0,0	46,8	79°	271°	456°	191°	N
Indiaporã	0,0	8,5	0,0	8,5	500°	519°	456°	607°	N
Inúbia Paulista	0,0	50,3	0,0	50,3	500°	37°	456°	161°	N
Ipaussu	7,8	26,0	5,2	39,0	355°	192°	241°	273°	N
Iperó	30,7	10,0	3,3	43,9	62°	487°	366°	220°	N
Ipeúna	7,1	29,0	0,0	36,1	377°	161°	456°	310°	N
Ipiruá	9,1	26,7	0,0	35,7	312°	183°	456°	318°	N
Iporanga	7,3	14,7	7,3	29,3	369°	376°	154°	393°	N
Ipuã	8,2	19,2	0,0	27,4	341°	285°	456°	421°	N
Iracemópolis	10,1	12,3	6,1	28,5	276°	432°	208°	408°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Irapuã	4,9	29,7	0,0	34,6	435º	157º	456º	331º	N
Irapuru	0,0	18,2	18,3	36,5	500º	304º	20º	307º	N
Itaberá	5,2	12,2	7,0	24,4	428º	435º	169º	461º	N
Itaí	13,9	38,3	6,1	58,2	197º	82º	207º	104º	N
Itajobi	4,6	13,8	4,6	23,0	440º	393º	276º	476º	N
Itaju	12,5	61,7	0,0	74,1	229º	25º	456º	55º	N
Itanhaém	46,4	29,7	5,1	81,3	33º	156º	247º	41º	N
Itaóca	0,0	0,0	0,0	0,0	500º	582º	456º	619º	N
Itapeçerica da Serra	88,5	21,9	3,6	114,0	1º	248º	339º	13º	N
Itapetininga	13,0	26,3	5,6	44,9	214º	187º	224º	207º	N
Itapeva	9,8	30,2	7,8	47,9	287º	153º	145º	179º	N
Itapevi	58,0	5,6	1,7	65,3	14º	555º	439º	83º	S
Itapira	26,7	29,2	6,7	62,6	78º	160º	179º	93º	N
Itapirapuã Paulista	27,4	9,1	9,1	45,6	77º	505º	109º	201º	N
Itápolis	4,3	18,9	11,2	34,5	452º	290º	74º	332º	N
Itaporanga	7,0	14,0	7,0	27,9	383º	388º	168º	416º	N
Itapuí	9,4	22,1	6,3	37,7	302º	244º	190º	291º	N
Itapura	0,0	25,9	8,6	34,6	500º	195º	124º	330º	N
Itaquaquecetuba	66,6	12,7	0,7	80,0	8º	423º	454º	43º	S
Itararé	11,9	11,2	10,5	33,6	239º	460º	82º	341º	N
Itariri	45,2	56,9	2,4	104,5	35º	29º	413º	17º	N
Itatiba	15,2	32,1	7,0	54,3	178º	125º	166º	129º	N
Itatinga	21,2	31,7	14,7	67,6	113º	128º	36º	74º	N
Itirapina	32,6	44,9	12,5	90,1	55º	52º	54º	32º	N
Itirapuã	0,0	18,2	0,0	18,2	500º	305º	456º	517º	N
Itobi	8,7	4,4	4,4	17,5	324º	567º	293º	528º	N
Itu	24,3	37,9	5,4	67,6	87º	84º	230º	72º	N
Itupeva	20,3	12,0	4,8	37,1	122º	443º	266º	300º	N
Ituverava	14,4	16,2	9,9	40,5	191º	337º	89º	254º	N
Jaborandi	0,0	25,9	0,0	25,9	500º	196º	456º	441º	N
Jaboticabal	18,3	23,7	4,3	46,3	138º	223º	297º	193º	N
Jacareí	35,0	25,0	2,0	62,1	50º	205º	431º	96º	S
Jaci	0,0	69,2	15,8	85,0	500º	17º	26º	37º	N
Jacupiranga	9,5	51,1	0,0	60,6	298º	35º	456º	103º	N
Jaguariúna	17,1	30,1	4,3	51,4	156º	155º	301º	153º	N
Jales	7,1	26,1	4,9	38,1	379º	190º	262º	286º	N
Jambeiro	7,9	121,6	0,0	129,5	352º	7º	456º	7º	N
Jandira	53,5	6,1	1,0	60,6	20º	548º	449º	102º	N
Jardinópolis	12,5	16,5	6,3	35,3	227º	331º	194º	323º	N
Jarinu	16,2	39,5	5,4	61,1	161º	74º	235º	100º	N
Jaú	8,1	22,8	6,3	37,2	347º	233º	188º	298º	N
Jeriquara	30,4	10,1	20,3	60,8	65º	479º	14º	101º	N
Joanópolis	9,2	6,1	18,5	33,8	309º	547º	17º	337º	N
João Ramalho	0,0	33,6	0,0	33,6	500º	114º	456º	342º	N
José Bonifácio	3,4	22,6	4,5	30,5	468º	235º	283º	378º	N
Júlio Mesquita	0,0	31,5	0,0	31,5	500º	131º	456º	364º	N
Jumirim	0,0	14,7	14,0	28,7	500º	373º	40º	405º	N
Jundiá	21,6	30,8	3,9	56,3	111º	138º	323º	122º	S
Junqueirópolis	2,0	23,8	4,0	29,7	495º	220º	318º	389º	N
Juquiá	33,1	58,0	1,5	92,7	53º	27º	440º	27º	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Juquitiba	44,2	83,7	3,5	131,4	37º	12º	350º	6º	N
Lagoinha	13,3	13,3	6,7	33,3	210º	404º	180º	344º	N
Laranjal Paulista	10,2	7,3	4,4	22,0	273º	537º	292º	488º	N
Lavínia	6,6	13,1	6,6	26,3	393º	413º	183º	435º	N
Lavrinhas	10,8	63,4	5,4	79,6	266º	23º	234º	45º	N
Leme	21,6	13,6	7,2	42,4	109º	399º	160º	235º	N
Lençóis Paulista	6,4	9,3	2,9	18,6	398º	500º	384º	513º	N
Limeira	23,3	22,5	8,4	54,2	96º	237º	129º	130º	S
Lindóia	0,0	17,7	12,1	29,7	500º	315º	63º	387º	N
Lins	11,8	7,9	2,4	22,2	241º	528º	409º	483º	N
Lorena	47,4	27,2	2,9	77,5	31º	179º	382º	49º	N
Lourdes	0,0	0,0	0,0	0,0	500º	582º	456º	619º	N
Louveira	6,7	14,1	3,9	24,6	392º	387º	322º	456º	N
Lucélia	5,4	12,7	0,0	18,1	425º	424º	456º	519º	N
Lucianópolis	0,0	15,7	0,0	15,7	500º	349º	456º	551º	N
Luís Antônio	8,9	67,0	0,0	75,9	317º	20º	456º	53º	N
Luizlândia	0,0	7,8	0,0	7,8	500º	532º	456º	614º	N
Lupércio	0,0	7,9	0,0	7,9	500º	530º	456º	613º	N
Lutécia	0,0	11,3	0,0	11,3	500º	459º	456º	588º	N
Macatuba	2,0	10,3	0,0	12,3	493º	476º	456º	579º	N
Macaubal	0,0	27,8	13,8	41,7	500º	175º	42º	242º	N
Macedônia	0,0	9,0	0,0	9,0	500º	509º	456º	599º	N
Magda	0,0	0,0	0,0	0,0	500º	582º	456º	619º	N
Mairinque	41,0	20,5	2,4	63,9	42º	267º	417º	86º	N
Mairiporã	41,6	44,6	5,2	91,4	39º	54º	246º	30º	N
Manduri	0,0	11,8	7,9	19,7	500º	446º	143º	508º	N
Marabá Paulista	0,0	62,7	8,9	71,6	500º	24º	117º	64º	N
Maracá	12,7	38,2	12,7	63,6	222º	83º	52º	87º	N
Marapoama	0,0	0,0	0,0	0,0	500º	582º	456º	619º	N
Mariápolis	8,9	8,8	0,0	17,7	316º	513º	456º	526º	N
Marília	15,8	22,1	8,2	46,0	167º	245º	134º	198º	S
Marinópolis	0,0	15,1	0,0	15,1	500º	363º	456º	554º	N
Martínópolis	7,3	11,7	7,2	26,2	372º	450º	158º	437º	N
Matão	13,2	21,4	2,7	37,3	213º	256º	392º	297º	N
Mauá	46,3	3,9	2,3	52,5	34º	571º	418º	146º	S
Mendonça	8,7	26,1	8,7	43,5	325º	191º	121º	223º	N
Meridiano	8,1	32,6	0,0	40,7	344º	120º	456º	251º	N
Mesópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	500º	582º	456º	619º	N
Miguelópolis	27,5	3,4	8,6	39,6	75º	574º	126º	269º	N
Mineiros do Tietê	2,8	11,3	2,9	17,0	482º	458º	386º	538º	N
Mira Estrela	0,0	13,0	0,0	13,0	500º	415º	456º	572º	N
Miracatu	39,0	155,8	4,3	199,1	44º	4º	298º	4º	N
Mirandópolis	7,6	6,3	3,8	17,8	359º	545º	327º	525º	N
Mirante do Paranapanema	12,2	8,1	0,0	20,3	235º	525º	456º	499º	N
Mirassol	2,0	13,9	2,0	17,9	494º	389º	430º	521º	N
Mirassolândia	0,0	8,6	0,0	8,6	500º	518º	456º	606º	N
Mococa	10,9	30,3	4,0	45,1	263º	151º	317º	206º	N
Mogi Guaçu	15,7	23,2	3,8	42,8	171º	229º	325º	230º	N
Mogi das Cruzes	30,2	12,9	4,6	47,7	67º	416º	275º	181º	S
Mogi-Mirim	20,0	28,7	4,7	53,4	127º	166º	271º	137º	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Mombuca	30,8	20,8	0,0	51,6	61°	264°	456°	152°	N
Monções	0,0	16,3	16,3	32,6	500°	332°	23°	352°	N
Mongaguá	55,3	44,9	5,1	105,3	18°	53°	253°	15°	N
Monte Alegre do Sul	10,1	25,7	20,5	56,3	278°	198°	12°	121°	N
Monte Alto	12,0	8,3	6,0	26,2	238°	523°	211°	436°	N
Monte Aprazível	7,2	28,6	0,0	35,8	375°	167°	456°	314°	N
Monte Azul Paulista	8,4	11,7	0,0	20,1	335°	448°	456°	505°	N
Monte Castelo	8,4	0,0	8,4	16,8	333°	582°	128°	539°	N
Monte Mor	68,0	31,2	5,8	105,0	7°	133°	216°	16°	N
Monteiro Lobato	27,5	45,5	0,0	73,0	76°	50°	456°	61°	N
Morro Agudo	12,7	12,8	5,1	30,5	223°	422°	251°	379°	N
Morungaba	6,6	16,1	22,7	45,3	395°	341°	9°	204°	N
Motuca	0,0	41,7	0,0	41,7	500°	62°	456°	241°	N
Murutinga do Sul	8,4	8,4	0,0	16,7	334°	522°	456°	540°	N
Nantes	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Narandiba	8,6	0,0	0,0	8,6	327°	582°	456°	604°	N
Natividade da Serra	0,0	0,0	4,7	4,7	500°	582°	269°	616°	N
Nazaré Paulista	62,5	40,1	9,1	111,7	11°	72°	110°	14°	N
Neves Paulista	0,0	18,5	0,0	18,5	500°	298°	456°	514°	N
Nhandeara	3,3	55,7	9,8	68,9	472°	32°	92°	70°	N
Nipoá	0,0	19,8	9,9	29,7	500°	278°	90°	388°	N
Nova Aliança	13,6	13,6	0,0	27,1	206°	397°	456°	423°	N
Nova Campina	0,0	8,6	0,0	8,6	500°	517°	456°	603°	N
Nova Canaã Paulista	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Nova Castilho	0,0	0,0	33,2	33,2	500°	582°	1°	346°	N
Nova Europa	8,6	8,7	12,9	30,2	326°	516°	51°	383°	N
Nova Granada	5,7	28,7	5,7	40,1	416°	164°	220°	257°	N
Nova Guataporanga	0,0	16,1	0,0	16,1	500°	340°	456°	549°	N
Nova Independência	16,0	0,0	0,0	16,0	164°	582°	456°	550°	N
Nova Luzitânia	0,0	24,0	0,0	24,0	500°	216°	456°	466°	N
Nova Odessa	12,2	12,9	0,8	25,9	234°	418°	452°	442°	N
Novais	10,3	0,0	0,0	10,3	272°	582°	456°	591°	N
Novo Horizonte	7,1	13,2	8,1	28,4	378°	409°	137°	411°	N
Nuporanga	0,0	31,0	15,5	46,5	500°	135°	28°	192°	N
Ocaçu	0,0	48,5	8,1	56,6	500°	44°	138°	117°	N
Óleo	22,0	44,1	32,9	99,1	106°	56°	2°	19°	N
Olímpia	10,7	34,3	3,6	48,6	268°	107°	348°	172°	N
Onda Verde	0,0	46,8	18,9	65,7	500°	48°	16°	81°	N
Oriente	11,8	35,4	5,8	53,0	244°	102°	218°	142°	N
Orindióva	30,5	15,2	0,0	45,7	64°	361°	456°	200°	N
Orlândia	15,3	17,1	6,3	38,8	176°	324°	191°	279°	N
Osasco	58,5	17,5	3,5	79,6	13°	316°	351°	44°	S
Oscar Bressane	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Osvaldo Cruz	11,2	12,3	6,7	30,2	260°	433°	177°	384°	N
Ourinhos	9,5	32,2	4,4	46,2	294°	124°	287°	196°	N
Ouro Verde	9,3	4,7	0,0	14,0	303°	564°	456°	563°	N
Ouroeste	9,9	10,1	0,0	20,1	283°	480°	456°	504°	N
Pacaembu	8,0	15,9	5,3	29,2	349°	344°	237°	395°	N
Palestina	3,7	32,9	0,0	36,6	464°	118°	456°	305°	N
Palmares Paulista	11,5	0,0	0,0	11,5	250°	582°	456°	585°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Palmeira d'Oeste	9,8	13,1	0,0	22,9	288°	412°	456°	477°	N
Palmital	6,3	18,9	7,9	33,2	402°	291°	142°	348°	N
Panorama	9,5	9,6	9,6	28,7	297°	495°	98°	406°	N
Paraguaçu Paulista	12,3	24,5	2,5	39,3	233°	210°	406°	272°	N
Paraibuna	19,1	78,4	0,0	97,6	134°	13°	456°	20°	N
Paraíso	11,8	23,8	12,1	47,7	242°	219°	62°	184°	N
Paranapanema	4,1	39,5	2,0	45,6	457°	75°	429°	202°	N
Paranapuã	9,2	0,0	0,0	9,2	307°	582°	456°	595°	N
Parapuã	15,1	60,4	3,0	78,5	182°	26°	374°	46°	N
Pardinho	6,8	67,2	0,0	74,0	389°	19°	456°	56°	N
Parquera-Açu	32,1	156,1	14,4	202,6	57°	3°	38°	3°	N
Parisi	0,0	0,0	16,6	16,6	500°	582°	22°	542°	N
Patrocínio Paulista	5,6	28,4	5,7	39,7	418°	171°	221°	265°	N
Paulicéia	6,1	17,9	0,0	24,1	405°	310°	456°	464°	N
Paulínia	25,1	26,3	3,7	55,0	85°	188°	338°	125°	N
Paulistânia	17,9	0,0	0,0	17,9	143°	582°	456°	522°	N
Paulo de Faria	23,5	39,2	3,9	66,6	93°	77°	321°	77°	N
Pederneiras	11,5	14,3	8,9	34,7	252°	385°	116°	328°	N
Pedra Bela	5,8	11,6	0,0	17,5	414°	451°	456°	529°	N
Pedranópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Pedregulho	4,4	28,3	11,0	43,6	449°	172°	77°	222°	N
Pedreira	1,8	15,5	9,1	26,4	497°	357°	108°	434°	N
Pedrinhas Paulista	0,0	0,0	11,5	11,5	500°	582°	71°	586°	N
Pedro de Toledo	21,1	31,7	3,5	56,3	114°	129°	353°	123°	N
Penápolis	9,5	19,0	1,8	30,3	295°	289°	435°	382°	N
Perelra Barreto	17,4	6,7	5,4	29,4	153°	544°	236°	391°	N
Pereiras	0,0	15,2	0,0	15,2	500°	360°	456°	552°	N
Peruíbe	52,7	11,4	3,6	67,6	23°	457°	347°	73°	N
Placatu	0,0	21,5	7,2	28,7	500°	252°	159°	407°	N
Piedade	16,1	30,4	3,9	50,4	163°	147°	324°	159°	N
Pilar do Sul	9,3	21,5	1,3	32,1	305°	253°	444°	356°	N
Pindamonhangaba	15,8	19,1	3,5	38,4	169°	288°	352°	283°	N
Pindorama	2,5	10,0	5,0	17,5	487°	486°	257°	527°	N
Pinhalzinho	14,5	34,5	8,7	57,7	190°	106°	122°	109°	N
Piquerobi	0,0	28,4	0,0	28,4	500°	169°	456°	410°	N
Piquete	10,9	10,9	2,2	24,0	262°	464°	426°	467°	N
Piracaia	9,7	20,7	1,4	31,8	290°	266°	443°	359°	N
Piracicaba	20,3	14,2	4,4	38,9	123°	386°	296°	276°	S
Piraju	9,4	26,0	9,5	44,9	299°	194°	102°	208°	N
Pirajuf	8,2	13,2	11,4	32,8	339°	408°	72°	351°	N
Pirangi	3,3	16,5	3,3	23,2	471°	329°	363°	475°	N
Pirapora do Bom Jesus	22,4	14,8	7,5	44,6	100°	371°	150°	212°	N
Pirapozinho	7,4	19,4	4,5	31,3	365°	281°	286°	365°	N
Pirassununga	12,0	20,0	7,5	39,6	237°	274°	151°	268°	N
Piratininga	12,4	24,8	6,2	43,4	231°	208°	200°	225°	N
Pitangueiras	15,5	10,4	6,2	32,2	173°	475°	198°	354°	N
Planalto	0,0	9,0	0,0	9,0	500°	507°	456°	598°	N
Platina	0,0	0,0	11,6	11,6	500°	582°	69°	583°	N
Poá	22,3	4,0	2,7	29,0	102°	570°	397°	402°	N
Poloni	0,0	0,0	20,8	20,8	500°	582°	11°	496°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Pompéia	5,4	19,9	5,4	30,8	423°	275°	231°	374°	N
Pongai	0,0	17,9	9,0	26,9	500°	311°	112°	426°	N
Pontal	30,0	12,8	6,4	49,3	69°	421°	187°	166°	N
Pontalinda	0,0	9,1	0,0	9,1	500°	503°	456°	596°	N
Pontes Gestal	13,6	0,0	0,0	13,6	202°	582°	456°	568°	N
Populina	7,6	30,2	15,2	53,0	360°	152°	31°	143°	N
Porangaba	9,9	48,7	24,2	82,8	286°	42°	6°	39°	N
Porto Feliz	10,5	20,5	5,6	36,6	271°	268°	222°	304°	N
Porto Ferreira	22,3	25,6	6,8	54,8	101°	199°	175°	127°	N
Potim	6,9	0,0	4,6	11,5	385°	582°	281°	587°	N
Potirendaba	2,4	11,6	7,1	21,1	488°	453°	165°	494°	N
Pracinha	0,0	0,0	23,5	23,5	500°	582°	8°	474°	N
Pradópolis	7,5	36,9	0,0	44,4	361°	88°	456°	217°	N
Praia Grande	56,7	33,0	4,2	93,9	17°	117°	305°	25°	S
Pratânia	0,0	57,1	16,1	73,2	500°	28°	24°	58°	N
Presidente Alves	0,0	23,4	7,8	31,2	500°	225°	146°	367°	N
Presidente Bernardes	8,9	20,1	13,4	42,4	315°	272°	44°	233°	N
Presidente Epitácio	17,5	15,7	4,1	37,4	152°	348°	307°	295°	N
Presidente Prudente	20,9	26,5	3,6	50,9	117°	186°	346°	155°	S
Presidente Venceslau	11,5	13,3	6,2	31,0	251°	406°	201°	369°	N
Promissão	3,1	8,4	1,0	12,6	477°	521°	448°	577°	N
Quadra	11,6	12,1	0,0	23,7	248°	437°	456°	471°	N
Quatá	11,4	2,8	2,9	17,1	255°	578°	388°	536°	N
Queiroz	0,0	0,0	15,0	15,0	500°	582°	34°	555°	N
Queluz	7,1	28,4	3,5	39,0	380°	170°	354°	275°	N
Quintana	0,0	30,4	6,1	36,4	500°	148°	206°	308°	N
Rafard	24,1	56,3	8,0	88,4	89°	30°	140°	34°	N
Rancharia	3,4	6,8	4,6	14,8	469°	540°	279°	557°	N
Redenção da Serra	16,4	32,9	0,0	49,3	159°	119°	456°	164°	N
Regente Feijó	1,9	34,3	1,9	38,1	496°	108°	432°	287°	N
Reginópolis	0,0	7,0	14,1	21,1	500°	539°	39°	493°	N
Registro	12,8	30,5	1,8	45,2	217°	146°	434°	205°	N
Restinga	11,4	40,3	0,0	51,7	253°	71°	456°	150°	N
Ribeira	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Ribeirão Bonito	8,7	5,8	2,9	17,5	321°	554°	381°	530°	N
Ribeirão Branco	7,7	13,8	3,1	24,6	357°	391°	373°	457°	N
Ribeirão Corrente	0,0	0,0	8,2	8,2	500°	582°	132°	608°	N
Ribeirão do Sul	7,3	21,8	0,0	29,2	367°	250°	456°	398°	N
Ribeirão dos Índios	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Ribeirão Grande	8,6	8,8	0,0	17,4	328°	514°	456°	532°	N
Ribeirão Pires	32,0	14,5	2,8	49,2	58°	380°	390°	168°	N
Ribeirão Preto	20,1	19,7	4,5	44,3	125°	279°	282°	218°	S
Rifaina	19,8	224,9	0,0	244,6	129°	2°	456°	2°	N
Rincão	9,7	19,4	0,0	29,1	291°	282°	456°	400°	N
Rinópolis	10,0	36,5	3,3	49,8	281°	91°	364°	162°	N
Rio Claro	31,6	20,9	5,6	58,0	59°	262°	223°	106°	S
Rio das Pedras	14,9	24,5	2,7	42,2	185°	211°	394°	238°	N
Rio Grande da Serra	20,9	3,4	2,6	27,0	116°	575°	400°	425°	N
Riolândia	7,6	30,6	0,0	38,2	358°	144°	456°	284°	N
Riversul	5,1	10,1	10,2	25,4	430°	484°	84°	449°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
		Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Rosana	18,6	10,7	10,7	40,1	136°	468°	78°	258°	N
Roseira	3,7	43,9	3,6	51,2	462°	57°	345°	154°	N
Rubíacea	0,0	14,9	0,0	14,9	500°	369°	456°	556°	N
Rubinéia	0,0	12,6	0,0	12,6	500°	427°	456°	576°	N
Sabino	6,6	13,3	19,9	39,8	396°	407°	15°	263°	N
Sagres	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Sales	21,3	49,2	7,1	77,6	112°	40°	161°	48°	N
Sales Oliveira	3,5	41,3	3,4	48,2	467°	64°	361°	175°	N
Salesópolis	11,3	13,3	11,1	35,7	258°	402°	76°	317°	N
Salmourão	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Salinho	5,6	22,4	0,0	28,0	420°	240°	456°	413°	N
Salto	26,1	17,1	3,7	46,9	82°	326°	331°	190°	N
Salto de Pirapora	13,4	13,4	6,3	33,0	209°	401°	192°	349°	N
Salto Grande	15,2	65,4	15,4	96,1	177°	22°	29°	23°	N
Sandovalina	0,0	10,1	20,4	30,5	500°	483°	13°	380°	N
Santa Adélia	0,0	9,8	14,7	24,5	500°	490°	35°	460°	N
Santa Albertina	6,1	6,0	6,0	18,1	408°	550°	209°	518°	N
Sta Bárbara d'Oeste	20,8	10,1	5,1	36,0	119°	481°	252°	311°	S
Santa Branca	17,3	2,5	2,5	22,2	155°	579°	407°	482°	N
Sta Clara d'Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Sta Cruz da Conceição	9,1	54,7	9,3	73,1	311°	33°	104°	59°	N
Sta Cruz da Esperança	0,0	18,4	18,3	36,8	500°	299°	19°	302°	N
Sta Cruz das Palmeiras	15,1	15,2	3,8	34,1	180°	359°	329°	334°	N
Sta Cruz do Rio Pardo	11,9	31,9	4,0	47,8	240°	127°	316°	180°	N
Santa Ernestina	17,3	0,0	0,0	17,3	154°	582°	456°	533°	N
Santa Fé do Sul	1,2	17,1	3,7	22,0	498°	325°	337°	485°	N
Santa Gertrudes	9,9	23,3	0,0	33,2	284°	228°	456°	347°	N
Santa Isabel	28,2	38,5	3,0	69,7	74°	81°	378°	68°	N
Santa Lúcia	16,1	8,1	0,0	24,2	162°	526°	456°	463°	N
Sta Maria da Serra	14,3	42,1	0,0	56,4	193°	61°	456°	119°	N
Santa Mercedes	0,0	84,2	0,0	84,2	500°	11°	456°	38°	N
Sta Rita do Passa Quatro	18,8	28,8	10,0	57,7	135°	163°	87°	111°	N
Santa Rita d'Oeste	0,0	0,0	26,4	26,4	500°	582°	3°	433°	N
Sta Rosa de Viterbo	4,5	10,7	7,7	22,9	443°	469°	147°	478°	N
Santa Salete	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Sant. da Ponte Preta	0,0	73,0	0,0	73,0	500°	15°	456°	60°	N
Sant. de Parnaíba	36,1	7,7	2,4	46,2	48°	534°	410°	195°	N
Santo Anastácio	9,6	14,4	3,2	27,1	293°	382°	369°	424°	N
Santo André	45,2	5,5	3,2	53,8	36°	556°	368°	133°	S
Sto Antônio da Alegria	5,7	22,6	0,0	28,2	417°	236°	456°	412°	N
Sto Antônio de Posse	22,8	17,7	8,8	49,3	99°	314°	120°	165°	N
Sto Ant. do Aracangu	9,6	9,6	0,0	19,3	292°	494°	456°	510°	N
Sto Ant. do Jardim	5,4	15,9	0,0	21,3	427°	345°	456°	492°	N
Sto Ant. do Pinhal	5,1	30,9	5,1	41,1	431°	137°	249°	248°	N
Santo Expedito	0,0	12,9	13,0	25,9	500°	419°	48°	443°	N
Santópolis do Aguapeí	0,0	52,5	0,0	52,5	500°	34°	456°	147°	N
Santos	23,4	21,3	4,1	48,8	94°	258°	312°	170°	S
S. Bento do Sapucaí	3,1	3,2	12,5	18,8	479°	577°	55°	511°	N
S. Bernardo do Campo	41,5	11,7	2,5	55,7	40°	449°	402°	124°	S
São Caetano do Sul	12,8	4,6	2,7	20,0	220°	566°	398°	506°	N

TABELA 9.1 – (continuação)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
São Carlos	17,7	20,1	4,4	42,2	149°	270°	291°	237°	S
São Francisco	0,0	0,0	11,3	11,3	500°	582°	73°	589°	N
S. J. da Boa Vista	7,2	28,2	5,9	41,3	374°	173°	214°	246°	N
S. J. das Duas Pontes	12,7	12,7	0,0	25,3	225°	426°	456°	451°	N
São João de Itacema	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
S. João do Pau d'Alho	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
S. Joaquim da Barra	8,6	12,4	3,9	25,0	329°	430°	320°	454°	N
S. José da Bela Vista	4,0	12,1	0,0	16,1	459°	436°	456°	547°	N
S. José do Barreiro	23,8	0,0	15,8	39,7	90°	582°	25°	264°	N
S. José do Rio Pardo	7,2	15,6	5,2	28,0	376°	352°	242°	415°	N
São José do Rio Preto	17,5	34,0	5,0	56,5	151°	110°	259°	118°	S
São José dos Campos	39,0	20,4	2,5	61,8	43°	269°	405°	98°	S
S. Lourenço da Serra	30,2	50,1	0,0	80,4	66°	38°	456°	42°	N
São Luís do Paraitinga	15,8	41,0	0,0	56,9	166°	67°	456°	115°	N
São Manuel	11,5	32,1	3,5	47,1	249°	126°	349°	189°	N
S. Miguel Arcanjo	3,1	15,7	7,3	26,1	478°	350°	155°	439°	N
São Paulo	52,4	14,3	4,0	70,7	24°	383°	315°	67°	S
São Pedro	12,5	37,2	3,5	53,2	228°	85°	356°	139°	N
São Pedro do Turvo	4,8	0,0	9,6	14,4	437°	582°	95°	562°	N
São Roque	25,3	26,2	4,8	56,4	84°	189°	264°	120°	N
São Sebastião	81,8	38,7	6,3	126,7	2°	80°	195°	9°	N
S. Sebastião da Gramma	2,6	18,5	5,3	26,5	484°	296°	238°	431°	N
São Simão	14,3	47,7	9,5	71,5	194°	46°	100°	65°	N
São Vicente	32,8	15,6	2,2	50,6	54°	354°	423°	158°	S
Sarapuá	8,2	12,6	8,2	29,0	343°	428°	130°	401°	N
Sarutaiá	8,6	0,0	0,0	8,6	330°	582°	456°	605°	N
Sebastiãoópolis do Sul	0,0	13,1	13,1	26,1	500°	414°	47°	438°	N
Serra Azul	4,3	30,3	12,9	47,5	451°	150°	49°	186°	N
Serra Negra	6,9	13,7	15,1	35,7	387°	395°	33°	319°	N
Serrana	22,2	23,1	1,0	46,2	105°	230°	451°	194°	N
Sertãozinho	32,4	15,9	5,4	53,7	56°	346°	229°	135°	N
Sete Barras	26,4	11,9	2,4	40,7	81°	444°	415°	252°	N
Severínia	9,3	41,5	7,0	57,8	304°	63°	167°	108°	N
Silveiras	6,1	24,4	6,1	36,7	404°	213°	202°	303°	N
Socorro	7,1	34,3	6,0	47,4	381°	109°	210°	187°	N
Sorocaba	34,8	26,5	4,9	66,2	51°	185°	263°	78°	S
Sud Mennucci	4,5	9,0	0,0	13,5	444°	506°	456°	569°	N
Sumaré	52,4	13,6	5,1	71,1	25°	398°	248°	66°	S
Suzanápolis	11,8	0,0	11,8	23,6	245°	582°	66°	473°	N
Suzano	38,4	10,8	3,2	52,4	45°	466°	367°	148°	S
Tabapuã	3,2	9,4	9,5	22,0	476°	498°	101°	486°	N
Tabatinga	7,5	14,7	7,5	29,7	362°	374°	152°	390°	N
Taboão da Serra	66,0	16,3	2,9	85,1	10°	335°	385°	36°	S
Taciba	0,0	18,7	0,0	18,7	500°	294°	456°	512°	N
Taguaí	4,4	4,3	0,0	8,7	446°	569°	456°	602°	N
Talaçu	0,0	5,9	0,0	5,9	500°	552°	456°	615°	N
Taiúva	6,0	18,0	17,9	41,9	410°	307°	21°	240°	N
Tambaú	7,3	10,2	13,2	30,8	368°	477°	46°	376°	N
Tanabi	5,8	30,7	2,9	39,4	415°	142°	383°	270°	N
Tapiraí	22,2	18,2	7,3	47,7	104°	303°	156°	183°	N

TABELA 9.1 – (conclusão)

Município	Taxa de Óbitos				Posição do Município				Pop.
	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	Homic.	Transp	Suicid.	Conjunt.	
Tapiratuba	0,0	30,3	0,0	30,3	500°	149°	456°	381°	N
Taquaral	0,0	12,1	0,0	12,1	500°	441°	456°	581°	N
Taquaritinga	8,8	20,0	6,3	35,1	319°	273°	196°	325°	N
Taquarituba	7,3	30,8	7,3	45,3	371°	140°	157°	203°	N
Taquarivaí	0,0	76,9	0,0	76,9	500°	14°	456°	51°	N
Tarabai	0,0	22,3	5,5	27,8	500°	242°	225°	419°	N
Tarumã	0,0	39,3	3,0	42,3	500°	76°	376°	236°	N
Tatuí	30,8	22,5	4,8	58,1	60°	238°	265°	105°	N
Taubaté	20,3	18,4	4,7	43,4	121°	300°	268°	224°	S
Tejupá	0,0	6,0	12,3	18,3	500°	549°	58°	516°	N
Teodoro Sampaio	18,2	11,5	9,9	39,6	140°	455°	91°	267°	N
Terra Roxa	8,3	12,5	4,1	25,0	337°	429°	308°	453°	N
Tietê	10,1	23,0	1,0	34,1	279°	231°	450°	335°	N
Timburi	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Torre de Pedra	13,8	0,0	0,0	13,8	200°	582°	456°	565°	N
Torrinha	7,4	25,6	0,0	33,0	366°	201°	456°	350°	N
Trabiju	0,0	23,7	0,0	23,7	500°	222°	456°	472°	N
Tremembé	12,8	14,7	3,7	31,2	221°	372°	333°	368°	N
Três Fronteiras	0,0	12,9	0,0	12,9	500°	417°	456°	573°	N
Tuiuti	6,5	32,5	0,0	39,0	397°	123°	456°	274°	N
Tupã	13,0	22,8	8,8	44,6	215°	232°	119°	213°	N
Tupi Paulista	2,5	5,1	12,7	20,3	485°	561°	53°	500°	N
Turiúba	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Turmalina	14,6	0,0	0,0	14,6	188°	582°	456°	559°	N
Ubarana	0,0	36,5	0,0	36,5	500°	90°	456°	306°	N
Ubatuba	36,7	24,0	2,4	63,1	47°	217°	416°	90°	N
Ubirajara	0,0	8,0	0,0	8,0	500°	527°	456°	610°	N
Uchoa	10,8	3,6	0,0	14,5	264°	573°	456°	561°	N
União Paulista	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Urânia	0,0	30,2	3,8	33,9	500°	154°	330°	336°	N
Uru	0,0	0,0	0,0	0,0	500°	582°	456°	619°	N
Urupês	5,6	30,5	5,5	41,6	421°	145°	226°	243°	N
Valentim Gentil	0,0	21,9	3,6	25,5	500°	249°	340°	448°	N
Valinhos	18,2	18,7	3,1	40,0	139°	295°	371°	260°	N
Valparaíso	21,1	8,8	1,8	31,6	115°	515°	436°	363°	N
Vargem	17,7	36,1	9,1	62,9	147°	95°	107°	91°	N
Vargem Grande do Sul	4,4	17,8	7,1	29,3	445°	313°	163°	392°	N
Vargem Grande Paulista	33,8	14,7	3,6	52,1	52°	375°	341°	149°	N
Várzea Paulista	20,8	6,8	1,7	29,2	120°	543°	438°	396°	N
Vera Cruz	9,0	6,0	3,0	18,0	313°	551°	375°	520°	N
Vinhedo	6,6	9,8	0,7	17,1	394°	489°	453°	535°	N
Viradouro	10,1	10,0	0,0	20,2	277°	485°	456°	502°	N
Vista Alegre do Alto	6,8	6,8	0,0	13,6	388°	541°	456°	566°	N
Vitória Brasil	0,0	38,7	0,0	38,7	500°	79°	456°	281°	N
Votorantim	15,7	7,7	4,4	27,8	170°	533°	294°	417°	N
Votuporanga	9,4	19,3	3,4	32,1	300°	284°	358°	355°	N
Zacarias	0,0	17,2	0,0	17,2	500°	322°	456°	534°	N

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

GRÁFICO 9.1 – Taxas de Homicídio dos Municípios Paulistas – 2003

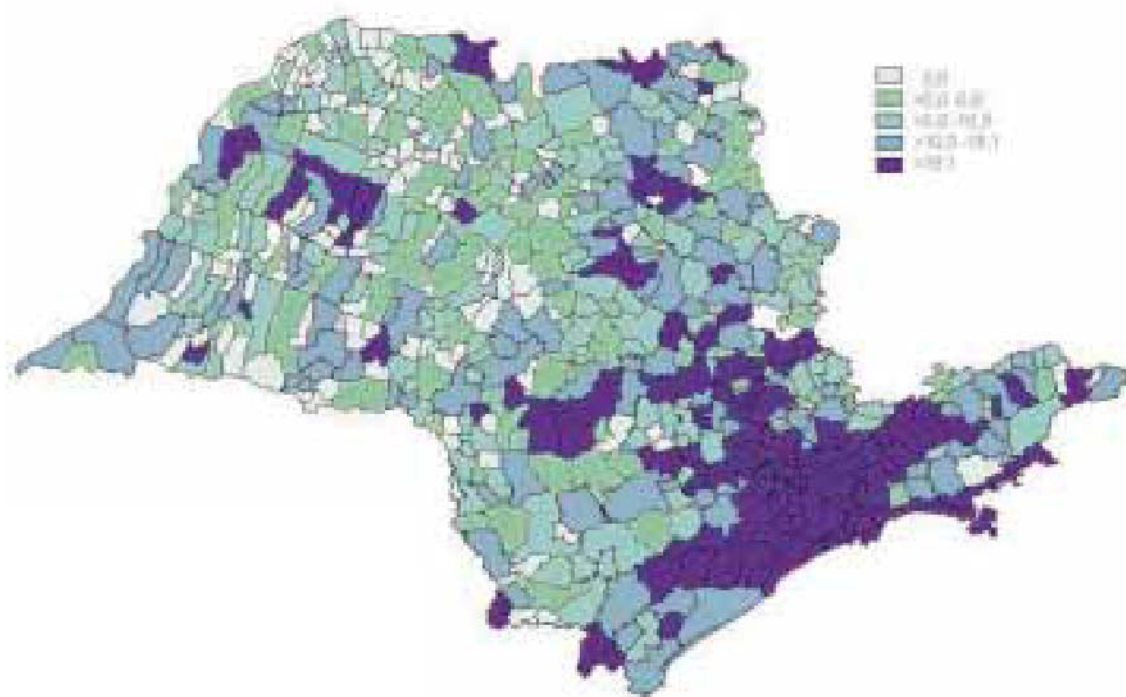


GRÁFICO 9.2 – Taxas de Óbitos por Acidentes de Transporte nos Municípios Paulistas – 2003

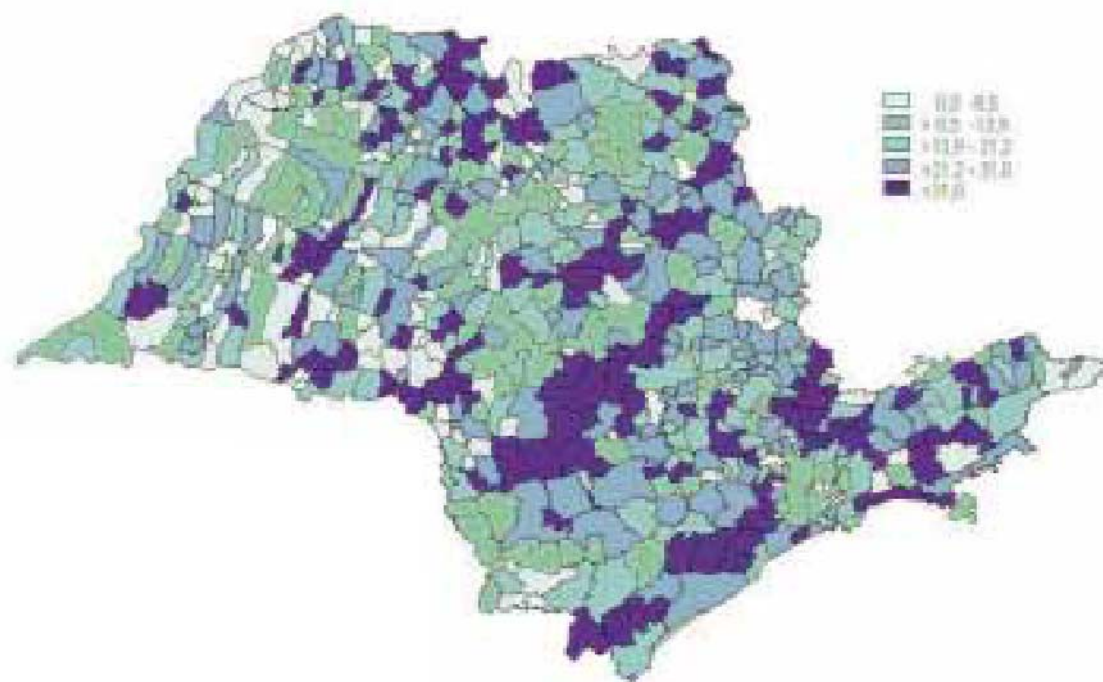
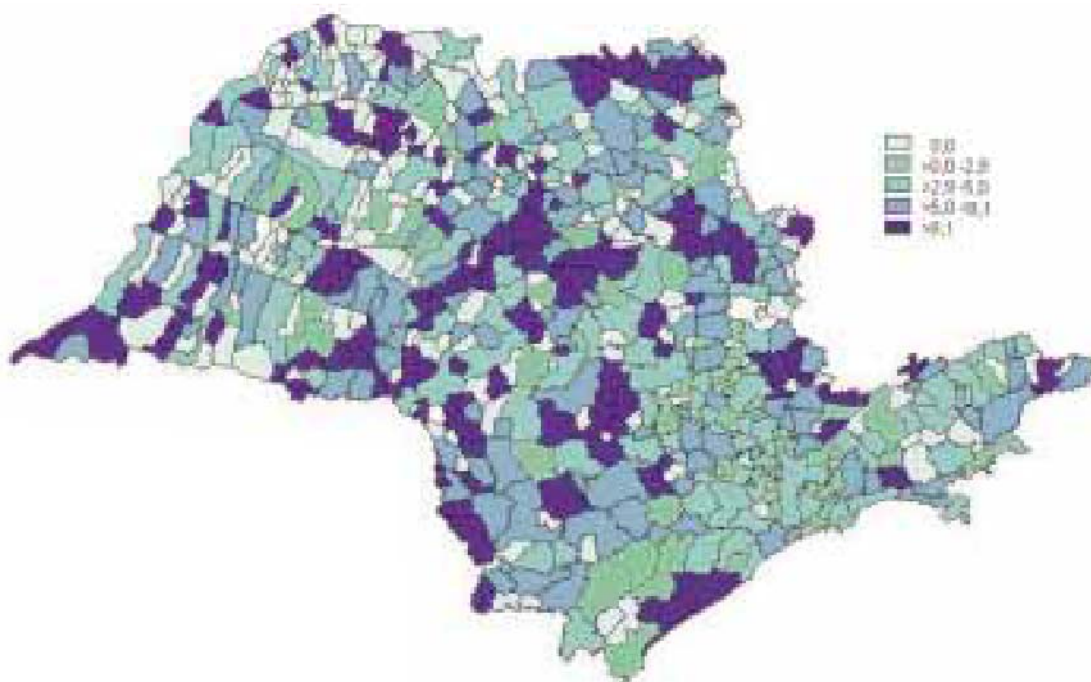


GRÁFICO 9.3 – Taxas de Suicídio nos Municípios Paulistas – 2003



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi percorrido um longo caminho desde a pergunta – ou dúvida inicial – sobre a validade da hipótese surgida por ocasião da divulgação do Mapa da Violência IV, referente à queda nos índices de violência do Estado de São Paulo nos últimos anos.

Diversas evidências arroladas ao longo desse estudo permitem afirmar que efetivamente estamos presenciando o que parece ser uma melhoria relevante e sustentada ao longo de todo um quinquênio – 1999 a 2004 – dos índices de violência numa Unidade Federada. Esse é um fato sem precedentes na história da violência letal do País nas últimas décadas.

No que tange a violência letal, um fenômeno significativo acontece em São Paulo. Na última década, o crescimento dos homicídios no País tem evidenciado uma assustadora regularidade, com incrementos bem elevados: em torno de 5,5% ao ano. Entre os jovens, se os índices já eram elevados, o crescimento foi ainda maior: 7,3% ao ano.

São Paulo, no período 1993/1999 não só acompanhou essa espiral de violência do País como a acelerou a um ritmo de 7,8% ao ano para a população total (jovens e não-jovens) e a um ritmo de 7,7% ao ano para os jovens. No ano de 1999, o Estado de São Paulo, que conta com aproximadamente 22% da população do País, chegou a ser responsável por 36,8% do total de homicídios nacionais e por 38,2% dos homicídios juvenis. Esse crescimento foi maior nas regiões metropolitanas do Estado, especialmente a de Campinas e da Baixada Santista, mas também na de São Paulo. No interior, os homicídios também cresceram, mas num ritmo bem menor. O crescimento

acentuado da violência nas regiões metropolitanas, entre os anos de 1993/1999, caracterizou essa espiral como um fenômeno notadamente urbano, resultado do crescimento caótico das grandes metrópoles.

A partir de 1999, inicia-se no Estado um processo inverso. Os índices de homicídios, que no país continuam crescendo num ritmo constante, em São Paulo caem aceleradamente a um ritmo de 5% ao ano para todo Estado; 6,7% para a capital; 6,3% para a RM de São Paulo e 7,8% ao ano para a RM da Baixada Santista. Já no interior, excetuando as três regiões metropolitanas, não acontece o mesmo: as taxas não caem, até sobem levemente (0,6% ao ano). Isso configura, para o período 1999/2003, o que no Mapa da Violência IV já era indicado como processo de *interiorização da violência*.

Dois fatores concomitantes e mutuamente dependentes parecem explicar esse fenômeno: de um lado, o aparecimento de novos pólos de crescimento no interior e, de outro, a estagnação e o desemprego registrados nas grandes metrópoles. A migração dos investimentos e da mão-de-obra das grandes cidades para o interior foi acompanhada da criminalidade.

Em São Paulo, também contribuíram para agravar a migração da violência para o interior os crescentes investimentos em segurança pública, a maior eficiência do aparelho repressivo e o aparecimento de novas formas de combate à criminalidade (como o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, o Disque Denúncia, as Guardas Municipais, etc.). Essas ações tiveram foco mais acentuado na capital e Região Metropolitana, elevando, dessa forma, o custo-oportunidade do crime nessa região. Assim, a violência migrou no espaço geográfico para zonas com “melhores oportunidades”.

Se os índices de homicídio foram caindo rapidamente neste período, várias características históricas ainda foram conservadas.

Em primeiro lugar, os jovens continuaram a ser as vítimas preferenciais da violência homicida. Em 2003, a taxa de homicídio da juventude paulista (76 para cada 100 mil habitantes) **triplicou** em

relação às taxas registradas entre os não-jovens (26,3 para cada 100 mil habitantes). Análise da taxa de homicídio dos jovens de 20 anos de idade (96,5 para cada 100 mil habitantes) indica que ela quase **quadruplica** em relação às taxas da população não-jovem do Estado. Ou seja: um jovem de 20 anos tem quatro vezes mais possibilidade de ser assassinado do que uma pessoa não-jovem.

Em segundo lugar, o sexo masculino continuou sendo a principal vítima dos homicídios: mais de 92% das vítimas são homens. Os assassinatos continuam a ser mais recorrentes aos finais de semana, quando as taxas crescem aproximadamente 60% em relação aos dias da semana.

Assim como os homicídios, as mortes por acidente de transporte em São Paulo apresentam um curso um tanto diferente do observado em nível nacional. Até 1997, ano da promulgação do novo Código de Trânsito Brasileiro, as taxas do Estado seguiam aproximadamente os mesmos padrões ascendentes do que os observados nacionalmente. Mas entre 1997 e 2000, as taxas nacionais caíram e as do Estado acompanharam esse movimento, só que com mais rapidez e intensidade. Dessa forma, se em 1997 as taxas do Estado estavam 21,3% acima das nacionais, em 2000 a situação se inverteu, e as taxas paulistas ficaram 8% abaixo das nacionais. A partir de 2000, com estatísticas muito oscilantes, o Estado continuou a se manter próximo ou abaixo da média nacional.

Novamente, nesse caso, a capital e sua Região Metropolitana lideram o movimento de queda. Entre 1993 e 2003, as taxas da capital caíram 29,2%; as da Grande São Paulo, 30,3%. No Estado como um todo, a queda foi de 20,5%. Com isso, a redução do número de vítimas por acidentes de transporte no interior foi de 14%, menos da metade do que a queda registrada na RM de São Paulo.

Já, entre os jovens, as quedas foram bem menores: 22,1% na RM de São Paulo e 14,1% no Estado como um todo. Repete-se aqui o mesmo processo: a RM liderou o movimento de queda.

Os acidentes continuam vitimando preferencialmente homens (82%) e ocorrendo aos finais de semana, período em que os óbitos

entre os não-jovens aumentam 40%. No entanto, entre os jovens aumentam 114%, isto é, mais que duplica os óbitos que acontecem durante a semana.

No caso dos suicídios, os números são mais oscilantes, mas ainda assim revelam tendências. Entre 1994 e 1998, as taxas do Estado sempre estiveram acima de cinco suicídios para cada 100 mil habitantes. No mesmo período, as taxas nacionais encontravam-se em quatro suicídios para cada 100 mil habitantes. A partir de 1999, as taxas nacionais subiram para 4,5 para cada 100 mil e as do Estado caíram para algo em torno de quatro suicídios para cada 100 mil. Dessa forma, se a taxa de suicídios do Estado era, em 1993, quase 30% maior do que a nacional, em 2003 ficou 9% inferior.

O uso de armas de fogo com fins letais tem sua maior expressão nos homicídios. Dos 10.094 casos de morte por arma de fogo registrados em 2003, 95% foram vítimas de homicídio.

O que surpreende nesse caso é que a utilização de armas de fogo nos homicídios parece seguir uma lógica própria, relativamente independente do incremento ou redução das taxas. Como foi mostrado no capítulo 3, a partir de 1999 se inicia, no Estado, um processo de queda sistemática e contínua dos índices de homicídio. Não parece acontecer o mesmo com a utilização de armas de fogo, que compensa as quedas sistemáticas do número de homicídios com uma contínua elevação de sua participação nessas mortes.

Efetivamente, essa participação elevou-se de forma sistemática ao longo da década analisada (1993-2003) até ser causadora, em 2003, de 68,8% dos homicídios. O aumento da utilização das armas de fogo nos assassinatos criou a seguinte situação: enquanto as taxas de homicídio começaram a cair sistematicamente a partir de 1999, as de homicídios por armas de fogo só começaram a declinar a partir de 2001, e num ritmo bem menor do que o observado no total de homicídios.

Ainda assim, o índice de utilização de armas de fogo nos homicídios registrados em São Paulo é provavelmente maior do que esses dados revelam. Cerca de 20% das certidões de óbito por homicídios registradas

no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2003, não registraram qual foi o instrumento letal causador do óbito. Projetando uma proporção idêntica à encontrada nos registros que possuem identificação, **85% dos homicídios do Estado teriam sido cometidos com armas de fogo.**

Considerando o conjunto de óbitos por armas de fogo, que inclui, além dos homicídios, os suicídios, os acidentes e os casos de intencionalidade indeterminada, é possível estabelecer que em 2003 as armas de fogo foram responsáveis por 4,2% do total de óbitos registrados no Estado, com uma taxa de 26,1 vítimas de armas de fogo para cada 100 mil habitantes. A maciça utilização de armas de fogo apresenta-se como um fenômeno típico das grandes urbes paulistas. A incidência letal dessas armas é bem maior nas grandes cidades paulistas (RM de São Paulo com taxa de 36,7 mil para cada 100 mil habitantes) enquanto que no interior do Estado essa taxa é bem menor (12,6 mil para cada 100 mil habitantes).

Para ampliar o leque de indicadores referentes à evolução da violência no Estado, também foram utilizadas as estatísticas divulgadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública referentes aos Boletins de Ocorrência policial entre os anos de 2001 a 2004. Confirmando as tendências surgidas nas certidões de óbitos acima apontadas, em todos os tipos de crimes divulgados pela SSP-SP, observa-se, em maior ou menor grau, uma tendência de queda. As maiores quedas, entre 2001 e 2004, foram registradas nos índices de seqüestro (70,8%), homicídio doloso (45,5%) e roubo de automóveis (42,8%). As menores, nos episódios de furto (3,5%) e lesões corporais (11,3%). Apenas os incidentes de tráfico de drogas cresceram no Estado.

Por último, uma questão de vital importância: que fatores explicam as quedas sustentadas da violência no último quinquênio? Duas constatações são importantes para fundamentar a resposta. Em primeiro lugar, não existiram propostas miraculosas para o enfrentamento do problema. Ações de diversas naturezas e protagonizadas por agentes diferentes causaram quedas sustentadas nos índices estaduais de violência.

Em segundo lugar, há um fator singular da realidade paulista relacionado com a capacidade de mobilização e organização institucionalizada de sua sociedade civil. Essa ação enfatiza ações preventivas em vez de centrar baterias na consolidação das estruturas de repressão.

Nesse campo, destacam-se a criação de duas entidades da sociedade civil paulista, especificamente criadas para enfrentar a questão da violência: os institutos Sou da Paz e São Paulo Contra a Violência. Concebidas nos anos finais da década de 90, em pleno processo de conscientização da sociedade paulista sobre a questão da violência urbana, essas duas instituições encarnaram a força do poder de mobilização da sociedade civil. Converteram-se em poderosos instrumentos de indução, apoio, controle, acompanhamento e de demanda de políticas públicas de enfrentamento da violência.

Um dos principais produtos dessa iniciativa é o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, que surge para articular a Região Metropolitana de São Paulo no processo de participação municipal das estratégias da seguridade pública, antes atributo exclusivo do Estado. Emergem da ação deste fórum diversas propostas, entre as quais destaca-se a polêmica Lei Seca, que determina o fechamento dos bares em horários em que o álcool comprovadamente atua como forte indutor da violência.

Síntese paradigmática desse conjunto de intervenções é o município de Diadema que, com base em medidas discutidas no Fórum Metropolitano de Segurança e outras de iniciativa própria, reduziu drasticamente, em curto período, elevados índices de violência que a colocavam no primeiro lugar do triste *ranking* da violência paulista.

Foram citados apenas alguns exemplos, mas indicar alternativas é outra das intenções do presente trabalho: desnaturalizar a violência. Evidenciar que é um fenômeno que não possui o poder de uma força natural inevitável, perante à qual só resta buscar o

melhor mecanismo possível de proteção. Demonstrar que há mecanismos, muitas vezes simples, como a Lei Seca ou a abertura das escolas nos finais de semana, caso do programa Escola da Família, que, levadas adiante com seriedade e compromisso, com a ativa participação da sociedade – ainda que a maioria das pessoas esteja acuada diante da violência cotidiana – conseguem reduzir, de forma significativa, os índices de violência.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

JÚLIO JACOBO WAISELFISZ é Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco. Sociólogo pela Universidade de Buenos Aires, possui Mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Pró-Reitor Acadêmico da Universidad del Comahue na Argentina e dirigiu os Departamentos de Sociologia da Universidade de El Salvador, na América Central e da Universidade de San Juan, na Argentina. Exerceu atividades docentes e de pesquisa em diversas universidades latino-americanas e foi consultor de organismos internacionais como o PNUD, a OEA e o IICA. Dentre as suas mais recentes publicações, destacam-se: “Mapa da Violência IV. Os Jovens do Brasil” (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2004), “Revertendo Violências, Semeando Futuros” (Brasília, UNESCO, 2003) e “Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003” (Brasília, UNESCO, 2004)

GABRIELA ATHIAS, 36, é jornalista e integra, desde agosto de 2004, a assessoria da UNESCO no Brasil, lotada em São Paulo. Começou a atuar como repórter em 1992, na Amazônia, cobrindo temas relacionados à infância, educação, redução de pobreza e inclusão social. Integrou a produção do documentário “Escravidão Moderna” da ABC News (EUA), que recebeu, em 1993, o prêmio de jornalismo da Columbia University (NY). Entre 1998 e 2004, trabalhou nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, participando de diversas coberturas internacionais. Entre 2003 e 2004, foi setorista da Folha no Palácio do Planalto. É jornalista Amiga da Criança, título concedido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Abrinq.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. et alii. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

_____; RUA, M. das G. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O Sistema de Informações sobre Mortalidade*. Brasília: SIM/DATASUS/MS, 1995.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

DUBET, F. *Penser le sujet*. s.l.: Fayard, 1995.

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: BALANÇO GERAL DE 29/03/2001 A 01/12/2004. São Paulo, 2 dez. 2004. *Relatório de atividades, resultados e propostas, v. 13*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

KHAN, T. et alii. *Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – PLAPS*. São Paulo: ILANUD, FIA/USP, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, 2002.

MELLO JORGE, M. H. P. Como morrem nossos jovens. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

NOLETO, M. J. et alii. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. 3.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2004.

OPAS/OMS. *La salud del adolescente y el joven en las Americas*. Washington, DC: OPAS/OMS, 1985.

RAMOS de SOUZA, et alii. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação*. Rio de Janeiro: v.2, n. 1, jan./jun. 1996.

VERMELHO, L. L.; MELLO JORGE, M. H. P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). *Revista de Saúde Pública*, v. 30, n. 4, 1996.

WASELFISZ, J. J. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, UNESCO, 1998.

_____. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____ et alii. *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 2004.

WERTHEIN, J. *Juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, 2000.

ZALUAR, A. A guerra privatizada da juventude. *Folha de S. Paulo*, 18/05/97.